

**UNIVERSIDADE TIRADENTES  
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**LUZIANNE DOS SANTOS**

**DE ESCOLAS REUNIDAS A COLÉGIO ESTADUAL: A INSTITUIÇÃO  
EDUCATIVA SEVERIANO CARDOSO (1924 – 2016)**

**ARACAJU – 2017**

**DE ESCOLAS REUNIDAS A COLÉGIO ESTADUAL: A INSTITUIÇÃO  
EDUCATIVA SEVERIANO CARDOSO (1924 – 2016)**

**LUZIANNE DOS SANTOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Formação Docente.

**PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO**

**ARACAJU – 2017**

**DE ESCOLAS REUNIDAS A COLÉGIO ESTADUAL: A INSTITUIÇÃO  
EDUCATIVA SEVERIANO CARDOSO (1924 – 2016)**

LUZIANNE DOS SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Formação Docente.

Aprovada em 13 / 02 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (Orientador – Universidade Tiradentes – UNIT)

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição (Membro Externo da Banca – Universidade Federal de Sergipe – UFS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (Membro Interno da Banca – Universidade Tiradentes – UNIT)

---

S237e Santos, Luzianne dos  
De escolas reunidas a colégio estadual: a instituição educativa Severiano Cardoso (1924–2016) / Luzianne dos Santos; orientação [de] Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto – Aracaju: UNIT, 2017

131 f. il.: 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2017  
Inclui bibliografia.

1. Instituição Educativa. 2. Severiano Cardoso. 3. Educação. I. Santos, Luzianne dos. II. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro.(orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

SIB- Sistema

---

CDU: 373.23/.5(091)

Bibliotecas

Integrado de

*À Minha Família,  
Especialmente aos meus pais Maria José e Antônio*

## AGRADECIMENTOS

É sempre bom lembrar aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho. Assim, agradeço a Deus, que é o meu refúgio, a minha força, a minha luz! Ao Senhor toda honra, toda glória e todo louvor, pois mesmo sem eu merecer e sem exigir nada em troca, me concede maravilhosas bênçãos.

Agradeço aos meus pais, Maria José e Antonio, e que mesmo não tendo o domínio das letras me proporcionaram grandes ensinamentos, por meio dos seus exemplos de luta, de coragem, de humildade, de dedicação, de amor e, sobretudo, de fé. A vocês nunca serei capaz de retribuir tudo que fazem por mim. Amo vocês incondicionalmente. Não posso deixar de agradecer aos meus irmãos Erílio Eduardo, Moisés Ricardo, Marcos, Ana Luiza, Laís Hortência e Vania pela companhia sempre, mesmo que separados fisicamente, mas sempre unidos pelo sangue e coração.

Aos sorrisos mais lindos e puros que Deus me deu Guilherme e Gustavo meus amados sobrinhos.

À minha orientadora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, uma pessoa de coração grande e puro a quem serei eternamente grata pela paciência, orientações, amizade, companheirismo, carinho, dedicação, conselhos, respeito e por transmitir a segurança necessária em momentos difíceis. A você dedico este poema de Cora Coralina “*Sou feita de retalhos*”

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.

Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz de pedaços de outras gentes que vão se tomando parte da gente também.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto Raylane, obrigada a você que faz parte da minha vida e que me permite engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias. E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de “nós”. Ao seu lado aprendi muito (a ouvir, a falar, pensar e ficar calada também). Não poderia esquecer-

me das suas reclamações quase que diárias (“tá querendo me fazer de besta Luzianne? Tá me enrolando é? Eu avisei! Bebeu? Não tem vergonha não?”), do céu que você me dava e tomava após 30 minutos. Agradeço pela segunda colocação que você me deu na sua vida (eu sou a segunda pessoa que mais lhe estressa). Todos estes ditados estão guardados de forma carinhosa na minha memória, só quem lhe conhece sabe o que significa. Gestos, palavras, músicas que eu canto, danças que só eu sei dançar com grande desenvoltura, corações de papel e do whatsapp, flores roubadas do jardim do condomínio, os docinhos que sobraram das festas que Alda foi, nunca serão capazes de expressar a admiração, gratidão e o carinho que tenho por você. Muito obrigada orientadora mais linda do mundo!

Às minhas irmãs de convivência, Laísa Dias Santos e Danielle Oliveira, pela companhia, paciência, pelo carinho e pelas inúmeras refeições que fizeram para mim.

Aos Irmãos de orientação José Carneiro, Micheline Roberta, Anderson Teixeira, Joaquim Francisco, Alice Ângela, André Augusto, pela oportunidade de termos em comum a orientadora mais linda do mundo. Obrigada pelo carinho e vibrações positivas de vocês.

A Alda e Katherinne, pelo apoio e companhia diária no Instituto Tobias Barreto. Muito obrigada por tudo meninas!

A Nauro Ferreira de Araujo, pelo apoio, carinho, parceria, companheirismo, pelas boas conversas, pela “paciência de Jó” que tem comigo sempre. Muito obrigada!!

Aos alunos, ex-alunos e professores do “Severiano Cardoso”, obrigada por terem contribuído para a composição da história da Instituição Educativa Severiano Cardoso.

À professora Ester Fraga Vilas-Bôas do Nascimento e ao professor Joaquim Tavares da Conceição pela colaboração, observações e significativas sugestões que proporcionaram momentos aprendizagem.

À Universidade Tiradentes, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação, à Fapitec e à Capes pelas respectivas bolsas em momentos distintos dessa pesquisa

A todos meu muito obrigada!

## RESUMO

Através dos pressupostos teóricos e metodológicos da história cultural, o presente trabalho teve como objeto de análise a trajetória educacional da Instituição Educativa Severiano Cardoso (IESC) da cidade de Boquim, Sergipe (1924 – 2016). Com a intenção de contribuir com a história da educação a partir da história da IESC e direcionada pela história local (SAMUEL, 1990), busquei responder às seguintes inquietações: Qual a conjuntura política e educacional que deu suporte para a criação da IESC na cidade de Boquim? Como se deu o seu processo de implantação? Quais elementos a identificam? Esses elementos são específicos do local? Qual a formação escolar oferecida e o perfil dos alunos formados pela instituição? Qual a representação da IESC para a educação no município de Boquim? Ou seja, qual a relação entre o nacional e o local no processo de criação, implementação e consolidação de uma Instituição Educativa Severiano Cardoso? O pressuposto que se tem é que a história das instituições educativas permite não somente identificar os diferentes aspectos que contribuíram para a sua implementação e consolidação, mas também contribui para a compreensão da história da educação, na medida em que uma instituição é fruto de um sistema de ensino e, embora siga uma cultura escolar comum, desenvolve uma cultura de escola própria e que lhe dá identidade. Diante disso o objetivo geral foi compreender a representação educacional da Instituição Educativa Severiano Cardoso para a cidade de Boquim, para tanto foi necessário: identificar as fases pelas quais a instituição passou, bem como as mudanças ocorridas em cada uma delas e analisar, por meio das representações, a identidade da instituição. Para tanto foram utilizados legislações e documentos institucionais, mensagens de governadores, relatórios de inspetores, dentre outros. Em busca de encontrar respostas para indagações, enveredei pela noção de “instituição educativa” de acordo com Magalhães (2004), representação a partir de Roger Chartier (1990), e a metodologia da história oral segundo Alberti (2004). As narrativas foram tomadas neste trabalho como fonte e fio condutor da escrita da história, pois elas permitem que se revise o passado da instituição educativa por meio das memórias de quem dela fez parte. Assim, nos meandros das transições da IESC, se revelaram dispositivos legais e pessoais próprios de tempos e espaços, modos de educar incorporados e refletidos pelos personagens e que as representam e por meio dos quais se chega à conclusão de que a história de uma instituição se revela tanto por suas singularidades, que podem ser analisadas a partir dos seus frutos, que lhes dão sentido, como pela sua permanência ativa relacionada ao acompanhamento das mudanças ocorridas no sistema educacional.

**Palavras-chave:** Instituição Educativa. Severiano Cardoso. Educação.



## ABSTRACT

Through the theoretical and methodological assumptions of cultural history, this work had as object of analysis the educational trajectory of the Educational Institution Severiano Cardoso - IESC located in the city of Boquim, Sergipe (1924-2016). Aiming to contribute with the history of education from the history of the IESC and guided by local history Samuel (1990), I tried to answer the following questions: What was the political and educational context that supported the creation of IESC in the city of Boquim? How did your deployment process take place? What elements identify the institution? Are these elements specific of that local? What is the educational background offered and the profile of the students trained by the institution? What is the IESC's representation for education in the municipality of Boquim? That is, what is the relationship between the national and the local in the process of creation, implementation and consolidation of an Educational Institution (IE)? The assumption that it is a concept that the history of educational institutions allows to identify the different elements that contribute to its implementation and consolidation, as well as contribute to an understanding of the history of education, insofar as an institution is the result of a system of teaching, despite of following the common school culture, it develops a culture of their own school and that gives its identity. It is necessary to consider that IESC is representative in the city of Boquim because it was the first to be built in the region. Therefore, the objective was to understand the educational representation of the Educational Institution Severiano Cardoso for the city of Boquim, so it was necessary to identify the phases through which the institution passed, as well as the changes occurred in each one of them and to analyze through the representations the identity of the institution. To this end, institutional laws and documents, messages from governors, inspectors' reports and other documents were used. In order to find solutions for inquiries, it was used the notion of "educational institution" according to Magalhães (2004), and the representation according to Roger Chartier (1990), and a methodology of oral history, according to Alberti (2004). The narratives are taken in this work as a guiding thread to allow the past of the educational institution to be reviewed by means of the memories of those who belonged to it. Thus, in the period of the transition of the IESC, the legal and personal devices of times and spaces are revealed, modes of educate incorporate and reflect the characters that represents it, through which they come to the conclusion that the history of an institution reveals itself as Singularity This can be analyzed from its fruits giving it meaning, and its active permanence is related to the monitoring of the changes occurred in the educational system.

**Keywords:** Educational Institution. Severiano Cardoso. Education.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>SEÇÃO INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>A história cultural e as instituições educativas.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2</b>	<b>Sobre o estudo das instituições educativas.....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>AS LEIS E A ESCOLA: SOBRE AS FASES DE TRANSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA SEVERIANO CARDOSO.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1</b>	<b>Sobre as “instâncias basicamente objetivas e de funcionamento” de uma instituição educativa.....</b>	<b>27</b>
<b>2.2</b>	<b>A pluralidade das Leis incidindo na “Evolução Histórica” da Escola.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3</b>	<b>1ª fase: Escolas Reunidas Severiano Cardoso (1924 – 1926) .....</b>	<b>41</b>
<b>2.4</b>	<b>2ª fase: Grupo Escolar Severiano Cardoso (1926 – 1977) .....</b>	<b>48</b>
<b>2.4.1</b>	<b>Sobre a materialidade do Grupo Escolar Severiano Cardoso.....</b>	<b>53</b>
<b>2.5</b>	<b>3ª fase: Escola de 1º Grau Severiano Cardoso (1977 – 1991).....</b>	<b>62</b>
<b>2.6</b>	<b>4ª fase: Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso (1991 – 2000).....</b>	<b>69</b>
<b>3</b>	<b>ELEMENTOS CONSTITUINTES DA IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA SEVERIANO CARDOSO .....</b>	<b>81</b>
<b>3.1</b>	<b>O que as memórias revelam sobre a Instituição Educativa Severiano Cardoso?.....</b>	<b>81</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>109</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro curricular da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso a partir do ano de 1982 (1ª à 4ª série).....	67
Figura 2 – Quadro curricular da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso (5ª à 8ª série) .....	68
Figura 3 – Horários de funcionamento da Escola de 1º grau Severiano Cardoso a partir do ano de 1977.....	69
Figura 4 – Quadro curricular para as Escolas da Rede Estadual de Ensino a partir do ano de 1993 (Habilitação para o magistério).....	74
Figura 5 – Demonstrativo da quantidade de alunos por séries/turmas (1999).....	75
Figura 6 – Fachada da Instituição Educativa Severiano Cardoso.....	87
Figura 7 – Desfile Cívico na década de 1960 .....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nome dos alunos e/ou professores entrevistados .....	16
Quadro 2 – Reformas Educacionais na Primeira República.....	32
Quadro 3 – Leis e Decretos Sergipanos .....	36
Quadro 4 – Reformas do ensino primário na década de 1920 (Divisão da instrução em SP e em SE).....	40
Quadro 5 – Grupos escolares existentes em Sergipe na década de 1920.....	52
Quadro 6 – Diretoras do Grupo Escolar Severiano Cardoso (1926 – 1975).....	56
Quadro 7 – Mobiliário do Grupo escolar Severiano Cardoso no ano de 1941.....	59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrícula e frequência das ERSC (1925 – 1926).....	45
Tabela 2 – Matrícula geral da Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso (1991 – 1993).....	72
Tabela 3 – Quantitativo de docentes da Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso (1999)...	76
Tabela 4 – Aspecto físico e material da Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso a partir do ano de 1999.....	76

## LISTA DE SIGLAS

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe  
CIES – Coordenadoria de Inspeção Escolar  
DGE – Diretoria Geral de Educação  
CESC – Colégio Estadual Severiano Cardoso  
DIES – Departamento de Inspeção Escolar/SEED  
EPGSC – Escola de 1º Grau Severiano Cardoso  
EPGSC – Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso  
GESC – Grupo Escolar Severiano Cardoso  
IESC – Instituição Educativa Severiano Cardoso  
IE – Instituição Educativa  
ERESC – Escolas Reunidas Severiano Cardoso  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
SEEC – Secretaria de Estado da Educação e Cultura  
SEED – Secretaria de Estado da Educação  
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento  
UFS – Universidade Federal de Sergipe  
UNIT – Universidade Tiradentes

## 1 SEÇÃO INTRODUTÓRIA

Documentos não podem responder; nem, depois de um certo ponto, eles podem ser instigados a esclarecer, em maiores detalhes, o que querem dizer; dar mais exemplos, levar em conta exceções, ou explicar discrepâncias aparentes na documentação que sobrevive. A evidência oral por outro lado é infindável, somente limitada pelo número de sobreviventes, pela ingenuidade das perguntas do historiador e pela sua paciência e tato. (RAPHAEL SAMUEL, 1989/1990, p. 230).

Documentos e narrativas orais são, por certo, as fontes que me guiam rumo a compreender e explicar a “realidade histórica” da Instituição Educativa Severiano Cardoso (IESC), no período de 1924 a 2016. A proposta vai além de narrar factualmente a história da escola. Buscarei por meio das fontes, indícios e evidências acerca da memória da referida instituição educativa, com o objetivo de dar a ver sua representação educacional para a cidade Boquim/SE<sup>1</sup>. Há que se considerar que outras cidades podem ter sido favorecidas pela instituição, na medida em que alunos moradores em cidades circunvizinhas foram nela matriculados. Indício disso está na narrativa de Eliene Menezes do Nascimento, em que atesta que “[...] Eu me lembro de que na época em que fui estudar no Severiano Cardoso não tinha ônibus e meu pai teve que falar com o prefeito de Riachão, José Lopes, porque o prefeito daqui não colocava ônibus e ele conseguiu por meio do prefeito Zé Lopes, aí nós conseguimos. Porque vinha aluno de Riachão também estudar no Severiano Cardoso” (Eliene Menezes do Nascimento, 2016<sup>2</sup>).

De acordo com a revista do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e do Departamento Estadual de Estatística (1944, p. 59<sup>3</sup>): “A Vila criada com a sede na povoação Lagôa Vermelha, por Lei Provincial n. 462, de 20-2-1875. Passou a categoria de cidade [Buquim] por Lei n. 959, de 16-10-1926”. A cidade está localizada na região Sul do estado de Sergipe, levando em consideração a divisão territorial da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) do ano de 2008. Ainda de acordo com o IBGE Boquim faz divisa com

<sup>1</sup> Retificação de grafia – Buquim para Boquim. O município teve sua grafia alterada pelo decreto-lei estadual nº 69, de 28/03/1938. Boquim para Buquim teve sua grafia alterada pelo decreto-lei estadual nº 150, de 15/12/1938. Buquim para Boquim teve sua grafia alterada pelo decreto-lei estadual nº 3334, de 27/01/1976 (IBGE, 2013).

<sup>2</sup> A aluna Eliene Menezes do Nascimento morava no Povoado Meia Légua localizado entre os municípios de Riachão e Boquim.

<sup>3</sup> No que diz respeito à cidade de Boquim os dados referentes ao contexto local que mais se aproxima do período de criação da IESC foram retirados da *Revista do IBGE* e do Departamento Estadual de Estatística intitulado: *Sergipe e seus Municípios*.

os municípios de Pedrinhas, Riachão do Dantas e Arauá e, até a década de 1940 a economia do município estava voltada para o plantio do milho, algodão e da farinha de mandioca, quando a produção da laranja ganhou destaque na econômica local.

Foi neste contexto econômico que a cidade de Boquim se encontrou carente de uma instituição de ensino que atendesse não somente às necessidades educacionais, mas também que favorecesse a preparação de quadros que pudessem alavancar a burocratização da cidade, o que incluía as contas públicas, o comércio e a vida cultural. Há que se ressaltar que a cidade na década de 1920 possuía apenas escolas isoladas, sendo o Colégio Santa Terezinha (particular e pertencente a uma ordem Santa Teresinha) criado somente no dia 12 de março de 1947.

Para essa escrita da história fez-se necessário registrar a memória de personagens que dela fizeram parte, inclusive a minha, na condição de ex-aluna do Colégio Estadual Severiano Cardoso (CESC). A escolha da Instituição Educativa Severiano Cardoso, por sua vez, também esteve condicionada à minha participação enquanto aluna de iniciação científica do projeto “Memória Oral da Educação Sergipana”<sup>4</sup> e do subprojeto “Modos de educar: práticas escolares e cultura escolar no território do Sul sergipano”.

A minha trajetória no CESC não é extensa, pois vai do ano de 2006 até o ano de 2009, na condição de aluna do Ensino Médio do Curso Normal (Magistério). Na época em que estudei, o colégio oferecia à comunidade a Educação Básica nos níveis Fundamental, do 1º ao 9º ano e, Médio com a habilitação nas modalidades Normal e Científico<sup>5</sup>. Nesse período, a escola contava com 14 salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma sala para professores, a diretoria e a secretaria. No ano em que ingressei no curso normal, esse era visto por muitos como uma porta de entrada ao mercado de trabalho para os alunos que concluíssem o ensino fundamental e ingressassem no Ensino Médio, visto que a profissão de

---

<sup>4</sup> Esse projeto foi coordenado pela professora Dr.<sup>a</sup> Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. O projeto foi dividido de acordo com os territórios sergipanos, perfazendo um total de oito subprojetos. O objetivo foi compreender como se constituíram os modos de educar de educadores atuantes no território sergipano; para tanto foi necessário: mapear os educadores mais antigos e de maior representatividade na área educacional; identificar as práticas escolares, próprias do tempo e do espaço escolar; e analisar a cultura de escola que fora produzida nas instituições educativas do estado de Sergipe. O propósito foi possibilitar a produção de saberes e entendimentos acerca dos modos de educar e dos métodos de ensino, fomentando interações e trocas no âmbito da pesquisa e do conhecimento, envolvendo Instituições de Ensino, grupos de pesquisas, discentes e docentes e pesquisadores relacionados a áreas afins. Projeto financiado pelo CNPq. Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES. N. 18/2012. Nº do processo 405366/2012-4. Bolsas de Iniciação Científica CNPQ e PROBIC/UNIT.

<sup>5</sup> O Colégio Estadual Severiano Cardoso oferece o Ensino Fundamental através da Resolução nº 184/2003/CEE; o Ensino Médio na modalidade Normal reconhecido mediante a Resolução nº 498/2006/CEE; o Ensino Médio reconhecido pela Resolução nº 423/2007/CEE; e implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos através da Resolução nº 421/2009/CEE.



professor seria mais fácil à época. Eis a primeira representação que tive da instituição educativa.

Logo que concluí o Curso Normal no CESC, ingressei no curso de Serviço Social na Universidade Tiradentes, no ano de 2010. No ano de 2012, já cursando o quinto período, fui convidada para fazer parte do Programa Voluntário de Iniciação Científica (Provic/Unit), inserida no projeto “Modos de Educar: práticas escolares e cultura escolar no território Sul Sergipano”, através do qual tive a oportunidade de entrevistar professores aposentados da região que, em suas entrevistas, revelavam aspectos sobre os modos de educar e os tipos de escola, a exemplo das escolas isoladas, das escolas rurais, das bancas escolares e dos grupos escolares, dentre vários outros temas. As revelações, que recaíram sobre vários elementos de educação no estado, me foram muito caras porque despertaram interesses que iam além do Serviço Social, pois me lembravam daquela caminhada que tinha deixado de lado (o magistério). Aqueles professores tinham em suas lembranças momentos que também vivi, embora em épocas distintas. Por suas vozes voltei ao tempo que antecedeu a minha própria existência, o que fez com que eu me perguntasse as origens da principal escola da cidade e pela qual passei, neste caso, o Colégio Estadual Severiano Cardoso, antigo Grupo Escolar Severiano Cardoso (GESC), que também tinha sido Escola Reunida Severiano Cardoso (ERSC). Na condição de aluna de Iniciação Científica, percebi, ao iniciar o processo de escuta, que as narrativas dos professores entrevistados revelaram, dentre outros aspectos, a organização dos diferentes tipos de escola, elementos da cultura material, modalidades de ensino, normatizações e os modelos das arquiteturas escolares das áreas rural e urbana, a necessidade e a ausência dos materiais escolares para o ensino da leitura e da escrita, enfim elas revelaram elementos que compõem uma instituição educativa. Esses foram alguns dos aspectos que, entre tantos outros, despertaram encantamentos investigativos para a escolha da Instituição Educativa Severiano Cardoso como possível objeto de estudo.

Dentre os professores entrevistados no projeto de iniciação científica, tive a oportunidade de entrevistar alguns que também estudaram e/ou ensinaram na IESC durante alguma das suas distintas fases. O Quadro 1 apresenta o nome dos entrevistados do Projeto Memória Oral da Educação Sergipana que fizeram parte da instituição, seja na condição de aluno ou professor.

Quadro 1 – Nome dos alunos e/ou professores entrevistados

<b>NOME DO ENTREVISTADO (A)</b>	<b>PERÍODO EM QUE ESTUDOU</b>	<b>PERÍODO EM QUE ENSINOU</b>	<b>CONDIÇÃO</b>
Amariles Gomes de Lima	1958	1964-1994	Aluna e professora
Ana Maria Fonseca Medina	1944-1945	-	Aluna
Murilo Mellins	1939-1940	-	Aluno
Eliene Menezes do Nascimento	1989-1994	2007-2016	Aluna, professora e diretora
Genilde Vieira Rodrigues Santos	1966-1971	1979-2009	Aluna, professora e diretora
Lídia Fontes de Oliveira	1934-1939		Aluna e Professora
Maria Antônia Dias Andrade		1977-1992	Aluna e Professora
Antônio Barros Vasconcelos	1956-1957	1969-1983	Aluno e Professor
Arlinda Almeida Menezes	-	1975-1992	Professora e diretora
Maria Lourdes de Araújo	1930-1936		Aluna e Professora
Lindomar Firmo da Silva Macedo	1943- 1947	-	Aluna
Risoneuma Soares Feitosa	1955-1959	-	Aluna
Rayane Santos Ribeiro	2007-2016	-	Aluna
Milena Silva Macedo	2014-2016	-	Aluna

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas.

A escolha dos entrevistados, que por sua vez foram/são alunos, professores e ex-professores, ocorreu de forma que pudesse me subsidiar nas informações que os documentos escritos, por algum motivo não puderam responder. As perguntas realizadas, embora iguais, tiveram o intuito de captar informações sobre instituição, pois os entrevistados estiveram envolvidos com a instituição em fases e funções distintas. Assim, foi com o repertório de 14 entrevistados que pude ter acesso a elementos da história da instituição que, embora não contemplasse muitas informações sobre os primeiros anos de funcionamento da instituição, foram cruciais para entender o seu funcionamento, o que subentende o cotidiano escolar e as suas representações temporais. Nesse sentido o tipo de entrevista foi mais qualitativo do que quantitativo, pois considerei que elas me deram boa parte dos elementos para compor a história da instituição, mesmo porque a memória é falha e repleta de esquecimentos, contudo serve de suporte para que se responda perguntas que os documentos escritos não tem como responder. Nesse sentido, fica claro que quando muitas peças são arroladas, podemos ver, mais ou menos claramente, aspectos da instituição. Na primeira fase (1924-1926), entretanto, não encontrei alguém que pudesse me conceder entrevista, mas encontrei no Apes um documento do ano de 1925. Este trata-se de comunicado da diretora da então ERSC, encaminhando para o Inspetor Público, relatando um problema que estava enfrentando na escola. Além do problema que consistia no aumento de alunos e o pequeno quadro de

docentes, o documento revela aspectos sobre a estrutura física e alguns materiais existentes na instituição.

Ao minuciar o olhar para a referida instituição e iniciar o processo investigativo através de fontes documentais, pude perceber que ela passou por cinco fases de transição, o que acarretou a mudança de nomenclatura e por duas vezes “elevou” o nível de ensino. Assim sendo, decidi investigar a trajetória educativa da referida instituição, uma vez que essa acompanhou as mudanças propostas pelas legislações que regulamentaram a educação no Brasil: Constituições Federais de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988; bem como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 4.024 de 20 de dezembro 1961, 5.692 de 11 de agosto de 1971<sup>6</sup> e 9.394 de 20 de dezembro de 1996; e as reformas educativas que determinaram as fases de transição desta e das demais instituições educativas brasileiras. Para isso ancorei-me na perspectiva teórico metodológica da História Cultural, buscando investigar a primeira instituição de ensino pertencente ao estado construída na cidade de Boquim e, neste sentido, compreender o que ela representou dentro do sistema de ensino estadual e nacional e, mais especialmente, as suas implicações locais.

### 1.1 A História Cultural e as Instituições Educativas

A história cultural tem por principal “objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Neste sentido, é importante destacar que a história cultural permite a abertura e a confluência de outras abordagens, de outros métodos, de outras ciências, o que recai na ampliação de seu espectro e em novas análises e interpretações dos fatos históricos. De acordo com Chartier

As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Nesse sentido, *produzem* as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos (CHARTIER, 2010, p. 52).

As incursões de Chartier, sobre representações, possibilitam compreender que os indivíduos podem formular várias proposições que representam os recortes sociais, bem como as práticas culturais que alimentam sua história. Neste sentido, a história cultural viabiliza

---

<sup>6</sup> Não há consenso se a redação é uma Lei ou se ela é uma reformulação da LDBEN de 1961.

ampliar o campo de análises, pois abre alas para novas fontes, métodos e objetos de pesquisa, uma vez que não existe verdade nem mentira nas vozes dos sujeitos entrevistados, por se tratar de apropriações de elementos que eles fazem para dar a ver um determinado contexto histórico. Corroborando com Teive, ao analisar as narrativas de normalistas para composição de sua tese,

Convém ressaltar que não nos preocupou nessa seleção e análise o fato de os depoimentos serem verossímeis ou não, se as ex-normalistas realmente colocaram em prática o que afirmaram; interessou-nos sobretudo o fato de terem sido lembrados, de terem se perpetuado na história de suas vidas, de estarem presentes em seu *habitus*, nos seus esquemas de pensamento, passados tantos anos, ainda norteando o seu modo de pensar o processo pedagógico (TEIVE, 2008, p. 39).

Para além da história cultural, recorri à abordagem da história local de acordo com Raphael Elkan Samuel. Segundo ele, o historiador deve falar do seu próprio lugar compreendendo-o como lugar histórico. Por isso a sua ideia de que qualquer pessoa pode narrar um fato histórico. Sua ideia era democratizar o ofício de historiador e, para tanto, contou com vários entusiastas, com quem compartilhou seu esforço por uma história de e para todos (BARRETO, 2014). É com a perspectiva de dar sentido ao local que farei uso de tal abordagem, pois

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível do desenvolvimento e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (SAMUEL, 1990, p. 220).

A utilização de tal abordagem na construção deste trabalho se torna relevante, pois permite compreender os aspectos singulares de um lugar, de modo que ela possibilita ao pesquisador se dedicar a estudar o local e/ou regional de maneira a compreender as mudanças ocorridas em um plano geral/nacional. Isso porque a história local estabelece relação com a história nacional e possibilita identificar uma identidade local/regional. No que diz respeito à instituição educativa são suas especificidades que irão contribuir para a construção de uma identidade institucional, possível de ser entendidas por meio das representações concebidas pelos personagens que dela fizeram parte. Assim, esclarece Justino Magalhães (2004, p. 138) que a “[...] descoberta do sentido resulta de uma dialética entre

evolução/representação/apropriação, com o objetivo de construção de uma identidade histórica”.

De acordo com Raphael Samuel, “[...] a história local não se escreve por si mesma, mas como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida” (1990 p. 237). Neste sentido, e com o intuito de contribuir para a historiografia da educação sergipana, busco compreender o passado de uma instituição educativa por meio de uma variedade de tipologia de fontes, que vão para além das referidas leis e das reformas educativas, a saber: decretos, regimento escolar<sup>7</sup>, resoluções, discursos oficiais presentes nas mensagens de governadores, nos relatórios de diretores e inspetores do departamento de educação do estado de Sergipe, mas principalmente a partir das narrativas de vida de professores e ex-alunos da instituição. Essas são caras para a escrita da história de uma instituição educativa, na medida em que, como anuncia Samuel na epígrafe desta seção, a evidência oral é infundável.

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento desta pesquisa recaem na pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, e na metodologia da história oral. O uso da pesquisa documental se dá com a utilização de documentos da instituição educativa, a exemplo dos decretos, regimentos, relatórios, mensagens de governadores, dentre outros. Sobre ela esclarece Oliveira que “[...]na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70). Nesse sentido os documentos permitem encontrar informações sobre os aspectos legais e de parte da memória “oficial” da instituição. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, proporciona subsídios acerca de outros trabalhos sobre instituições educativas e análises e interpretações sobre legislações específicas; sobre as instituições educativas, bem como do contexto histórico, econômicos, político, social e cultural em que instituições foram criadas.

A escolha da metodologia da história oral, por sua vez, é considerada útil para a compreensão das histórias do cotidiano, da história política, das memórias, das histórias de comunidades, como também das instituições públicas e privadas, dos indivíduos, biografias, história de experiências, registro de tradições culturais, dentre outras (ALBERTI, 2004). Essa metodologia permite ainda enveredar pelas lembranças de indivíduos e perceber por meio das suas representações que a trajetória de vida narrada compõe uma história que pode parecer não mais existir, mas que permanece viva na memória. Por meio dessa a metodologia é

---

<sup>7</sup> A elaboração de regimento escolar começou a partir da edição da Lei nº. 5692/71 (Artigo 2º, Parágrafo Único).

permitido tornar as narrativas de histórias de vida dos professores entrevistados, fonte de pesquisas histórica. Nesse sentido afirma Alberti: “[...] dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados” (ALBERTI, 2005, p. 17).

A metodologia da história oral neste trabalho investigativo, especificamente, possibilita a apropriação de lembranças dos alunos e professores que vivenciaram rotinas dentro da IESC. Isso porque a vivacidade dos fatos contados por quem testemunhou permite ao entrevistador investigar o passado através do “ouvir contar” representado por gestos, palavras e sentimentos revelados no decorrer dos depoimentos.

Alberti assevera

[...] que a história oral tem grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, nele, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., eles tomados como fatos, e não como ‘construções’ desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação da entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber ‘ouvir contar’: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos (ALBERTI, 2005, p. 10).

A entrevista de história oral é sem dúvida contingente – um momento único, com circunstâncias únicas, que produz aquele resultado único, como ocorre com muitos documentos e fontes na história (ALBERTI, 2012). Isso porque é por meio da narrativa que os fatos vão de forma sequencial se completando e se revelando, uma vez que segue um roteiro pensado e projetado para um fim desejado: o professor, a escola, o modo de educar, o território, as conjunturas políticas, sociais e econômicas de forma que a distância entre o passado e o presente torna-se invisível e a narrativa historiográfica flui com ganho de causa para os fenômenos contemplados. Haja vista que “[...] fazer história oral significa produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros” (LOZANO, 1998, p. 17).

Assim sendo, com a intenção de contribuir com a história da educação a partir da história da IESC e direcionada pela perspectiva da história cultural e da história local, busco responder a tais inquietações: Qual a conjuntura política e educacional que deu suporte para a criação da IESC na cidade de Boquim? Como se deu o seu processo de implantação? Quais

elementos a identificam? Esses elementos são específicos do local? Qual a formação escolar oferecida e o perfil dos alunos formados pela instituição? Qual a representação da IESC para a educação no município de Boquim? Ou seja, qual a relação entre o nacional e o local no processo de criação, implementação e consolidação de uma Instituição Educativa (IE)? Parto do pressuposto de que a história das instituições educativas permite identificar os diferentes aspectos que contribuíram para a sua implementação e consolidação, bem como contribui para a compreensão da história da educação, na medida em que uma IE é fruto de um sistema de ensino e, embora siga uma cultura escolar comum, desenvolve uma cultura de escola própria e que lhe dá identidade. Há que se considerar que a IESC tem uma representatividade na cidade de Boquim por se tratar da primeira a ser construída na região, sendo responsável pela formação de várias gerações.

## 1.2 Sobre o estudo das instituições educativas

Ao acompanhar os vários trabalhos acerca das instituições educativas no Brasil e em Sergipe, percebi que, embora em escala menor, poderia adentrar no universo da IESC e perceber singularidades que remetem à cultura local e que, em tese, diferem de outras instituições de cenários distintos. Assim, na tentativa de historiografar uma instituição educativa, uma das maiores inquietações está na importância dessa instituição na vida dos indivíduos que fizeram e fazem parte dela, uma vez que essa pode trazer, para a comunidade em que está inserida, mudanças significativas. A inexistência de estudos específicos a respeito da Instituição Educativa Severiano Cardoso mostra-se como um fato a ser considerado, uma vez que esta pesquisa pode representar uma oportunidade para se verificar a posição assumida por essa instituição educativa no cronótopo estudado, por certo de pequeno porte se comparada às outras do país e do estado<sup>8</sup>, mas cuja história se soma a de outras instituições, o que viabiliza uma melhor compreensão do ensino escolar no Brasil.

---

<sup>8</sup> Em Sergipe, os trabalhos sobre Instituições Educativas Sergipanas no nível de mestrado e doutorado encontrados são:

SILVA, France Robertson Pereira. **Educação e preceitos da fé**: O Colégio do Salvador (Aracaju 1935-1959). São Cristóvão, 2016.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. **Por entre as memórias de uma instituição**: O arquivo escolar do Atheneu sergipense (1871-1926). São Cristóvão, 2012.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. **Acolher, evangelizar e educar**: Contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para a Educação Feminina de Aracaju (1914-1952). São Cristóvão, 2012.

SANTANA, Josineide Siqueira. **Entre bordados, cadernos e orações**: A educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969). São Cristóvão, 2011.

A instituição educativa é compreendida aqui de acordo com a noção de Justino Pereira de Magalhães, para quem

As instituições educativas, como pessoas, são portadoras de uma memória e de memórias. Essas memórias-representações, frequentemente assentes na transmissão oral, revelam-se fixistas, cíclicas, fruto de olhares particulares e consubstanciam-se em relatos dispersos, memórias factuais e justificativas de destinos de vida, marcados não raro por arbítrios e exageros de vária ordem (MAGALHÃES, 2004, p. 27).

E acrescenta Magalhães (2012, p. 200): “As instituições educativas são portadoras de um ideário que transformam em programa educativo, ajustando-o e remodelando-o em consonância com os públicos de eleição e com as circunstâncias históricas”. Entender uma instituição educativa é entender o seu entorno, as suas histórias anteriores. Uma instituição educativa pode até ser fruto de atos normativos, contudo é também o seu produto, ou seja, os alunos ali formados, uma vez que esses estão envolvidos em uma comunidade, dentro de uma cultura que é própria daquele local, composta por indivíduos que tem um modo de viver e entender o mundo de forma própria. Nesta perspectiva, vale ressaltar que “[...] a história de uma instituição educativa traduz-se na construção de uma identidade cultural e educacional, que resulta da articulação do itinerário histórico com o modelo educacional” (MAGALHÃES, 2004, p.147). Ainda de acordo com Justino Magalhães

A história das instituições educativas inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. A identidade indica para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres pelo sistema educativo. Tais operações são possíveis a partir de uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição, ou seja, com base no seu modelo pedagógico. São múltiplas as virtualidades desse esforço de síntese conceitual referente à construção orgânica modelar, compreensiva e explicativa, permitindo (re) interpretar,

---

CONCEIÇÃO, Claudileuza Oliveira da. **A Escola de Química de Sergipe: O processo de formação de um campo profissional (1948-1967)**. São Cristóvão, 2010.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **O Ginásio da Aplicação da Faculdade de Filosofia Católica de Sergipe (1959-1968)**. São Cristóvão, 2008.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, civilidade e ilustração: As memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. São Cristóvão, 2003.

SAMPAIO, Dilson Gonzaga. **“Para tornar o estudo um farol no colégio o lema tracemos” O Colégio Patrocínio de São José, de Aracaju (1940 – 1953)**. Aracaju, 2016.

NASCIMENTO, Michelline Roberta Simões do. **Jardim de Infância Joana Ramos: Educação infantil na cidade de Tobias Barreto (1969 – 1985)**. Aracaju, 2015.

GRAÇA, Rogério Freire. **Civilidade e formação de professoras: Um mosaico do ensino normal regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância/SE, 1949-1955)**. Aracaju, 2012.

BARROS, Lúcia Violeta Prata de Oliveira. **O Instituto de Educação “Rui Barbosa” nas décadas de 1970 e 1980: Representações das práticas escolares**. Aracaju, 2013.



aferir e avaliar a veracidade e a representatividade do trabalho historiográfico realizado, incluindo o seu sentido hermenêutico e a estruturação da narrativa histórica final – a história da instituição educativa (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Desta maneira, é importante levar em consideração que a identidade cultural e educacional de uma instituição está também atrelada ao desempenho de seus atores, e de como suas implicações culturais afetam os territórios onde atuam, pois são os frutos que irão dar identidade à instituição educativa. Assim, é possível perceber que a identidade formada pela escola depende também da aceitação dos sujeitos que dela fazem parte, o que reforça a importância, para este trabalho, das narrativas de história de vida de sujeitos que estudaram e/ou ensinaram na Instituição Educativa Severiano Cardoso.

Neste sentido, há que se considerar que:

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica. Deste modo, ainda que segmentadas e especializadas, articuladas ou não de forma sistêmica, as instituições educativas desenvolvem uma identidade com base na relação com o contexto. (MAGALHÃES, 2004, p. 68).

Deste modo, para compreender a construção da identidade da instituição educativa se faz necessário levar em consideração as vozes de sujeitos nela envolvidos com vistas a apreender o contexto. Diante disso, a narrativa acerca de uma instituição educativa se torna infundável a partir do momento em que o historiador explora a memória dos seus entrevistados, possibilitando que esses enveredem pelas peculiaridades que compuseram/compõem a memória acerca de uma instituição. Enfatizando os elementos que fazem parte do local, levando em consideração os aspectos que o compõem, sendo esses culturais, econômicos, políticos e sociais que o caracterizam e o representam. Por certo a história de uma instituição educativa compõe-se por um conjunto de elementos que são comuns nas demais instituições educativas, mas que deixa espaço para singularidades na medida em que experiências de atores envolvidos são a ela agregadas. Para Magalhães (2012, p. 199), “[...] a ideia de instituições educativas consagra um complexo de finalidades, regras, normas estruturas sociais organizadas, realidade social envolvente e fundadora, relação intra e

extra-sistémica”. E neste sentido, aliar o prescrito ao vivido se torna necessário ao fazer historiográfico.

As fontes nos permitem ver o passado, no entanto, vale ressaltar que “[...] o passado é, por definição um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado está em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75). Assim sendo, o passado de uma instituição educativa é por definição um dado que nada mais modificará, contudo

[...] a história das instituições escolares e das práticas educativas, releva alguns princípios de caráter geral, na revisão e atualização da relação entre historicismo e hermenêutica, fundamentando as abordagens, caracterizando a materialidade e os agentes, estruturando a investigação ação, conferindo sentido à narrativa, nos planos simbólicos, analógico e de verossimilhança com a realidade institucional em construção e transformação (MAGALHÃES, 2004, p. 111).

Diante disso, a história de uma instituição educativa não deve ser vista só factualmente, pois outros elementos como a cultura e a arquitetura escolar devem ser considerados nos estudos históricos, porque se for tomada como referência a história das instituições e das práticas educativas e tentar aliá-las à análise e à interpretação da cultura escolar é possível apreender que uma instituição educativa está sempre em transformação. E por isso é necessário buscar o seu sentido, levando em consideração a cronologia dos fatos que a compõem, bem como a sua incursão dentro da cidade, a forma que ela está inscrita no quadro local e nacional e no sistema educativo, bem como o que ela representa nestas esferas. Ainda de acordo com Magalhães (2004, p. 111) “[...] a história, enquanto meio de representação, inteligência e interpretação da realidade em transformação, tende a constituir-se como um fator de racionalidade para a inovação e para a decisão, por parte das sociedades, dos estados e das pessoas”. Estas palavras de Justino Magalhães acalentam o pesquisador quanto à empreitada de dar a ver a realidade histórica de uma instituição na certeza de que a história não está pronta, ela está sempre em transformação, o que contribui como um fator de racionalidade, ou seja, a história servindo à sociedade, uma vez que não dá para fazer qualquer plano sem recorrer à história. O autor acrescenta ainda que

[...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projectos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2012, p. 200).

De fato, como já ressaltado, para compreender a história não bastam apenas documentos escritos, mas outros, a exemplo de fotos, atas, planos de aula, cadernos, os livros didáticos utilizados, bem como as fontes orais que permitem a compreensão da história daquela instituição, da cultura e das práticas escolares e conseqüentemente da história da educação. “A história é o exercício da memória realizado para compreender o presente e para nele ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja um futuro a construir, a escolher, a tornar possível” (CAMBI, 1999, p. 35). Neste sentido, para além da compreensão acerca da composição e organização da instituição educativa por meio da memória dos sujeitos que dela fizeram parte, e o seu tensionamento com documentos oficiais permite identificar, analisar e interpretar os elementos prescritos que compõem a instituição educativa.

Posto isso, com o objetivo de compreender a representação educacional da Instituição Educativa Severiano Cardoso para a cidade de Boquim, considerei como objetivos específicos: mapear e identificar as fases de transição da Instituição Educativa Severiano Cardoso e os aspectos que contribuíram para a mudança de nomenclatura e escopo, levando em consideração a legislação nacional e estadual e documentos institucionais e analisar as representações que os alunos/professores entrevistados têm da instituição. Diante disso, esquematizei o trabalho de maneira a abarcar a sua constituição, organização, funcionamento, representações e identidade institucional. Para tanto, o dividi em quatro seções, assim dispostas: a primeira, “Seção introdutória”, em que apresento o objeto de estudo, o objetivo geral e os específicos, o referencial metodológico, as fontes, o tema, os problemas de pesquisa, os pressupostos, destacando como foram operacionalizados os conceitos e noções utilizados. A segunda seção, “As leis e a escola: sobre as fases de transição da instituição educativa Severiano Cardoso”, é dedicada às fases de transição da Instituição Educativa Severiano Cardoso, e nela são apresentadas, em linha sucessória, as etapas que compõem a sua história, a saber: Escolas Reunidas Severiano Cardoso, Grupo Escolar Severiano Cardoso, Escola de 1º grau Severiano Cardoso, Escola de 1º e 2º grau Severiano Cardoso. Assim, são identificados os aspectos que contribuíram para essas mudanças de nomenclatura e escopo, levando em consideração a legislação nacional e estadual e documentos institucionais.

Na terceira seção, “Elementos constituintes da identidade da Instituição Educativa Severiano Cardoso”, busquei analisar as representações que os alunos e professores atribuíram à instituição educativa. Para tanto, a noção de representações de Chartier (1990) permite decodificar a forma como os sujeitos, por meio das narrativas, exibem e/ou apresentam a instituição educativa. Nas considerações finais o foco recai na compreensão da

representação educacional da instituição educativa Severiano Cardoso para a cidade de Boquim e como ela se insere na história das instituições educativas.

## **2 AS LEIS E A ESCOLA: SOBRE AS FASES DE TRANSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA SEVERIANO CARDOSO**

Essa seção tem como objetivo mapear e identificar as fases de transição da Instituição Educativa Severiano Cardoso e os aspectos que contribuíram para a mudança de nomenclatura e escopo, levando em consideração a legislação nacional e estadual e documentos institucionais. Assim são apresentadas, em linha sucessória, as etapas que compõem a sua história, a saber: Escolas Reunidas (1924-1926), Grupo Escolar (1926-1977), Escola de 1º Grau (1977-1991), Escola de 1º e 2º graus Severiano Cardoso (1991-2000) e Colégio Estadual Severiano Cardoso (2000-2016). Para tanto foram utilizadas como fontes: as Constituições Federais dos anos de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1988; as Reformas Educacionais dos anos 1890 (Benjamin Constant), 1892 (Fernando Lobo), 1901 (Epitácio Pessoa), 1911 (Rivadavia Corrêa), 1915 (Carlos Maximiliano) e 1925 (João Luiz Alves); a Lei nº 852, de 1923; o Decreto nº 867, que incidiu na Reforma da Instrução Pública do ano de 1924; as Mensagens de Governador dos anos de 1924, 1925 e 1926; as Leis de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, 1971 e 1996, regimentos escolares, relatórios de inspetores, decretos e resoluções referentes à instituição educativa em cada uma das etapas elencadas, bem como as narrativas de história de vida de alunos e/ou professores da instituição.

Neste sentido, serão enfocados e analisados em cada uma das fases aspectos que dizem respeito à materialidade, uma vez esta contempla a arquitetura, organização, e cultura material (móveis, material didático, material institucional e material instrucional). Outro aspecto abordado diz respeito à representação que envolve os arquivos escolares, os agentes, as memórias e histórias de vida e, por fim, a apropriação que se refere a aprendizagens, bem como o sentido atribuído à instituição por meio dos seus agentes e os seus destinos de vida.

### **2.1 Sobre as “instâncias basicamente objetivas e de funcionamento” de uma instituição educativa**

O pesquisador que propõe como desafio investigar uma instituição educativa de fato toma, também, como desafio compor a história da mesma. Há que se considerar que uma história institucional articula aspectos internos e externos da escola, pois eles trazem à tona os dispositivos legais pelos quais essa se configurou, contempla também ideias e práticas educativas, bem como a presença de conflito entre o tradicional e o necessariamente moderno, considerando que toda mudança na área educacional tem por base o critério de modernização.

Na busca de compreender tal transição e as que seguem o seu histórico, há que se considerar que:

A compreensão da evolução institucional corresponde à correlação de uma constelação epistêmica de natureza objetual e substantiva, constituída por materialidade, representação, apropriação, com uma outra natureza teórico-instrumental, composta por instituído, instituinte/institucionalização e instituição (MAGALHÃES, 2004, p. 139).

Neste sentido, enveredar pelo interior de uma instituição educativa, com o olhar de historiador, é ir à busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo e no espaço para além das alterações arquitetônicas pelas quais passou. É também ir à busca da identidade dos sujeitos nela envolvidos, sejam eles alunos, professores, gestores, dentre outros atores escolares. O mobiliário escolar, as práticas pedagógicas ali desenvolvidas, dentre outros elementos que envolvem a cultura material da escola e o resultado da formação docente também devem ser contemplados na análise, uma vez que este conjunto de elementos contribui para a construção da representação e da identidade da instituição educativa. Magalhães afirma que:

As instituições educativas têm uma estrutura física, uma estrutura administrativa, mas também uma estrutura social, ou melhor, sócio-cultural. Se as funções básicas de uma instituição educativa se objetivam na produção e na transmissão de cultura, seja pela matriz científica e tecnológica, seja pela matriz de comportamentos, atitudes, valores, bem se compreende a importância da dimensão sócio-cultural. É uma dimensão cuja abordagem não se obtém senão inquirindo a acção, os sentimentos e o sentido de participação dos actores. Se é necessário conhecer e caracterizar de forma aprofundada as atribuições e os papéis que cabem e se esperam de cada actor, não menos necessário é inferir sobre o grau de empenhamento e o sentido que nortearam a acção. Este desafio hermenêutico, em que as acções e os destinos de vida dos actores dão corpo às realizações institucionais, é porventura a via fundamental para a construção da identidade histórica das instituições educativas (MAGALHÃES, 1999, p. 71).

Ao considerar esses elementos, o essencial é atentar para o que uma instituição “supostamente” singular instituiu e qual é o sentido do instituído. Isso porque para compor a historiografia de uma instituição educativa, o trabalho maior do historiador é compreender a relação do particular com o geral. Desta maneira, as etapas de uma instituição educativa que acompanhou todas as fases de educação instituída no século XX, no núcleo do processo de institucionalização da escola pública, tornam-se importantes pelo fato dela se diferenciar de inúmeras que foram instituídas em período semelhante e que não permaneceram em

funcionamento ou que não passaram por tais fases, da mesma forma que, assim como outras que passaram pelo tempo tomando dele todas as suas mudanças, se constituiu um “modelo” de instituição.

Ao tomar como objeto de análise a história da IESC, parti do que orienta Magalhães (2004), para quem:

A materialidade inclui condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos, programas e estruturas (organizacional de poder e de comunicação) – instâncias basicamente objetivas e de funcionamento. A representação engloba os aspectos relativos às memórias, à bibliografia, aos arquivo(s), e à modelização orgânica e projectual da ação, ao grau de mobilização e aplicação – pedagogias currículos, estatutos, agentes. A apropriação refere-se às aprendizagens, ao modelo pedagógico, ao ideário, a identidade dos sujeitos e da instituição, aos destinos de vida (MAGALHÃES, 2004, p. 139).

Diante deste esquema apresentado por Magalhães considera-se por materialidade o instituído, englobando as condições físicas no que diz respeito aos aspectos arquitetônicos, material didático, bem como a sua estrutura organizacional ou, como sintetizou Saviani (2007, p. 25) que a materialidade de uma instituição educativa compreende “o suporte físico das práticas educativas”. Ao corroborar com Magalhães (2004), Werle, Brito e Colau (2007) assim se expressaram:

A materialidade da escola tem significado para a identidade institucional e para a sociedade, para os moradores das cercanias do prédio escolar. Implica na vida dos moradores da cidade, mesmo que estes não tenham estudado, trabalhado ou enviado seus filhos e netos para aquele estabelecimento de ensino. (WERLE, BRITO, COLAU, 2007, p. 160).

A representação, por sua vez, deve ser interpretada como sendo o sentido que é atribuído à instituição de acordo com o papel desempenhado a partir do simbolismo e dos “suportes de ação e mobilização” dos agentes educativos que, por sua vez, dão a ver a objetivação da instituição. E por isso, na tentativa de arregimentar elementos para a análise, busco entender sua constituição, atentando, sobretudo, para sua materialidade e representações. Ressalto também que a sistematização da sua “evolução histórica” é tomada como um dos principais caminhos para compreendê-la “em sua totalidade”. Afinal,

[...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e manutenção normativa, analisando os comportamentos representações e

projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Já com relação à apropriação, o que deve estar claro é que a “complexidade institucional corresponde em grande parte à complexidade educacional” (MAGALHÃES, 2004, p. 43). Posto isso, quando se trata de apropriação no estudo da instituição educativa deve-se considerar a autoeducação/subjetivação traduzidas, dentre outras, nas figuras do aluno, educando e formando e em tudo que da sua participação no campo educacional decorre, a exemplo do empenho e currículo.

## **2.2 A pluralidade das Leis incidindo na “Evolução Histórica” da Escola: do nacional ao local**

A Constituição Federal de 1891 se preocupou com elementos formais da educação, a exemplo de instituir competências, e menos com elementos especificamente educacionais. A referida Constituição versa sobre a educação nos artigos 34, 35 e 72. O Art. 34, inciso 30, define como atribuição do Congresso Nacional “[...] legislar sobre [...] ensino superior e demais serviços que na capital forem reservados para o governo da União”. Está, também, dentre as suas obrigações a de “[...] animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; prover a instrução secundária no Distrito Federal” (Art. 35, § 2º, 3º e 4º). O artigo 72 da mesma constituição dispõe em seu § 6º que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Raposo assim sintetiza a referida Constituição quanto aos temas educacionais:

A Constituição Republicana de 1891, adotando o modelo federal, preocupou-se em discriminar a competência legislativa da União e dos Estados em matéria educacional. Coube à União legislar sobre o ensino superior enquanto aos Estados competia legislar sobre ensino secundário e primário, embora tanto a União quanto os Estados pudessem criar e manter instituições de ensino superior e secundário. Rompendo com a adoção de uma religião oficial, determinou a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos (RAPOSO, 2005, p. 2).

Embora discriminando as competências da União e dos Estados no que diz respeito à educação e apresentando limitações com relação à educação brasileira, a primeira constituição republicana abre alas para, segundo Vieira (2007, p. 295), “[...] uma tendência que vai se



manter constante na história da política educacional” brasileira. Nesse sentido propostas de educação dispostas na Constituição Federal de 1891 apresentam o valor dos textos constitucionais no que se refere à análise da política educacional no Brasil e esta é eminentemente burocrática e formal para além de generalista. Entretanto, vale ressaltar que dentre estes princípios estabelecidos pela referida constituição há uma composição de aspectos legais que contribuíram para a implantação de reformas na Instrução Pública Brasileira e conseqüentemente para a criação de instituições com estrutura para receber as novidades propostas.

Para além da Constituição Federal de 1891, foram seis as Reformas Educacionais ocorridas durante a Primeira República que antecederam o período de criação da IESC. Desta forma, se faz necessário traçar um panorama, mesmo que de forma geral, com o intuito de situar a instituição dentro das mudanças da educação brasileira. De acordo com Inácio Filho e Silva (2010, p. 218), “[...] as Reformas Educacionais engendradas na Primeira República e que viemos a conhecer pela denominação dos seus propositores” são fruto de discussões que representam, por um lado, a necessidade de mudança em um determinado aspecto, e por outro, o como e o que deveria ser modificado.

Neste sentido, busquei compreender de que modo a legislação e as reformas dela decorrentes contribuíram para a educação no Brasil, voltando o foco para a criação da IESC. Vale ressaltar que a constituição Federal de 1891 não faz alusão ao ensino primário, contudo “insinua” o que estava ou não sendo pensando na época sobre as instituições primárias. Deste modo, o foco para a legislação brasileira em período anterior ao marco temporal se torna importante por essas revelarem a ausência de discussões acerca do ensino primário. O que permite pensar a maneira como a educação fora pensada e os direcionamentos que foram ou não dados no decorrer da legislação brasileira. Assim, foi feita uma digressão para entender o lugar ocupado pela educação no contexto nacional a partir do que estava sendo pensado e projetado legalmente, bem como a sua influência para o nacional e o local. A título de dar visibilidade e para melhor apreensão do que cada uma delas expressa, o quadro a seguir foi composto:

Quadro 2 – Reformas Educacionais na Primeira República

Ano	Autores	Objetivos	Sobre o Ensino Primário
Decreto n° 981 de 8 -11 1890	Benjamin Constant	“[...] modelar para o País seu plano curricular seria critério para qualquer tipo de equiparação em face aos seus similares estaduais ou livres”. (CURY, 2010, p.352). Benjamin Constant formalizou a criação do <i>Pedagogium</i> que deveria ser um centro propulsor de reformas educacionais as quais poderiam servir de modelo para a Federação como um todo. Esse estabelecimento de ensino seria um instrumento de estreitamento de relação dentro da Federação e com os países estrangeiros, a fim de permutarem documentos e promover melhoramentos e invenções no âmbito educacional”. (CURY, 2010, p.353).	Art. 2º A instrução primaria, livre, gratuita e leiga, será dada no Distrito Federal em escolas públicas de duas categorias: 1ª escolas primarias do 1º gráo; 2ª escolas primarias do 2ª gráo. § 1º As escolas do 1º gráo admittirão alumnos de 7 a 13 annos de idade, e as do 2º gráo, de 13 a 15 annos. Umas e outras serão distinctas para cada sexo, porém meninos até 8 annos poderão frequentar as escolas do 1º gráo do sexo feminino. § 2º Nenhum alumno será admittido á frequencia das escolas do 2º gráo sem exhibir o certificado de estudos primarios do gráo precedente.
Decreto n° 1.159, de 3-12-1892	Fernando Lobo	“[...] aprova “[...] para as instituições de ensino superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores” um código que mantém o ensino oficial superior da União como parâmetro de qualquer instituição congênera” Diz o art. 309: É licito aos Estados federados fundar estabelecimentos de ensino superior; mas, para que os grãos por eles conferidos tenham os mesmos efeitos legais que os estabelecimentos federaes, é mister: 1º, que as habilitações para matrículas e exames e os cursos, sejam idênticos aos estabelecimentos federaes; 2º, que se sujeitem à inspeção do Governo Federal, que para esse fim nomeará delegados que tenham o gráo de doutor ou bacharel pelos estabelecimentos que devem fiscalizar ou por outros aquelles equiparados (CURY, 2010, p. 354).	Não trata do ensino primário
Decreto n° 3.890 de 01 -1 -1901	Epitácio Pessoa	Estabelece um outro Código dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundário. Com 384 artigos e mais três nas disposições provisórias, o Título II do mesmo código regulamenta a criação de estabelecimentos de ensino superior e secundário nos Estados ou por particulares, com o objeto de concessão subordinada a múltiplas e minuciosas condições. (CURY, 2010, p.355).	Não trata do ensino primário
Decreto n° 8.659 de 5 -4	Rivadavia Correa	A Reforma Rivadávia Correia - “Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República”. Essa reforma durou	Não trata do ensino primário

de 1911		quatro anos. Pode-se dizer que foi o período de maior continuidade porque passou a superintendência federal do ensino secundário e superior. Constituiu-se na iniciativa mais importante de realização da ideia de liberdade de ensino no período. Essa foi, também, a experiência mais marcante de desoficialização do ensino. Seu objetivo era instaurar um regime de igualdade e de livre competição entre os estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, estando esses últimos isentos de qualquer autorização ou fiscalização governamental para seu funcionamento”. (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010, p. 238-239).	
Decreto n° 11.530 de 18 - 3 1915	Carlos Maximiliano	“[...] reorganiza o ensino secundário e o superior na República”. (CURY, 2010, p.356). “[...] faz voltar, a forma mais acentuada, as disposições uniformizadoras e fiscalizadoras da educação fixadas no início do regime republicano. A inspeção precede ao reconhecimento das escolas superiores, cujos diplomas devem ser registrados por órgão federal e a aprovação do currículo supunha o julgamento sobre a seriação das matérias. Os estabelecimentos não eram obrigados a seguir rigidamente o modelo de escolas federais na distribuição das matérias pelas várias séries do curso, o que pode ser caracterizada como flexibilidade didática (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010, p. 238-240).	Não trata do ensino primário
Decreto n° 16782 de -1 1925	João Luiz Alves	“[...] cria o Departamento Nacional de Ensino, revoga o Conselho Superior de Ensino e institui o Conselho Nacional de ensino. Dele poderiam fazer parte também os representantes dos estabelecimentos equiparados escolhidos pelos seus representantes”. Pelo art. 22, cabia a esse Conselho, entre outras atribuições, “[...] dar parecer sobre a equiparação de institutos de ensino particulares ou dos Estados aos oficiais[...] propor a cassação ou suspensão das regalias e equiparação”. Todo capítulo X do decreto é voltado à equiparação, com uma série de condicionantes. Os diplomas de qualquer instituto oficial, oficializado ou equiparado, seriam registrados no Departamento Nacional de Ensino (CURY, 2010, p.357-358).	Art. 24 – o Governo da União com o intuito de animar e promover a difusão do ensino primário nos Estados, entrará em acordo com estes para o estabelecimento e manutenção de escolas do referido ensino nos respectivos territórios. Paraphrased Único. Estes acordos serão celebrados nos limites das dotações consignadas pelo Conselho Nacional no orçamento da despesa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Art. 25 – Os acordos obedecerão as seguintes bases: a) a União obriga-se pagar directamente os vencimentos dos professores primários, até o máximo de 2:400\$ annuaes, e os Estados a fornecer-lhe casas para residência e escola, assim como o necessário material escolar; b) as escolas subvencionadas serão de natureza rural; c) os estados obrigar-se-ão a reduzir o número de escolas existentes no seu território ao tempo de celebração do seu acordo, a aplicar 10%, no mínimo, de sua receita na instrução primária e normal, a permitir que a união fiscalize o efectivo funcionamento das escolas por ella subvencionadas, e a

			<p>adoptar nessas escolas programma organizado da União.</p> <p>Art. 26 A criação de situação de escolas subvencionadas obedecerão as mais urgentes necessidades da população, tendo em vista a estatística dos menores em idade escolar (8 a 11 annos de idade).</p> <p>Art. 27 – Poderão ser creadas escolas nocturnas, do mesmo carácter, para adultos, obedecendo ás mesamas condições do art. 25.</p>
--	--	--	--

Fonte: Quadro sintético elaborado pela autora a partir do texto intitulado *Reformas educacionais*, de Geraldo Inácio Filho e Maria Aparecida da Silva (2010); do texto *Reformas educacionais no Brasil*, de Carlos Roberto Jamil Cury e nas legislações: Decreto n° 981 de 8 -11 -1890; Decreto n° 1.159, de 3-12-1892; Decreto n° 3.890 de 01 - 01 - 1901; Decreto n° 8.659 de 5 - 4 - 1911; Decreto n° 11.530 de 18 - 3- 1915; Decreto n° 16782 de 13 -01- 1925. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm)>. Acesso em: 20 jul.2016.

Como pode ser percebido, as Reformas Educacionais instituídas no período da Primeira República (1889 – 1930) apresentavam, de certa forma, objetivos distintos, pois “[...] não eram formuladas como um Projeto de Estado, mas como iniciativas do governo sem continuidade, após eleições substitutivas dos governantes” (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010, p. 242). Como se pode observar nas Reformas Benjamin Constant e Epiácio Pessoa, existiam pontos, de certa forma, em comum, pois a Reforma de Epiácio Pessoa concretizou o idealismo da primeira reforma, fazendo apenas adaptação às realidades regionais. Com relação à Reforma Rivadávia Corrêa, ela ficou conhecida também como a que proporcionou a desoficialização do ensino e que revogou a Reforma de Epiácio Pessoa. No entanto, em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano foi responsável por voltar atrás sobre algumas decisões que foram tomadas pela Reforma Rivadávia Corrêa, propondo outros encaminhamentos para o ensino. Tal reforma foi capaz de reoficializar o ensino e reestabelecer a interferência do Estado que havia sido eliminada pela reforma anterior. A Reforma João Luiz Alves foi a última reforma da chamada República Velha e abriu caminhos para a implantação definitiva do ensino secundário seriado.

As Reformas Benjamin constante e João Luiz Alves como se pode observar na tabela anterior foram as que fizeram alusão ao ensino primário e que de certa forma abriram portas para outras reformas, o que por sua vez, foram responsáveis pelos novos direcionamentos dados a educação primária no Brasil e, o que incluía a IESC. Para além de tais reformas, a década de 1920 no Brasil contou com a propagação das ideias escolanovistas que culminou em movimento de renovação educacional no país. Nesse período também ocorreram as reformas de cunho estadual, a exemplo da que se sucedeu no estado de São Paulo, em 1920, com Sampaio Dória; no Ceará, em 1922, com Lourenço Filho; na Bahia, em 1926, com Anísio Teixeira; e no Distrito Federal, em 1927, com Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 2009). O somatório de tais aspectos recaiu no novo modo de estruturação das instituições educativas e, conseqüentemente, novos métodos de ensino. Nagle assim sintetizou:

O que distingue a última década da Primeira República das que a antecederam, foi justamente isso: a preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. Com isso aparecem novos esquemas de enquadramento desse processo ou, pelo menos, velhos esquemas são repensados e antigas aspirações são revigoradas, com o que se procura criar as condições institucionais apropriadas para a sua aplicação e realização. Parece que são os velhos sonhos do republicanismo histórico que voltam a perturbar a mente dos republicanos quase desiludidos; por exemplo o sonho da República espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade, ou o sonho de, pela instrução,

formar cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transforme em uma Nação à altura das mais progressivas civilizações do século (NAGLE, 1974, p. 100).

Como se pode intuir, a década de 1920 foi um período de transformações significativas para a sociedade brasileira, sobretudo se levarmos em consideração fatos ocorridos como, por exemplo, a Semana de Arte Moderna, a crise do café, a criação do Partido Comunista, do movimento tenentista, dentre tantos outros acontecimentos culturais, econômicos e políticos, que de fato abalaram os padrões nacionais que sustentavam a estrutura social que vinha sendo construída na Primeira República. No tocante a documentos legais estaduais/locais que contribuíram de forma direta ou indireta para a criação da IESC, mais precisamente as suas primeira e segunda fase.

Quadro 3 – Leis e Decretos Sergipanos

<b>LEIS E DECRETOS SERGIPANOS</b>		
<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>ESCOPO</b>	<b>CONTEÚDO</b>
Decreto nº 30 de 15 de março de 1890	Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado Sergipe.	O primeiro regulamento republicano dirigido à Instrução Pública no Estado de Sergipe, Decreto N. 30, de 15 de Março de 1890, foi aprovado por Felisbello Firmo de Oliveira Freire – primeiro presidente republicano, nomeado pelo Governo Central no final do século XIX. No documento há indicativo da necessidade de efetuar uma reforma de modo radical, à época, na instrução pública do Estado, incluindo o Curso Normal (SANTOS, 2015, p. 41).
Decreto nº 501 de 05 de agosto de 1901	Manda observar o Regulamento do Ensino Primário Reformado.	O Regulamento reformado trata do ensino de forma geral sendo este particular e público, dividindo-se em primário, normal e secundário bem como da: Criação, classificação e supressão de cadeiras; Organização das Escolas; Dos meios disciplinares. Da matrícula; Do provimento das cadeiras e dos concursos; Das remoções; Licenças, substituições e descontos; Deveres dos professores públicos; Vantajes e castigos; Dos alunos, pontos e notas; Dos inspectores do ensino; Directoria da instrução pública e do ensino primário; Do processo disciplinar; Do conselho superior; Do Ensino Público Normal; Das aulas; Das lentes e provimento de cadeiras; Da Congregação; Da Direção da Escola Normal; Vencimentos; Do Ensino Secundário; Dos Programmas de Ensino e Horário das Aulas; Das Aulas e dos Exames; da Congregação; Do Concurso; Da Disciplina

		do Atheneu; Da distribuição dos prêmios; Do pessoal administrativo; Dos vencimentos; Das aulas secundárias avulsas (SERGIPE, 1900-1902, p. 76-127).
Decreto nº. 563, de 12 de agosto de 1911	Aprova e regulamenta o Ensino Primário em Sergipe.	A ênfase dessa legislação está no Ensino Primário considerado obsoleto e condenado pela moderna pedagogia e, no Ensino Normal que não tinha moderna Pedagogia o desenvolvimento actualmente dado a matéria na sua relevante importância, no métodos de ensino, na conservação da saúde da criança e no seu desenvolvimento (SERGIPE, p. 13-108).
Lei nº 605 de 25 de setembro de 1912	Dá nova organização à Instrução Pública do Estado de Sergipe.	De acordo com a legislação a instrução desmembra-se em: pública e particular. A Instrução Pública em primária, normal e secundária. Essa legislação trata da organização externa das escolas primárias; Da criação, conservação, supressão de escolas e sua localização; Do fundo escolar; Do anno lectivo; férias e matrícula; Substituições e permutas; Dos agentes da direção; Da directoia da Instrução Pública; Dos inspectores geraes do ensino; Directorias do Atheneu, da Escola Normal e Grupos Escolares; Da organização interna das escolas; Do ensino particular; Ensino Normal; Ensino Secundário (SERGIPE, 1912, p. 3-48).
Decreto nº 571 de 19 de outubro de 1912	Expede Regulamento para a Instrução Pública do Estado de Sergipe.	A Instrução do Estado de Sergipe desmembra-se em pública e particular; a instrução pública em primária, normal e secundária. É livre a matrícula em qualquer um dos graus da instrução pública para todos os indivíduos, de um ou outro sexo, que se acharem nas condições exigidas por este Regulamento; livre e gratuito para a primária, que se tornará obrigatória logo que permitam as condições do Estado. As disciplinas de cada grau serão distribuídas por séries, conforme os respectivos programmas. (SERGIPE, 1912, p. 25).
Decreto nº 867 de 11 de março de 1924	Dá novo Regulamento à Instrução Pública do Estado de Sergipe	A Instrução Pública do Estado de Sergipe está dividida em primária, elementar e superior com duração de três annos, cada uma ministrada em escolas isoladas, escolas reunidas, grupos escolares e estabelecimentos particular. No Título I o Regulamento trata também da: Divisão da Instrução; Direção e Inspeção de Ensino; das funções do Presidente de Estado no que diz respeito a Instrução Pública; Do

		<p>secretário geral; do diretor geral da Instrução; Do Conselho do Ensino; dos delegados Regionais do Ensino; dos encarregados escolares; Da inspetoria medico-sanitária escolar; Da hygiene escolar; da Directoria Geral; Do secretário; dos escripturarios; Dos porteiro-continuo e dos serventes; Do fundo escolar; das caixas escolares; Do material escolar; da escripturação escolar; Da estatística escolar; Do ensino primário em geral; da matricula; das aulas; das promoções e exames; da criação, localização e suppressão das escolas; do provimento das escolas; das remoções e permutas; das substituições; da classificação das escolas; dos grupos escolares; Dos jardins de creanças e das escolas maternas; Das escolas nocturnas; Do ensino particular; Do ensino religioso; Dos professores primários; Dos direitos dos professores; Dos deveres dos professores; Das licenças; Das faltas; Dos vencimentos; Das penas em geral; Das penas dos professores; Das penas dos funcionários e empregados; Da disciplina escolar; Das penas dos alunos; Da competência; Do processo disciplinar; Dos recursos; Título II: Do ensino normal (Da Escola Normal Ruy Barbosa; Dos Programmas; Da matricula; Das aulas e seu regimen; Da prática pedagógica; dos alumnos e sua disciplina; Diploma de normalista; Da collação de gráo; Do corpo administrativo; Do corpo docente; Do provimento das cadeiras; Do julgamento dos candidatos; Da congregação; Da escripturação da Escola; Do gabinete de Physica e chimic; Do gabinete dentário; Do museu pedagógico; Da bibliotheca; Disposições geraes; Disposições transitórias (SERGIPE, 1924, p. 5-82).</p>
Decreto nº. 25, de 3 de fevereiro de 1931	Dá novo Regulamento da Instrução Pública do Estado	O Decreto 1931 trata do: Ensino, seus fins e divisão; Da organização escolar; Da direção, orientação e fiscalização de ensino; Da inspeção escolar; Dos grupos escolares; Do programma, aulas e férias; Matricula, disciplina, promoções, exames; Deveres, direitos e penas; Provimento das escolas; Dos concursos; Do recenseamento escolar; Do fundo escolar; Do ensino particular; Do ensino pré-escolar; Do pessoal administrativo; Disposições geraes (SERGIPE, 1931, p. 4-24).

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da coleção de Leis e Decretos do Estado de Sergipe (1890-1931).



No estado de Sergipe a ênfase emanada da Constituição de 1891 e de todas as reformas nacionais dela decorrentes, bem como a influência do movimento da Escola Nova está mais evidente na Reforma da Instrução Pública do ano de 1924, através do Decreto nº 867. Tal reforma teve como orientador o Professor Abdias Bezerra, diretor da Instrução Pública à época. “Reformar a Instrução Pública sergipana” era um dos objetivos do então presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso (1922-1926). Este demonstrou suas preocupações com a instrução, pois para ele “[...] a educação fazia parte das suas proposições igualmente como elemento mantenedor da ordem e da prosperidade da pátria” (AZEVEDO, 2013, p. 94). Em documentos oficiais também se percebe a preocupação do administrador com a instrução, nos quais faz menção às condições da educação e à reforma da instrução. Afirmou ele que:

“É chegado o momento de encarardes o problema cuja solução tantas vezes se há buscado já, sendo-me infinitamente grato contribuir para a sancção de uma lei de reforma do ensino primario em geral, lei que consulte sobretudo a índole e as tendencias do povo para que for votada”. (SERGIPE, 1923, p. 8).

As primeiras bases da reforma deram-se, sobretudo, no ano de 1923, período em que ocorreu a aprovação da Lei nº 852. Tal lei dispôs sobre as bases que deveriam orientar a reforma, com ênfase para os elementos do ensino das escolas de ensino primário, bem como a reforma do ensino normal do Estado de Sergipe. Com a instituição dessa lei o ensino primário passou a ser configurado da seguinte forma:

O ensino primário se dividirá em ensino elementar e ensino superior, ministrados em escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares, exclusivamente destinados a meninos de ambos os sexos, dos sete aos quatorze anos de idade. Os menores de sete só poderão ser oficialmente admitidos em escolas maternas ou jardins de creanças; os maiores de quatorze, em escolas de adultos, diurnas ou nocturnas, a juízo do Governo. (SERGIPE, 1923, p. 28).

Para além da Lei nº 852, à época em que a reforma estava sendo discutida, o então diretor da Instrução Pública, Abdias Bezerra, realizou visita ao estado de São Paulo com o objetivo de acompanhar de perto a organização do ensino paulista que era desenvolvido de acordo com a reforma de autoria de Sampaio Dória (1920), tendo em vista que o ensino paulista era considerado modelo para os demais estados. Entretanto, no período da referida visita do diretor da Instrução sergipana, a reforma já não era a original, o que se tinha era uma

reforma “reformada” como nominou Azevedo (2013) em seu texto “*Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o movimento renovador na educação escolar sergipana na década de 1920*”. Isso porque a reforma original já havia sido modificada no governo de Washington Luís, no período da visita do diretor da Instrução Pública sergipana.

Ao retornar a Sergipe, ainda assim Abdias incorporou ideias da reforma paulista no “Regulamento da instrução de março de 1924 e no Programa para o curso primário, elementar e superior decretado em dezembro do mesmo ano, e demais textos legais e recomendações durante o Governo” (AZEVEDO, 2013, p. 105). Azevedo faz algumas considerações no que diz respeito ao regulamento que contemplava as propostas para a reforma de 1924:

O Regulamento de 1924 trazia determinações para todos os níveis de ensino (primário, profissional e secundário); inaugurava a regulamentação de jardins de infância e escolas maternais; detalhava as atribuições das autoridades envolvidas com a instrução; discorria sobre os subsídios financeiros para o ensino através de fundo escolar e caixas escolares; dava tratamento aos materiais escolares; prescrevia normas para o uso do método de ensino intuitivo; ocupava-se com o ensino religioso; entre outros aspectos. O documento estava organizado ao longo de 115 páginas onde se ordenavam 57 capítulos e 472 artigos. Destes, 320 artigos distribuídos por 37 capítulos em 78 páginas dedicavam-se à reforma do ensino primário (AZEVEDO, 2013, p. 106).

Como pôde ser analisado, a compreensão do diretor acerca da organização do ensino paulista incidiu em mudanças para a instrução sergipana no que diz respeito à divisão do ensino primário em níveis e a redução da gratuidade e obrigatoriedade, bem como do tempo de escolarização para o primeiro desses níveis. O quadro a seguir tem o objetivo de melhor explicitar as incorporações, ou não, da reforma modelo.

Quadro 4 – Reformas do ensino primário na década de 1920 (Divisão da instrução em SP e em SE)

<b>REFORMA PAULISTA DE 1920</b>	<b>REFORMA SERGIPANA DE 1924</b>
- ensino primário de dois anos (9 e 10 anos, o único obrigatório e gratuito);	- ensino primário elementar de três anos (único obrigatório e gratuito);
- ensino médio de dois anos;	- ensino primário superior de três anos
- ensino complementar de três anos (acoplado aos ginásios e escolas normais);	-----
- ensino secundário especial (ginásios e escolas normais);	- ensino secundário especial (ministrado no Atheneu Sergipense, Escola Normal e

	instituições particulares);
- ensino profissional;	- ensino profissional (ministrado em escolas profissionais);
- ensino superior	-----

Fonte: (AZEVEDO, 2015).

Diante do exposto no quadro anterior é possível perceber que a reforma sergipana buscou embasamentos no modelo paulista, mas não a sua completa implementação. Ademais destas novas configurações advindas, em parte, da instrução paulista para a instrução sergipana, podem ser feitas algumas considerações sobre a última, na medida em que pode-se perceber que a reforma realizada em Sergipe não é a cópia fiel da do estado de São Paulo, pois diferentemente de Sergipe, para a instrução paulista o que se propôs foi um ensino primário de quatro anos, o qual, em Sergipe, foi reduzido para dois, bem como a carga horária diária de aulas, igualmente reduzida em Sergipe (AZEVEDO, 2013). Neste sentido, para além dos aspectos burocráticos é possível pensar em elementos mais aprofundados como, por exemplo, as características propostas pelos governantes para cada estado. No caso de Sergipe, o governador Graccho Cardoso almejava um ensino que se aproximasse das ideias escolanovistas, embora o responsável pela reforma paulista não se “declarasse” escolanovista. Tais modificações, de fato, confirmam o exemplo e não a cópia do modelo paulista.

### **2.3 1ª fase: Escolas Reunidas Severiano Cardoso (1924 – 1926)**

Ao seguir o exemplo dos outros estados, em Sergipe, na década de 1920 foram criadas várias instituições de ensino. Foi nesse período que começaram a ser construídas as escolas reunidas no estado de Sergipe, a exemplo das Escolas Reunidas Esperidião Monteiro, na cidade Santo Amaro das Brotas, e das Escolas Reunidas Severiano Cardoso, na cidade de Boquim, ambas criadas em 1924, sendo que esta última começou a funcionar em 1925, isso tomando por base a “Estatística – matrícula e frequência de 1924”, em que não aparecem os dados das referidas escolas, bem como o mesmo tipo de documento do ano de 1925, em que aparecem. Constituindo-se como Escolas Reunidas, a IESC foi criada como forma de atender às necessidades no que diz respeito à escolarização da cidade e municípios circunvizinhos, uma vez que nesse período o modelo de instituição educativa era o de escolas isoladas, que por sua vez fazia parte do conjunto de instituições educativas da 4ª zona de Sergipe, hoje

região Sul do estado de Sergipe, mas que não mais atendia às exigências do período em termos educacionais.

Foi em detrimento das escolas isoladas que foram criadas as escolas reunidas, estas, por sua vez, como já registrado pela historiografia brasileira, constituem-se em um modelo que antecedeu a etapa de constituição dos grupos escolares. Assim sendo, elas, por se tratarem de instituições pouco onerosas, tornaram-se o modelo viável à época.

Sobre este tipo de escola, assim explicou Rosa Fátima de Souza:

A prática da reunião das escolas em um mesmo edifício continuou a ser adotada, criando um outro tipo de escola primária denominada escolas reunidas. Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas. Mantendo diferenças salariais e uma organização mais simplificada que os grupos escolares, tais escolas formam um expediente econômico utilizado pelo governo, uma forma de protelar a criação do grupo escolar na localidade. (SOUZA, 1998, p. 50).

Além do baixo custo, as escolas reunidas se tornavam vantajosas para o governo na medida em que agrupando as escolas isoladas proporcionariam maior controle do trabalho docente e economia com aluguéis. Para o pesquisador Antônio Carlos Pinheiro (2001, p. 123), “[...] as escolas reunidas eram encaradas pelos administradores da instrução pública como uma organização escolar transitória, já que, paulatinamente, se transformariam em grupos escolares, à medida que aumentasse a demanda por escolas nas diversas localidades”. Bem colocou Pinheiro (2001), ao considerar as escolas reunidas uma “organização escolar transitória”, pois da mesma forma aconteceu com as Escolas Reunidas Severiano Cardoso, como já mencionado em parágrafos anteriores, pois sua organização ocorreu no ano de 1924. Contudo, por se tratar de uma modelo de instituição “transitória”, e conseqüentemente impulsionada pelos aspectos econômicos e políticos da época, acompanhou o movimento reformador da Instrução Pública da década de 1920, transformando-se dois anos depois, em 1926, em Grupo Escolar, contando inclusive com prédio próprio e que seguiu os preceitos da “pedagogia moderna” (SANTOS, 2009, p. 12). No governo de Graccho Cardoso a instrução pública se tornou uma prioridade com ações comprovadas. Conforme destaca Crislane Barbosa Azevedo,

Os discursos e propostas de ação do governante revelavam a defesa da instrução pública como uma das tarefas mais importantes a serem desenvolvidas pelo Estado e a necessidade de estudos e adoção de métodos racionais em prol do desenvolvimento econômico. Portanto, revelavam seu defensor como um homem que acreditava no progresso, esperança que

influenciou sua administração na década de 1920 (AZEVEDO, 2015, p. 325).

Ao pensar a instrução pública como uma das tarefas mais importantes do Estado, Graccho Cardoso desenvolveu ações no âmbito da educação, a exemplo da “transformação de prédios de antigas cadeias em escolas, amparado pelo Decreto nº 783, de 24 de fevereiro de 1923” (AZEVEDO, 2015, p. 331). Seguindo essa mesma lógica no estado de Sergipe, diferentemente de outros estados do Brasil, a exemplo de São Paulo onde o modelo de escolas reunidas se expandiu em Sergipe antes de serem transformadas em grupo escolar, poucas foram construídas e as que foram, a exemplo das citadas, logo foram transformadas em Grupos Escolares. Foi seguindo a lógica nacional que as Escolas Reunidas Severiano Cardoso, construída em 1924, passou cerca de dois anos funcionando nesta condição e foi transformada em Grupo Escolar em 1926. Eis aqui a primeira denominação e a primeira mudança estrutural que atendia ao prescrito nacionalmente.

O patrono escolhido para nominar a escola foi Severiano Maurício de Azevedo Cardoso (Estância, 1840 – Aracaju, 1907). Segundo Armindo Guaraná (1925, p. 259), “[...] na corporação do professorado sergipano nenhum outro o excedeu com competência e amor á instrução, nem houve quem melhor soubesse difundir o ensino no espirito dos seus jovens discípulos”. Tais características, somada ao fato de ter sido jornalista, político e também ter assumido a função de escriturário do Atheneu Sergipense, bem como o parentesco com o governador Graccho Cardoso, foram as motivações para a escolha.

A ERSC funcionou de acordo com o disposto na Lei nº 852 de 30 de outubro de 1923, e com o “Regulamento da Instrução Pública” de 1924 e com o Programa para o Ensino Primário Elementar. Tal regulamento é o desdobramento da referida Lei. Neste sentido, tal escola, atendendo ao disposto no artigo IX da referida lei, tinha como objetivo “[...] promover o desenvolvimento das faculdades moraes e intellectuaes da creança, cultivar-lhe a vontade livre, quanto preparar-lhe um physico sadio e assegurar-lhe os conhecimentos uteis à vida” (SERGIPE, 1923, p. 30). Quanto à estrutura física a instituição deveria contemplar os seguintes aspectos conforme dispõe o artigo VII:

As casas para instalação de escola deverão ser convenientemente arejadas e iluminadas, de acordo com a natureza excepcional dos fins a que se destinam, com a superfície inferior a um metro quadrado, por alumno; disporão ainda de um pequeno jardim ou horta, pateo apropriado para recreio, lavatório e sentinas, construídas pelo sistema de fossas biológicas, quando situadas no interior. (SERGIPE, 1923, p. 30).

Na condição de ERSC, a instituição esteve sob a direção da professora Consuêlo Pinto e, de acordo com comunicado dela ao Diretor da Instrução Pública no ano de 1925, e que compõe um dos poucos registros referentes ao primeiro ano de funcionamento da ERSC, embora de maneira velada, revela a estrutura da escola. Essa era pequena, sendo composta por quatro salões. O documento não dispõe sobre as demais áreas (banheiros, pátio, biblioteca) da escola, porém a mesma Lei 852/1923 garantia em seu artigo XV que: “Em cada escola haverá uma biblioteca, a qual será formada com exemplares das obras didáticas aprovadas pelo Conselho Superior do Ensino e com os livros que forem oferecidos para esse fim, por autoridades e particulares” (SERGIPE, 1923, p. 35).

De acordo com os termos de visita de inspeção escolar dos anos de 1925 e 1926, foram professoras das ERSC para além de Consuêlo Pinto (1925 – 1926): Ester Regis (1925 – 1926); Maria de Carvalho (1925 – 1926), Eulalia Lourdes Macêdo (1926) e Regina dos Reis (1926), que também fora diretora com a saída de Consuêlo Pinto. Sobre as formas de ingresso, a referida Lei 852 de 1923 dispõe em seu artigo VIII que:

Para que um menino seja admittido a uma escola, é mister previa matricula. Esta poderá ser feita em qualquer dia útil do anno escolar. Para effectual-a, bastará que os paes ou responsaveis pela creança a solicite verbalmente e apresentem, no acto, certidão de nascimento ou justificação que a suppra, e atestado de haver sido vaccinado, nos últimos dois annos. (SERGIPE, 1923, p. 30).

De acordo com o exposto nos termos de vista de inspeção escolar, as ERSC ofereciam ensino primário do 1º ao 3º ano, ministrados da seguinte forma: uma cadeira para o sexo feminino, outra para o sexo masculino e uma mista. No entanto, quando apelamos o funcionamento da escola, pode-se perceber que esta divisão não ocorreria a contento nos anos subsequentes, pois o número de alunos aumentou significativamente, dada a demanda da região, o que de certa forma também já era considerado pouco para o crescente número de matrícula. Sobre isso Consuêlo Pinto assim se expressa em “comunicado” a Abdias Bezerra:

Como podeis verificar pelo crescido número de matriculados, torna-se necessário mais uma professora para o corpo docente desta casa de ensino não só por ter excedido a matricula no primeiro grao, como também por existir apenas 48 lugares na sala do 1º anno e 42 na sala do 2º, ficando difícil o funcionamento das seções. O 2º e 3º graos reunidos na sala do 3º anno e sob minha regência constam de 35 matriculados, apresentando apenas um logar desocupado por existir ao todo 18 carteiras (COMUNICADO..., 1925).

Outro aspecto é que o número de alunos e o desempenho deles iam aumentando, o que exigia a mudança de série, tornando-se necessária uma série a mais a cada ano e uma nova professora para compor o seu quadro docente. Tal lógica e demanda demonstram como as necessidades vão compondo uma instituição educativa e contribuindo para sua “evolução”. A título de esclarecimento, o quadro a seguir apresenta o número de matrícula e frequência das ERSC nos anos de 1925 e 1926.

Tabela 1 – Número de Matrícula e Frequência das ERSC (1925 – 1926)

ANO –	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Matrícula	Frequência	Matrícula	Frequência	Matrícula	Frequência
1925	66	61	70	57	136	118
1926	72	60	71	51	143	111

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da estatística de matrícula e frequência da Instrução Pública dos anos de 1925 e 1926.

De acordo com o “Termo de Vista de Inspeção Escolar” do mês de março de 1925, a matrícula estava dividida da seguinte forma: 1º ano do sexo masculino: 39 alunos; 1º ano do sexo feminino: 39 alunos; 2º ano misto: 16 alunos; e 3º ano misto: 9 alunos; o que equivale a um total de 103 alunos. O termo de visita de inspeção escolar de julho de 1926 apresenta a matrícula distribuída da seguinte forma: 1º ano do sexo masculino: 45 alunos, com frequência de 35 no dia da visita; 1º ano do sexo feminino: 44, e 24 presentes no dia da visita; o 2º ano (misto) tinha 45 alunos matriculados, sendo 22 do sexo masculino e 23 do sexo feminino, com frequência de 26; já o 3º ano contava com 20 alunos matriculados, sendo a frequência de apenas 9 alunos (sem designação de sexo). Tal divergência pode ser reveladora de uma série de problemas na pesquisa, que vão desde a necessidade de confronto de documentos ao “realmente” acontecido, ou ainda as estratégias que podem ser utilizadas para justificar um investimento. Neste caso, a hipótese que se lança é de que a incongruência no número de matrícula por um lado seria para justificar ou atender a um regulamento que determinava o número de alunos para que continuasse funcionando. E quando o número de alunos é maior do que a quantidade de matrículas oferecida, a hipótese que se lança é de que o aumento estava atrelado à demanda da cidade e o elevado número de matrícula das classes seria uma forma de chamar atenção da Diretoria de Inspeção Pública para contratação de mais professores e conseqüentemente aumentar o número de classes, ou ainda porque como a frequência era diminuída em todas as turmas havia a possibilidade de matricular mais que o permitido.

Quanto ao tempo escolar o Regulamento da Instrução pública 867/1924 assegurava que: “O horário escolar deverá ser organizado, de maneira que nas escolas elementares cada lição corresponda a trinta minutos. [...] Os horários podem variar de uma localidade a outra, consoante o exigirem circunstancias especiaes” (SERGIPE, 1924, p. 28). Sobre isso a Lei de nº 852 no art. 120 dispõe que “As aulas funcionarão em todos os dias uteis das 9 às 13 horas”. A Lei 852 de 1923, por sua vez, legitimava o referido regulamento, uma vez que: “Os programas e horários das escolas de ensino primario deverão ser formulados pelo diretor da Instrução Pública e aprovado pelo Governo. Os programas serão unitários para todas as escolas da mesma categoria”. Assim sendo, os programas de ensino deveriam contemplar os seguintes aspectos:

[...] leitura, escripta, arithmetica, comprehendidas as quatro operações fundamentaes e o systema métrico decimal, de geografia, chorographia do Brasil e de Sergipe, história do Brasil e de Sergipe. Rudimentos de moral e instrucção cívica, urbanidade e hygiene, elementos de trabalho manual, cartonagem, prendas de agulha e outros misteres domésticos, para meninas, inclusive lavado e engomado, cultivo de hortas e jardins. Por meio de lições de cousas: noções simples acerca da estructura e funções do corpo humano, moléstias mais comuns em Sergipe e meio de prevenil-as, plantas animaes e objectos de immediata utilidade e dos phenomenos atnosphericos. (SERGIPE, 1923, p. 32).

Sobre o programa de ensino o regulamento de 1924 assevera em seu art. 102 que “o ensino primário será ministrado em tres anos”. Quanto ao método e as disciplinas que deveriam ser ensinadas, são iguais ao disposto na legislação de 1923, levando em consideração que a Lei 852 é a base para a reforma 1924. Ao adentrar no que assegurava a legislação para entender a lógica de funcionamento das ERSC, as hipóteses lançadas ganham sentido a partir do momento em que a legislação dispõe sobre as condições para o funcionamento, bem como para a nomenclatura das escolas primárias e uma delas está no número de matrícula.

As escolas localizadas na capital, nas sedes de cidades e villas, tomarão o nome de urbanas, nos subúrbios, de suburbana, nos povoados, de ruraes. As escolas de povoados e subúrbios serão de 1ª entrância, as de villa de 2ª entrância, as de cidade de 3ª, e as da capital de 4ª entrância. O interstício para a promoção entre uma e outra categoria, será sucessivamente fixado em dous, três e quatro annos. As escolas isoladas serão conforme as necessidades locaes, para meninos, para meninas e mixtas, e passarão a ter classificação numérica por município. Desde que em um determinado núcleo de analphabetos, a matrícula exceda do dobro da pescripta, o Governo poderá desdobrar em dois períodos as escolas isoladas e as classes de escolas



reunidas e grupos escolares, tomando-se por base do desdobramento a matrícula provável de oitenta alunos, dos quaes haja, no mínimo, quarenta de 9 a 10 anos de idade.

O Governo fechará toda e qualquer escola de ensino primário, cuja a frequencia média, durante três mezes consecutivos, a contar de Maio, inclusive, for inferior a quinze alumnos a qual não será reaberta senão decorridos três annos, pelo menos (SERGIPE, 1923, p. 31).

No tocante à cultura material das instituições de ensino primário a lei assegurava que:

A questão do mobiliário cumpre também ser regulada, de modo que todas as escolas possam ser providas de material modesto, mas precisamente acomodado as exigências da hygiene escolar, autorizado o Governo a iniciar a substituição systematica do mobiliário, nas escolas públicas do Estado. Nenhuma escola estará apta a funcionar, desprovida do material pedagógico indispensável ao seu objectivo (SERGIPE, 1923, p. 30).

No que diz respeito às ERSC, o termo de visita de inspeção escolar de 25 março de 1925 revela algumas lacunas sobre materiais didáticos: “Resente-se ainda o grupo de algumas faltas, como sejam relógios para cada aula só existindo um, um sino para chamada e três quadros negros, e mais uma carta de parker, por existir apenas duas”. Quanto ao método de ensino é possível identificar na referida legislação a referência ao método intuitivo, uma vez que esse deixa claro: “[...] será por conseguinte, intuitivo e prático, por aspecto e por acção, partindo de realidades concretas à dedução, comprovação e generalização das ideias abstractas” (SERGIPE, 1923, p.30). Na prática, entretanto, tal normativo não pôde ser averiguado, pois a documentação que poderia revelar os métodos utilizados não foi disponibiliza pelo Arquivo Público do estado de Sergipe (Apes), como informa o Anexo 1.

A transição de escolas reunidas para grupo escolar pode ser compreendida se se leva em consideração a historiografia da educação brasileira, a exemplo, de Souza (1998) e Pinheiro (2001) quando consideram as escolas reunidas uma instituição transitória e que logo seria transformada em grupo escolar. Sobre esta transformação em Sergipe é necessário evocar mais uma vez Regulamento da Instrução pública, no qual consta: “Nas localidades em que se verifique existirem, no mínimo, 200 matriculados, poderá o governo crear um grupo escolar”.

Tal imperativo é revelador, dentre outros aspectos, das estratégias desenvolvidas pelos burocratas da educação. Isso porque a matrícula em 1926, como já ressaltado, inclusive com suas variações (ora 111, ora 154), registrava número superior ao permitido pela quantidade de salas/classes e inferiores com relação ao necessário para que essas fossem elevadas a Grupo. O fato é que mesmo sem os 200 alunos matriculados poderia haver alunos assistentes ou

mesmo que estavam na fila de espera para matricular-se, e a elevação a Grupo escolar, que contou com prédio maior e condizente aos padrões da Pedagogia Moderna, foi um incentivo para tal pleito.

#### **2.4 2ª fase: Grupo Escolar Severiano Cardoso (1926 – 1977)**

Como já anunciado, os grupos escolares no Brasil foram criados inicialmente no estado de São Paulo, no final do século XIX. A construção destas instituições ocorreu atrelada à disseminação do ideário de uma educação escolarizada, com a proposta de superar as escolas isoladas e reunidas. Os grupos seriam os responsáveis por um novo modelo de educação que marcavam o início da República no Brasil, apresentando características da escola graduada, modelo utilizado em diversos países da Europa no final do século XIX. De acordo com Inácio Filho e Silva (2010), o Decreto Estadual nº 248, de 26 de setembro de 1894 – Regimento Interno das Escolas Públicas de São Paulo –, consolidou a estrutura e o funcionamento das escolas públicas deste estado, passando os grupos escolares de São Paulo a serem modelos para todo o país. Esta concepção de escola primária surgiu como símbolo da modernização educacional no Brasil, bem como para consolidar uma nova imagem da escola, o que por sua vez recaí na constituição de uma nova cultura escolar, em que são requeridos novos métodos, novos materiais didáticos, novos espaços e novos currículos, dentre outros aspectos que vão além da formação do professor.

De acordo com Vidal, assim ficaram distribuídos os primeiros Grupos escolares:

[...] os grupos escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922), e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692 (VIDAL, 2006, p. 7).

Os Grupos Escolares, segundo os estudos de Marcus Levy Bencostta, são entendidos como “[...] a reunião de várias escolas primárias de uma determinada área em um único prédio” (BENCOSTTA, 2005, p. 70-71). Esta modalidade de escola primária apresentava um ensino seriado, em que os alunos eram distribuídos homogeneamente em salas com orientação de um só professor. Conforme Faria Filho (2000, p. 31), “[...]a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para ‘organizar’ o ensino, mas, principalmente, como uma forma de ‘reinventar’ a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de

homogeneização cultural e política da sociedade”. A expansão dos grupos escolares, como modelo de escola primária ocorreu paulatinamente a partir do final do século XIX no Brasil, chegando em alguns estados só a partir da década de 1920. A inovação representada por esse de modelo escola, como analisou Faria Filho revelou profundas transformações no que diz respeito à organização e constituição do ensino público estadual, pois este novo modelo contemplava, em sua proposta, espaços próprios e com prédios adequados e condizentes com a pedagogia moderna. Segundo Souza:

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor. (SOUZA, 2004, p. 114).

O modelo de escola primária proposto pelos republicanos ficaria, assim, responsável pela formação de crianças imbuídas de “[...] valores e virtudes morais, normas de civilidade, amor ao trabalho, respeito pelos superiores, apreço pela pontualidade, pela ordem e asseio” (SOUZA, 2008, p. 38). Considerados símbolos da modernidade propostos pela República, os grupos escolares a partir de seu tempo escolar, seu espaço e seu método de ensino definido, tiveram, *pari passu*, um papel relevante para a construção de uma nova representação da “escola”, sobretudo primária, para o povo brasileiro. Yazbeck, assim esclarece:

O Grupo Escolar nasceu com uma função social bem definida: fazer bons cidadãos e, acima de tudo, bons trabalhadores. O ensino elementar era concebido a partir de uma missão moralizadora e civilizatória onde o discurso liberal era sobreposto pelos mecanismos disciplinadores. Era preciso formar o cidadão submisso aos moldes impostos pela camada dominante. A visão que se possuía da escola se aproximava da visão de funcionamento de uma fábrica: a hierarquia, a obediência, a disciplina, os bons hábitos. (YAZBECK, 2003, p. 104).

Imbuídos de uma missão moralizadora e civilizatória, os grupos escolares eram responsáveis também pelo desenvolvimento de práticas de higiene, ancorando-se na influência dos discursos médico-higienistas difundidos no Brasil em meados do século XIX e no início do século XX, que tinham por missão: “[...] reforçar valores morais relacionados a

padrões de comportamentos considerados civilizados”. (SOUZA, 1998, p. 143). A autora acrescenta ainda que

[...] a higiene produzia a concepção do corpo moral, por isso por um lado, o asseio era associado a decência, enquanto o apresentar-se andrajosamente ou com unhas mal cortadas e cabelos compridos era associado ao descuido, ao desmazelo, à incivilidade e às atitudes condenáveis. (SOUZA, 1998, p.149).

Neste sentido, os grupos escolares nasceram do compromisso da República com o novo e a modernidade do ensino primário. De uma maneira geral, as características dos grupos escolares brasileiros<sup>9</sup> podem ser representadas por prédios suntuosos e pela divisão das classes de acordo com as séries, o que chamava atenção da sociedade. Tais aspectos levaram Rosa Fátima de Souza a nominá-los de “Templos de Civilização”, sobretudo porque eles representaram

[...] profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático. A racionalidade e a uniformidade perpassavam todos os aspectos da ordenação escolar, desde o agrupamento homogêneo das crianças (alunos) em turmas mediante a classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades e dos saberes escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a doção de uma estrutura burocrática hierarquizada – uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, diretores, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores do ensino. Perpassavam também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseio, ordem, obediência, prêmios e castigos (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 28).

No estado de Sergipe, os grupos escolares emergiram a partir do século XX, mais precisamente no ano de 1911, por meio do Decreto nº 563, de 12 de agosto do mesmo ano. Sobre o referido decreto, Azevedo assim sintetizou:

---

<sup>9</sup> A história dos grupos escolares no Brasil vem sendo estudada por diversos autores, a exemplo de Rosa Fátima de Souza com o trabalho intitulado **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo 1890-1910; Marcus Levy Albino Bencostta, com o texto **Grupos escolares no Brasil**: um novo modelo de escola primária; Antônio Carlos Pinheiro com o trabalho **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**; Luciano Mendes de Faria Filho com **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República, dentre outros.

[...] o Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, decreta a nova organização do ensino, ao mesmo tempo em que ordena que sejam observados os regulamentos baixados com a mencionada reforma. O Regulamento do ensino primário de 1911 inaugurava a modalidade de ensino primário em grupos escolares; detalhava os procedimentos de organização e funcionamento das instituições de ensino; discorria sobre exames e disciplina escolares; prescrevia sobre as atividades dos docentes do ensino primário; dava tratamento à profissionalização docente ao ater-se a concursos, provimento dos cargos, direitos e deveres bem como vantagens e penas aos profissionais da instrução; e, ocupava-se ao final com a fiscalização do ensino dispondo sobre o trabalho dos delegados do ensino e dos inspetores escolares, da Diretoria da Instrução Pública, além das atividades de estatística escolar, do fundo escolar e do ensino particular. (AZEVEDO, 2010, p. 137).

Nesse mesmo ano é inaugurado na cidade de Aracaju o Grupo Escolar Modelo, sendo esse o primeiro do estado. Em 1918 foi construído, na cidade de Capela, por meio do decreto nº 679 de 30 de setembro de 1918, o Grupo Escolar Coelho e Campos, sendo esse o primeiro a ser construído no interior do estado. De acordo com Santos (2011), os grupos escolares seguiram a mesma lógica e assim “[...]foram uma das grandes novidades que os republicanos apresentaram no campo da educação primária. Tratava-se de escolas graduadas, que reuniam turmas seriadas, geralmente divididas por sexo e que funcionavam em prédios especialmente projetados para ser escola” (SANTOS, 2011, p. 1).

Como já ressaltado, as práticas escolares dos grupos escolares estavam voltadas para a formação moral e ética, e conseqüentemente para a formação do caráter dos alunos, inculcindo-lhes as virtudes que eram consideradas necessárias para a nascente sociedade moderna e civilizada. A proposta de formar um espírito patriota, o qual seria responsável pela implantação de valores como, por exemplo, o amor à nação. De uma maneira geral, os grupos escolares deveriam apresentar características majestosas, pois eram tais instituições que representariam a modernidade educacional no Brasil e conseqüentemente em Sergipe.

Em Sergipe, os grupos escolares são tema de trabalhos como a dissertação de mestrado em educação intitulada *Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar e Civilização*; as teses intituladas *O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-1926)* e *a Reforma da Instrução Pública de 1924 em Sergipe*, de Crislane Barbosa Azevedo; *Ecos da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911 a 1926)*, de Magno Francisco de Jesus Santos; e os artigos *A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe*, de Jorge Carvalho do Nascimento, e *A Prática pedagógica e avaliativa no cotidiano dos grupos escolares*, de Miguel André Berger, dentre outros.

Como já foi anunciado, no estado de Sergipe os grupos escolares começaram a ser construídos em 1911, no entanto, a década de 1920 foi considerada de expansão dos grupos escolares no estado, pois foram criados vários grupos no interior, conforme está disposto no quadro a seguir.

Quadro 5 – Grupos Escolares existentes em Sergipe na década de 1920

Territórios	Nº de cidades por território	Grupo Escolar/Cidade	Ano de criação
Alto Sertão	7	Não construído	
Agreste Central	14	Não construído	
Baixo São Francisco	14	Grupo Escolar Olympio Campos (Neópolis) Grupo Escolar Coronel João Fernandes (Propriá)	1923 1924
Médio Sertão	6	Não construído	
Leste Sertão	9	Grupo Escolar Coelho e Campos (Capela)	1918
Sul Sergipano	11	Grupo Escolar Gumercindo Bessa (Estância) Grupo Escolar Severiano Cardoso (Boquim)	1923 1926
Centro-sul sergipano	5	Grupo Escolar Fausto Cardoso (Simão Dias) Grupo Escolar Sílvio Romero (Lagarto)	1924 1923
Grande Aracaju	9	Grupo Escolar “Modelo” (Aracaju) Grupo Escolar General Siqueira (Aracaju) Grupo Escolar Barão de Maroim (Aracaju) Grupo Escolar Manoel Luís (Aracaju) Grupo Escolar General Valladão (Aracaju) Grupo Escolar José Augusto Ferraz (Aracaju) Grupo Escolar Vigário Barroso (São Cristóvão)	1911 1911 1917 1924 1918 1925 1923

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de mensagens de governadores emitidas nas décadas de 1910 e 1920.

Foi nesse período de expansão e modernidade educacional, que as ERSC dão lugar ao GESC, inaugurado por meio do Decreto nº 968 de 20 de outubro de 1926, o qual dispõe: “O Presidente do Estado resolve, de acordo com o regulamento da Instrução Pública, considerar Grupo Escolar as Escolas Reunidas ‘Severiano Cardoso, da cidade de Buquim’ recentemente elevada por força da lei nº 959, de 16 de outubro do correte ano” (SERGIPE, 1926, p. 400). Diante disso a instituição passou a funcionar em um prédio construído previamente e de acordo com os traços republicanos. A partir daquela data uma cultura escolar diferenciada passou a ser contemplada pelos alunos e professores que a compunham. Isso porque, de acordo com Silva (2005, p. 204), “[...] a cultura perpassa todas as ações do cotidiano escolar,

seja na influência sobre os seus ritos ou sobre a sua linguagem, seja na determinação das suas formas de organização e de gestão, seja na constituição dos sistemas curriculares”. Tal fato ocorreu porque, uma vez transformada em Grupo Escolar, a instituição passou a ser regulamentada por uma nova legislação, o que conseqüentemente pressupunha uma nova organização.

#### 2.4.1 Sobre a Materialidade do Grupo Escolar Severiano Cardoso

No período de transformação das ERSC em GESC, as legislações que legitimavam esta transição, como já sinalizado, foram o Regulamento da Instrução de 1924, instituído por meio do Decreto nº 867 de 11 de março do mesmo ano, bem como o Programa para o Curso Primário e Elementar e Superior, regulamentado pelo Decreto de nº 892 de 20 de dezembro de 1924. Por se tratar da fase mais longa da instituição (1926-1977) até então, outras legislações foram contempladas na análise, como o “novo” Regulamento da Instrução Pública instituído por meio do Decreto nº 25 de 3 de fevereiro de 1931. Tal investida se deu porque dentre os documentos investigados não foi identificado nenhum regulamento/regimento específico do GESC, o que permite analisá-lo a partir da legislação maior no que diz respeito às escolas primárias sergipanas da época. Assim, levando em consideração o disposto no artigo 99 do decreto nº 867 os Grupos escolares, assim como as Escolas Reunidas, tinham como objetivo “[...] promover o desenvolvimento das faculdades moraes e intellectuaes da criança, cultivar-lhe a vontade livre, preparar-lhe physico sadio e assegurar-lhe os conhecimentos uteis à vida” (SERGIPE, 1924, p. 24).

No que diz respeito à materialidade, o GESC constituiu-se de um prédio suntuoso para os padrões da cidade, o que é característica dessas instituições, sobretudo porque refletia mudança na esfera educacional. O edifício do GESC foi projetado e construído no governo de Maurício Graccho Cardoso, período em que todos os prédios construídos estavam “[...] dentro de um estilo padronizado, sempre identificados por águias de cimento colocadas ora no frontão central dos prédios, ora nas suas extremidades” (NASCIMENTO, 1981, p. 100). O decreto nº 867, em seu art. 191, assegurava que: “O Grupo Escolar será, de preferência, creado nas sedes de municípios cujas Intendências oferecerem prédio adaptado para o seu regular funcionamento, ou contribuirém quer pecuniariamente, quer com dadiva de terreno ou materiaes, para construção do edificio escolar” (SERGIPE, 1924, p. 36). Obedecendo ao prescrito na legislação o prédio do GESC foi construído em um terreno de esquina, situado na sede do município de Boquim. Dentre os documentos encontrados, somente o Boletim de

Inspeção de 17 de junho de 1953 traz as características do prédio. Segundo o referido, o grupo possuía “prédio próprio à rua Joaquim Macêdo, n 2, frente para o poente”. Quanto ao prédio este era constituído da seguinte forma “quatro salas de aula, uma diretoria, quatro banheiros, um quarto arquivo e pátio para recreio”. O tamanho das salas de aula o mesmo documento revela que duas apresentavam “7,10mx4,55m”, e as outras duas “8mx5m”.

Sobre isso, relembra o ex-aluno do ano de 1939, Murilo Mellins: “Era um prédio muito importante para a cidade. A fachada era como esses... os daqui, o Siqueira Campos. Escadaria, dentro um grande pátio arrodado de balaustrada. [...] não me lembro assim, mas devia ter umas cinco ou seis salas, salas de estudo, fora o gabinete da diretora, a secretaria e uma quadra de esportes”. A ex-aluna Lindomar Firmo da Silva Macedo, que estudou no GESC no ano de 1945, assim rememora suas dependências:

[...] era grande. Tinha um local da recreação. [...] Aquele prédio. Só não tinha aquela área de trás, aquele é novo. Até a área nova é do grupo. É estrutura do grupo mesmo, antes da área. E tinha o banheiro, a secretaria que era na frente. A secretaria que até hoje eu... não acho que... a secretaria hoje é do outro lado, mas era logo na frente do grupo. Era ali quando subia a escada, tem aquele portãozinho... agora entra. Ali do lado era a secretaria. Tinha o sino que batia para chamar os alunos (Lindomar Firmo da Silva Macedo, 2016).

O Artigo 192 do Decreto nº 867 revela sobre como deveriam ser compostos os grupos escolares no que diz respeito às classes, dando a ver que a organização era feita a partir dos sexos: “Cada grupo compor-se-á de seis classes para cada sexo, e funcionará sob uma só direcção. Paragrapho único: Sempre que há conveniência do ensino o exigir, o grupo funcionará em dois períodos” (SERGIPE, 1924, p. 36). Sobre a organização dos grupos escolares o artigo 195 da mesma legislação garantia que: “As classes dos grupos escolares corresponderão aos gráus do curso primário completo, ficando cada professor com a regência de uma classe, onde funcionará as disciplinas do respectivo programma da classe” (SERGIPE, 1924, p. 37).

Para ingressar nas instituições públicas de ensino primário de forma geral a referida legislação faz referência de como e quando a matrícula deveria ocorrer:

A matrícula nos estabelecimentos de ensino primário estará aberta de 20 Fevereiro em diante, e poderá ser feita em qualquer época do anno letivo, dentro do limite fixado art. 112, do presente regulamento.

A matricula no curso primário elementar é obrigatória e gratuita para ambos os sexos, bastando que os paes ou responsáveis pela creança façam o pedido verbalmente, com apresentação dos seguintes documentos: a) atestado de



haver sido vacinado nos últimos dois anos, e que não sofre moléstia contagiosa; b) certidão de nascimento ou justificação que a suppra, por onde se verifique que o cotidiano tenha de 7 a 14 anos; c) boletim de promoção ou atestado do professor ou diretor do estabelecimento que frequentava, quando não se tratar de aluno que a matricular-se pela primeira vez (SERGIPE, 1924, p. 27-28).

No que diz respeito à matrícula dos primeiros anos da IESC na condição de grupo escolar não foram encontrados registros, o que por sua vez nos leva a entender que no seu primeiro ano na condição de GE a instituição mantinha a matrícula das ERSC. Quanto ao período das atividades escolares, este deveria iniciar em “[...] 1 de Março e terminará a 30 de Novembro”. Funcionando todos os dias uteis das “[...] 9 às 13 horas, havendo um intervalo de vinte minutos no mínimo, para recreio exercitação physica dos alunos, sob a vigilância do professor ou diretor” (arts. 119-120). O termo de visita de inspeção de junho de 1927 foi o documento mais próximo do primeiro ano do GESC, entretanto esse é meramente ilustrativo e pouco remete ao funcionamento da instituição<sup>10</sup>.

A composição do corpo administrativo em conformidade com Art. 196 do Decreto 852 deveria ser “[...] um diretor, um porteiro contínuo e um servente-zelador”. Já o regulamento de 1931 no Art. 30 assegurava que: “Os grupos escolares terão, além do diretor, o seguinte pessoal docente e administrativo: a) tantas professoras quantas classes ou annos; b) um ou dois serventes, conforme o número de classes; um porteiro escrevente”. Sobre esta organização da equipe administrativa só foram encontrados registros no que diz respeito às professoras e às diretoras que para além da função assumiam a classe na condição de professora. O termo de visita de 1941 revela tal fato sobre o corpo docente e a sua função desempenhada.

D. Maria de Carvalho Oliveira, diretora interina, é dirigente do 1º ano masculino; b) D. Maria Lima Santos, do 1º ano feminino; c) Maria da Conceição Campos, do 2º ano misto; d) D. Fausta Mendonça Viana, igualmente do 4º ano misto; Canto orfeônico e exercício físico: orienta-se a professora senhorinha Leonor Côrtes orienta (SERGIPE, 1939, p. 1).

No que se refere ao primeiro corpo docente do GESC, de acordo com as folhas de pagamento dos grupos escolares sergipanos entre os anos de 1926 e 1929, foi possível identificar as seguintes professoras: Maria de Carvalho, Eulalia Lourdes de Macedo (1926),

---

<sup>10</sup> O GESC, ao menos no ano de 1953, revelava outro tipo de decisão escolar, pois de acordo com o Boletim de Inspeção desse ano o GESC tinha dois turnos com os seguintes horários: manhã das 8h às 11h e das 13h às 16h. O que isso representa? Talvez uma adequação ao ritmo da cidade ou ainda as demandas dos pais dos alunos ou mesmo a falta de professores para todos os horários.

Maria de S. Pedro Resende (1927), Ester Regis (1927), Maria Victalina da Soledade (1928), Aurora Fontes de Oliveira (1928), Fidelina Santos (1929). No que se refere às diretoras da IESC no período em que funcionou na condição de grupo escolar, foi possível identificar, a partir dos termos de visita, boletins de inspeção e comunicados ao diretor da inspeção pública, os seguintes nomes:

Quadro 6 – Diretoras do Grupo Escolar Severiano Cardoso (1926 – 1975)

<b>NOME DA DIRETORA</b>	<b>PERÍODO DE GESTÃO</b>
Maria Carvalho de Oliveira	1926 – 1943
Fausta Mendonça Viana	1944 – 1963
Francisca Rebouças Chaves	1964 – 1967
Vanda Ribeiro Mitidieri	1960 – 1975

Fonte: Quadro elaborado pela a autora a partir dos Termos de Visitas, Boletins de Inspeção e Comunicados ao Diretor da Inspeção Pública.

Sobre os programas ou disciplinas escolares, o Decreto nº 892, de 20 de dezembro de 1924, regulamentava que esses deveriam ser compostos da seguinte forma:

Português (linguagem oral e linguagem escripta); Arithmetica (Exercícios oraes e exercícios escriptos); Geografia; História; Instrução Moral e Cívica – Urbanidade e Hygiene; Lições de cousas; Desenho; Trabalhos Manuaes – Prendas; Syencias Physicas e Naturaes; Gymnastica; Declamação e Música” (SERGIPE, 1924, p. 123-137).

O Artigo 107 do regulamento da Instrucção Pública de 1924, faz referência ao “método intuitivo e prático” como sendo o ideal para as escolas de ensino primário. Assim ficou estabelecida a maneira que cada uma das disciplinas deveria ser ensinada:

§ 1º. As lições de linguagem devem ser extremamente práticas fazendo o professor frequentes exercícios de cópias, dictados, composições com palavras dadas e composições com palavras livres.

§ 2º. As lições de arithmetica também serão práticas, devendo o ensino dos números e da taboada ser absolutamente concreto, para que o mestre fará uso dos contadores mecanismos e das Cartas de Parker nos gráus iniciaes do ensino.

§ 3º. Na escripta, será adaptado o typo de letra vertical, ensinando-a o professor de acordo com os prescritos pedagógicos.

§ 4º. O ensino de geographia deve ser attrahente e sugestivo, e sempre com mappa à vista, insistindo o professor de cartografia.

§ 5º. Em história, o professor referir-se-à, de preferênciã, aos factos e incidentes que possam prender a atenção dos alumnos e, sempre for possível, apontando mappas e quadros correspondentes.

§ 6º. A cultura moral será a obra do ambiente e dos hábitos de ordem, asseio, assiduidade e polidez; do exemplo do mestre, da disciplina liberal que fôr

empregada, visando-se a formação do character, por actuação constante e activa dos sentimentos de justiça, na alma da creança.

§ 7°. A instrucção civica será differencial, no que concernir a um e outro sexo. Principalmente no curso primário superior, o professor estabelecerá um certo regimen escolar, pelo qual o alumno aprenda a fazer uso de sua liberdade, confiando à sua iniciativa determinados detalhes da vida comum. Além do conhecimento da Pátria, o professor deverá explicar a Constituição da República, de modo a despertar o interesse dos alumnos.

§ 8°. As lições de Syencias physica e naturaes serão ministradas tanto quanto possível com a presença de modelos e aparelhos, e o emprego de collecções industriaes e mappas muraes.

§ 9°. A educação physica será encaminhada, tanto a relação à preservação da saúde do corpo como à da alma. Os exercícios physicos consistirão nos jogos ao ar livre, durante o recreio, exercícios de gymnastica sueca, de ordem e de marcha, indispensáveis ao manjo da classe

§ 10°. Os trabalhos manuaes e os trabalhos práticos terão cunho, mais ou menos acentuado, profissional ou agrícola, segundo a escola for urbana, suburbana ou rural.

§ 11°. O ensino do desenho será de dirigido no sentido de dar ao alumno as noções do desenho geométrico e à mão livre, com applicação prática á indústria, agricultura, etc.

§ 12°. Em hygiene, serão ensinados os elementares preceitos relativos á conservação da saúde, e meios immediatos de preserv-a das moléstias mais communs.

§ 13°. De música, terão os alumnos as noções indispensáveis á boa execução dos cantos escolares e hymnos patrióticos (SERGIPE, 1924, p. 25-26).

No que concerne ao programa de ensino do GESC, sua diretora à época revelava estar de acordo com o Programa e Regulamento de 1924. Conforme dispõe o relatório da diretora Maria de Carvalho no ano de 1930:

[...] O trabalho obedece em tudo ao horário e programma adoptado pela Instrucção Publica. Com verdadeiro jubilo digo-vos, que as preceptoras exercem com competência e carinho a nobre, a dupla missão de mestras e mães, sendo creado o empenho no cumprimento de seus deveres (RELATÓRIO DO GESC de 23/06/1930 apud AZEVEDO, 2015, p. 141).

Para o desenvolvimento das suas atividades, o art. 84 dispõe que:

[...]cada escola, Grupo ou estabelecimento da instrucção primária terá os objectos aparelhos necessários para o ensino intuitivo, para o de geographia, systema métrico, collecções de quadros muraes, dos reinos animal, vegetal e mineral e demais peças indispensáveis a um museu pedagógico (SERGIPE, 1924, p. 22).

Quanto à mobília escolar esta deveria ser “[...] accomodada à maior facilidade de inspecção, devendo consultar rigorosamente os preceitos hygienicos” (art.85). Tendo em vista atender aos princípios higienistas e a boa acomodação dos alunos, o artigo 87 assegurava que:

“A disposição dos bancos e carteiras nas salas de aulas terá por base a projecção da luz, devendo o alumno receber-a principalmente do alto e pelo lado esquerdo”. Quanto a estes aspectos não foram identificados documentos que ratificassem ou não o prescrito na legislação.

De acordo com os poucos registros do GESC dos primeiros anos de funcionamento, percebe-se que ele funcionou de acordo com a legislação citada. No entanto, acompanhando as mudanças do sistema educacional brasileiro, em 1931 é instituído um novo regulamento para a instrução pública sergipana, o que por sua vez acarretou em mudanças para o GESC. Tal regulamento deu novas diretrizes à instrução pública sergipana, a começar pelo objetivo para a o ensino primário. Conforme dispõe o art. 1º: “O ensino primário destina-se a dar as crianças de 5 a 12 annos a instrução fundamental indispensável à educação da infância, visando a formação do cidadão activo, útil e digno”. Tal objetivo se difere do regulamento de 1924 quanto ao respeito à idade escolar e à nomenclatura dos níveis de ensino, conforme dispõe o decreto 25 no art. 2º quando institui que: “A instrucção fundamental desdobra-se em infantil ou pré-escolar e primária; aquela para crianças de 5 a 7 annos, em escolas maternas e jardim de infância; esta em escolas isoladas primárias, reunidas e grupos escolares, para crianças de 7 a 12 annos”. No que tange à idade para permanência no grupo, no regulamento anterior a idade máxima era até os 14 anos.

Aspectos como o mobiliário também foram evidenciados no regulamento anterior, contudo o regulamento de 1931 apresenta de forma detalhada no seu art. 10 os materiais que deveriam existir na escola: “O mobiliário constará de carteiras duplas, ou simples, relógio, quadros negros, Parker, contadores, mapas do Brasil, de Sergipe, planispeiros, quadros de linguagem, de história da pátria, pesos e medidas, material para slojd<sup>11</sup>, jardinagem, etc”. Somente foi encontrado documento da instituição com tal tipo de informação no ano de 1941, que foi o livro de *Inventário do mobiliário das escolas públicas* do Estado. De acordo com tal documento o GESC no ano de 1941 dispunha dos seguintes materiais:

---

<sup>11</sup> “O Slojd considera o trabalho manual como principal meio educativo na escola para disciplinar moralmente o educando e desenvolver-lhe o amor pelo trabalho. O sistema de Slojd está baseado em alguns princípios higiênicos e pedagógicos que foram adaptados para uso nas escolas profissionais. O ensino profissional deveria ir ao encontro do operário, assim como a escola primária vai ao encontro da criança. No que se refere aos princípios pedagógicos, eram os mesmos de todo o ensino elementar: as matérias eram divididas em seus elementos e os exercícios realizados um após o outro, em seriação crescente, de acordo com as leis da pedagogia. Os alunos deveriam produzir objetos de diversas naturezas, empregando modelos de dificuldades gradativas. Quanto à higiene, os princípios prescreviam que os trabalhos fossem realizados em posições definidas do ponto de vista fisiológico e que os utensílios escolhidos, segundo indicações higiênicas, estivessem adaptados à força do aluno que deveria empregar alternadamente a mão direita e a esquerda”. (MORAES, 2002, p. 221).

Quadro 7 – Mobiliário do Grupo Escolar Severiano Cardoso no ano de 1941

<b>OBJETO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Carteira	82
Banca	2
Cadeira	1
Contador mecânico	5
Quadro-negro	5
Cavalete para parker	3
Cavalete para quadro-negro	4
Mapa do Brasil	4
Mapa-múndi	7
Mapa de Sergipe	4
Carta parker	2
Carta linguagem	2
Sino	1
Filtro	1
Armário	1

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do *Livro de Inventário do mobiliário das escolas públicas do Estado*.

Outro aspecto apresentado no regulamento de 1931 está relacionado à classificação dos grupos escolares apresentada no art. 29 em que se lê: “Os grupos escolares são estabelecimentos técnicos e administrativos de ensino, onde melhor deverão ser observados o programa e método geral adoptado” (SERGIPE, 1931, p. 8). Como o regulamento não faz referência ao método de ensino, considera-se que seja o mesmo apresentado no regulamento anterior. Quanto ao programa de ensino, as disciplinas que deveriam ser ensinadas permaneceram as mesmas, no entanto ocorreram mudanças na forma como deveriam ser trabalhadas, conforme está disposto no art. 50:

Na execução do programa, obedecerão as professoras primárias os seguintes princípios:

- a) A intuição directa ou indirecta será a base do methodo em todo o ensino: o objecto como um todo, analisando em suas partes, propriedades e applicações, em primeiro lugar, depois a regra, a definição;
- b) As composições começarão por simples sentenças que o alumno, à medida do desenvolvimento, irá entrelaçando, até chegar à composição livre, de vistas próprias. Despertar e desenvolver a inteligência infantil, antes que transmitir conhecimentos catalogados respeitando o mais possível as actividades espontâneas da criança;
- c) O livro será simples instrumento de consultas em classes mais adiantadas, depois bem explicadas e demonstradas a lições.

Os alumnos do 1º e 2º annos não levarão livros para casa;

- d) A leitura e a escripta iniciaes serão simultaneamente aprendidas por exercícos apropriados;
- e) A leitura corrente será processada: leitura pelo mestre e pela classe, explicação do sentido pelo mestre, reproduzida pela classe, etc.;
- f) As lições de sciencias phisicas e naturaes, hygiene e educação serão dadas como lições de coisas, como pequenas experiências possíveis, aproveitados habilmente, como pontos de partida, os factos de observação da vida diária, exemplos e analogias;
- g) Arithmrtica começara pela contagem de objectos, empregados depois as cartas de parker, contadores, etc.;
- h) As licções de Geographia, História e Desenho acompanharão os passos do programma;
- i) O systema de “Projectos” será de grande contribuição educativa e largamente ensaiados nos trabalhos mauaes: *slojd*, modelagem a cartografia etc. (SERGIPE, 1932, p. 11-12).

Para o desenvolvimento das atividades escolares, o regulamento designava em seus arts. 51 e 52 que:

As aulas primárias terão início em 10 de Fevereiro e encerar-se-ão em 20 de Novembro, interrompendo-se a Semana Santa, de 20 a 30 de Junho, nos feriados nacionais e estaduais, e nas grandes férias, que começarão depois dos exames.

As aulas começarão nas escolas isoladas e grupos em um só turno às 9 horas e terminarão as 13 e meia (4 horas e meia de trabalho), reservados 20 minutos para recreio, entre as duas metades do tempo, exercíco phisico. Nos grupos de 2 turnos, começarão as 8 e meia da manhã, as 13 da tarde, terminando as 12 e meia e ás 17 horas, respectivamente (4 horas exacta) (SERGIPE, 1931, p. 12).

Sobre tais aspectos, o termo de visita de inspeção (1941) bem como o boletim de inspeção do ano de 1953 revelam que o grupo funcionava em dois turnos. No primeiro turno das 8h às 11h e no segundo das 13h às 16h. Diante disso percebe-se uma incongruência no que diz respeito ao prescrito e ao vivido. Ao levarmos em consideração a cultura local da cidade, a hipótese que se lança é que o início e fim dos turnos mais cedo poderiam ser para facilitar a chegada dos alunos nas suas residências, pois poderiam residir em locais distantes ou ainda para que as crianças permanecessem em horário de trabalho dos seus pais ou responsáveis.

A matrícula para ingresso no grupo de acordo com o novo regulamento, no art. 57, deveria ser efetivada no período de “1 a 9 de Fevereiro não podendo exceder de 50 alumnos”. E as condições para a realização da matrícula, conforme dispõe o art. 58 do referido regulamento, seriam: “a) Nas escolas maternas, 5 a 7 annos; nas primárias, 7 a 12; b) Ser

vacinado contra a varíola; c) Não sofrer moléstia contagiante”. Quanto ao número de matrícula e frequência da instituição, o “Termo de Inspeção” do dia 9 de junho do ano de 1939 revela que eram: “179 alunos, sendo 88 do sexo masculino e 91 do feminino. [...] compareceram, hoje, 126 alunos, sendo 52 do sexo masculino e 74 do feminino”. O mesmo documento apresenta ainda a parte pedagógica do grupo, distribuída da seguinte maneira:

1ª seção da classe do sexo masculino - 41; 1ª seção da 1ª classe do sexo feminino- 48; 2ª seção da 1ª classe do sexo masculino - 9; 2ª seção da 1ª classe do sexo feminino - 2; 1ª seção da 2ª classe do sexo masculino - 22; 1ª seção da 2ª classe do sexo feminino - 18; 2ª seção da 2ª classe do sexo masculino - 3; 2ª seção da 2ª classe do sexo feminino - 2; 1ª seção da 3ª classe do sexo masculino - 7; 1ª seção da 3ª classe do sexo feminino - 9; 2ª seção da 3ª classe do sexo masculino - 2; 2ª seção da 3ª classe do sexo feminino - 4; 1ª seção da 4ª classe do sexo masculino - 4; 1ª seção da 4ª classe do sexo feminino - 5; 2ª seção da 4ª classe do sexo masculino - 0; 2ª seção da 4ª classe do sexo feminino - 3 (TERMO DE INSPEÇÃO, 1939).

O número de matrícula do GESC cresceu de forma significativa no ano de 1953, se levarmos em consideração o número de matrícula do ano de 1939. De acordo com o boletim de inspeção escolar de 17 de junho de 1953, a matrícula geral no início do ano era de “430 alunos, sendo 257 do sexo feminino e 173 do sexo masculino”. Contudo, no período da visita o número de alunos matriculados existentes era de 381 e a frequência diária era de 268, sendo 86 do sexo masculino e 182 do sexo feminino.

Vale ressaltar que se levarmos em consideração as diferentes datas dos documentos, quando o assunto é matrícula, frequência, reforma do prédio GESC, fica difícil pontuar tais aspectos, pois para apresentar tais números seria necessário contemplar “relatórios anuais” da instituição o que não foi encontrado. Isso para acompanhar melhor o que havia acontecido em cada período. Embora os documentos encontrados não apresentem de forma sistemática tais informações e estejam esparsos temporalmente, é possível perceber, a partir das informações encontradas neles, que há uma evolução de matrícula e frequência tanto de meninos quanto de meninas na instituição.

Além do Regulamento da Instrução Primária do ano de 1931, vale contemplar, nesta fase, outra legislação que regulamentou o GESC, a saber: A Lei 4.024/1961 que tratou das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a sua reformulação em 1971. De acordo com o art. 25 da Lei 4.024/1961 o ensino primário tinha como objetivo: “[...] o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social”. O que, por sua vez, apresentava aspectos comuns com as legislações anteriores, a exemplo da idade para ingresso no ensino primário, conforme dispõe o artigo art.

27: “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento”. A LDBEN de 1961 não faz referência ao critério de entrada nos grupos escolares, ao número de matrícula que deveria ser ofertado, ao programa de ensino, corpo diretivo, dentre outros aspectos, o que permite aludir de que mesmo sendo instituída uma lei maior o ensino primário desenvolvido nos grupos escolares pode ter continuado com os aspectos, para funcionamento, propostos nas legislações anteriores.

Quanto à LDBEN reformulada de 1971, essa teve como objetivo “[...] fixar as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus”, bem como dar outras providências para a educação. Com a promulgação desta legislação, ocorreu a extinção dos grupos escolares, os quais foram substituídos pelo ensino de 1º grau. No entanto, o GESC só recebeu à categoria de Escola de 1º Grau no ano de 1977. A hipótese que se tem para a demora na mudança de nomenclatura é a de que os princípios dispostos nessa legislação para o ensino primário contemplação e elevação do nível de ensino ofertado. Tais mudanças por sua vez exigiam mudanças no espaço escolar, na cultura escolar, na formação dos professores, pois um novo currículo foi proposto para o ensino primário, e assim começou a terceira fase da instituição.

### **2.5 3ª fase: Escola de 1º Grau Severiano Cardoso (1977 – 1991)**

A partir da década de 1960 alguns acontecimentos marcaram a história da educação brasileira e merecem ser ressaltados para melhor compreensão da fase da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso (1977 – 1991). São exemplos o acordo MEC-USAID<sup>12</sup> (Ministério da Educação e Cultura/*United States Agency International for Development*), e as já citadas Lei 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1961 – e a Lei de Atualização e Expansão do Ensino de 1º e 2º Graus – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Para Assis:

A redefinição da política educacional brasileira incluía, desde o início, uma preocupação com a reformulação do modelo de educação primária e média,

<sup>12</sup> Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12 acordos, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_mec-usaid%20.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.



que pode ser constatada por meio de documentos como os do MEC-Usaid, o Relatório Meira Matos e o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. A diferença está no enfoque dado pelos acordos MEC-Usaid e pelos dois relatórios dos grupos brasileiros. Enquanto nos acordos MEC-Usaid a tônica incidia sobre maior integração das escolas de ensino primário e médio, de forma que se estendesse a escolaridade e eliminasse a compartimentação da escola elementar e da escola média, ou seja, pressupunha um tipo de integração em que o primeiro ciclo da escola média ficasse mais ligado à escola primária, o enfoque dos relatórios brasileiros era por uma reformulação do ensino médio em consonância com a problemática da universidade, de modo que não houvesse a integração entre ambos, mas uma reformulação dos objetivos no ensino médio de 2º ciclo com vistas a um desvio de demanda social de escola superior, por meio da formação profissional (ASSIS, 2010, p. 330).

Neste sentido, “o Acordo interferiu no sistema educacional brasileiro, visando a modernização do sistema educacional” (SANTO, 2005, p. 100). Quanto à Lei 4.024/61, foi sancionada com o objetivo de proporcionar uma educação igualitária e como direito de todos.

No que diz respeito à Lei 5692/71, responsável por reformar o ensino primário e médio, destaca-se a mudança de nomenclatura em relação aos graus do ensino. Para além disso, “a reforma de 1971 (Lei 5.692) buscou quebrar essa hegemonia do currículo humanista estabelecendo a educação para o trabalho” (ANCELMO, 2010, p. 49). A referida legislação manteve as finalidades da educação que fora estabelecida pela LDB 4.024/61 e:

[...] fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º Graus que deveria desenvolver as potencialidades do educando, qualificá-lo para o trabalho e prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. Dentre as modificações mais importantes instituídas por essa reforma destacamos a extensão da escolaridade obrigatória, mediante a implantação de uma escola única de 1º e 2º Graus. A escola básica ganhou a seguinte configuração: 1º Grau: houve a junção do antigo ensino primário e o primeiro ciclo (ginasial) do antigo ensino médio. Era responsável pela formação da criança e do adolescente na faixa etária de 7 a 14 anos, apresentando uma escolaridade obrigatória de oito anos. 2º Grau: constituído do segundo ciclo (colegial) do antigo ensino médio. Era responsável pela formação do adolescente e sua qualificação para o trabalho (ANCELMO, 2010, p. 50).

Como se pode observar, a mudança na nomenclatura do ensino primário ocorreu no início da década de 1970, contudo a IESC ofertou o ensino primário até o ano de 1977 na condição de escola de GESC. No entanto, acompanhando as mudanças postas pela legislação, no ano de 1977, o grupo escolar foi transformado em Escola de 1º Grau Severiano Cardoso, através do Decreto nº 3.912, de 27 de dezembro de 1977, sendo implantadas, por meio da resolução 189/79/CEE, as últimas séries do ensino de 1º grau, vale registrar que, em tese a IESC deveria passar a ser denominada EPSGSC, mas isto só ocorreu em 1991. Neste sentido,

os elementos que contribuíram para a implantação das últimas séries do ensino fundamental acompanharam o prescrito na legislação nacional, como se pode observar no parágrafo acima. Para melhor entender essas mudanças, para além da legislação nacional, a ênfase para construção da Escola de 1º grau Severiano Cardoso compreendeu também o seu Regimento Escolar interno, que começou a ser elaborado no ano de 1976 conforme dispõe o Parecer nº 028/1982:

O Regimento da supracitada Escola, contendo dezoito (18) folhas e três (03) anexos com seis (06) folhas, tramita neste órgão desde 04.11.1976 com vistas a análise e a aprovação, e, após ter sido reformulado objetivando efetuar algumas correções, acha-se em condições de ser aprovado. Anexos ao Regimento encontram-se os Quadros Curriculares relativos as series oferecidas pela Escola, baseadas na Proposta Curricular do Estado, a Estrutura do Curso e o Calendário Escolar, em consonância com as exigências contidas na Resolução 30/73/CEE, que estabelece normas para a aprovação de Regimentos Escolares (PARECER, nº 028/82/ SEEC/DGE/ CIES, 1982).

Tal Regimento foi composto com o propósito de regular a Organização Técnico-Administrativa da escola, das instituições complementares (biblioteca, associação de pais e mestre, caixa escolar), do regime escolar (matrícula, transferência), da organização didática (do calendário escolar, do curso, do currículo e programa, da apuração da assiduidade escolar), do corpo docente, do corpo discente, dos funcionários administrativos, das sanções (do corpo docente e administrativo e do corpo discente) e das disposições gerais e transitórias. De acordo com o Regimento do ano de 1982, a Escola de 1º Grau Severiano Cardoso tinha como objetivos específicos:

- a) desenvolver a alfabetização usando métodos adequados;
- b) proporcionar experiências as mais variadas e em mais diversas situações de vida;
- c) estabelecer hábitos que levam à preservação da saúde;
- d) discriminar e desenvolver aptidões;
- e) preparar para o exercício de uma atividade socialmente útil e não especializada;
- f) dar início à formação científica;
- g) preparar para o exercício da cidadania;
- h) promover a formação moral e intelectual do educando;
- i) desenvolver na criança o espírito da criatividade;
- j) desenvolver no aluno a capacidade de fazer opções conscientes quanto ao seu projeto de vida, de tal forma que se realize como pessoa;
- l) estimular dentre os alunos um relacionamento em moldes cooperativos, baseado no respeito mútuo;
- m) desenvolver os aspectos sensório-motor, afetivo-emocional, respeitando o processo de maturação do aluno;

m) ministrar o ensino de primeiro grau obrigatoriamente na língua nacional. (REGIMENTO DA ESCOLA DE 1º GRAU SEVERIANO CARDOSO, 1982, p. 2).

A Escola de 1º Grau Severiano Cardoso apresenta mudanças no que diz respeito às fases anteriores quanto ao nível de ensino e conseqüentemente à organização administrativa, curricular, uma vez que a partir de 1977 passou a ofertar além 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª. De acordo com o art. 5º do Regimento, a Escola deveria apresentar a seguinte estrutura administrativa: “Direção; Conselho administrativo; Secretária; Serviços gerais”. Com relação a esta composição administrativa da instituição foi possível a identificar a partir da narrativa da professora Arlinda Menezes do Nascimento, que assim revelou que a diretora foi “Adjanice Mateus e Maria Antônia das Dores Viana”. A mesma professora rememorou que “[...] no ano de 1980 assumi a direção do Severiano Cardoso e sai em 1995”.

Com relação à estrutura física da Escola o regimento não contempla e não foi identificado nenhum documento que fizesse referência. Sobre sua infraestrutura, o professor Antônio Barros Vasconcelos rememorou que na década de 1970, quando já era professor da EPGSC, a então diretora Dona Vanda:

[...] o que é que fez? Lutou. Falou e ele doou [o prefeito] o terreno, ela aí arregaçou as mangas e construiu salas aí embaixo, eu nunca vi um negócio daqueles é, foi na época de Manuel Cabral Machado, secretário de educação. Com esse secretário de educação Dona Vanda conseguiu o possível e o imaginável para o Severiano Cardoso (Antônio Barros Vasconcelos, 2012).

Sobre isso a professora Amariles Gomes Lima rememorou que: “[...] aí depois surgiu um senhor que ofereceu um terreno lá no fundo e fizeram aquelas salas todas. Só aquela parte da primeira... depois surgiram mais outros para o segundo grau e tiveram que construir aquelas do outro lado”. A professora Arlinda Almeida Menezes revelou também que sobre o ano de 1978, quando foi professora do Severiano Cardoso: “Ah! tinha sete salas de aula, tinha a secretaria, tinha a diretoria. Era uma escola mais ou menos bem estruturada. Depois é que ela cresceu, houve as reformas e que houve aumento das salas de aula e que hoje está aí uma escola de grande porte”. Ainda sobre a estrutura física a professora Amariles rememorou que no ano de 1979 “[...] tinha sete salas de aula, dois banheiros, uma secretaria, o pátio para recreio e a cozinha” (Amariles Gomes Lima, 2013).

No que se refere ao corpo docente da EPGSC, o mesmo Regimento em seu art. 54 ressalta que: “Constitui o corpo docente da escola os professores registrados nos órgãos competentes, devidamente autorizados a lecionar pelas autoridades de Ensino, nos termos da

lei”. Neste caso a Lei 5692/71. O número docente da Escola de 1º Grau não consta nos documentos referentes a esta fase. No entanto, alguns professores foram entrevistados e outros foram revelados no decorrer das narrativas, a exemplo de Maria Antônia Andrade, Genilde Vieira Rodrigues Santos, Ana Rita Alves, Antônio Barros Vasconcelos, Maria Antônia Moraes, Amariles Gomes Lima, Arlinda Almeida Menezes, Bernadete Borges, Lizete Prudentes.

Para ingresso na escola, a legislação estabelecia os requisitos de acordo com o nível de ensino do aluno. Assim, de acordo com o prescrito no artigo 21º do Regimento: “Serão admitidos a matrícula os candidatos que preencherem os requisitos legais relativos a idade e documentação, sendo de inteira responsabilidade da Escola a apreciação das normas, antes do deferimento”. Para além desses elementos, o mesmo documento estabelecia nos arts. 21 e 22 que “Tratando-se de matrícula na 1ª série do 1º Grau exigir-se-á do aluno idade mínima de 7 (sete) anos completo; Para as demais séries exigir-se-á documento que comprove habilitação nas séries anteriores”. No que diz respeito à composição das classes, o Regulamento assegura no art. 37 que: “[...] se fundamentará em critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem, resguardadas as determinações legais vigentes”. Quanto ao currículo, a Escola deveria seguir o que estabelecia a legislação maior e neste sentido “os currículos terão o núcleo comum obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades, possibilidades e peculiaridades locais, ao plano do estabelecimento e as diferenças individuais” (art. 38). O art. 40 do mesmo Regimento assegurava ainda que:

Art. 40 – Os objetivos das matérias e do processo educativo, em geral, devem ajustar-se aos fins estabelecidos em Lei, visando:

I - Em comunicação e Expressão visando o cultivo de linguagem que esteja ao aluno o contato coerente com seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físicos, psíquicos e espiritual;

II - Em Estudos Sociais, ajustamento crescente do educando ao meio em que deve viver e conviver dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento;

III - Em Ciências, desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico;

IV - O ensino das matérias fixadas e das que lhe sejam acreditadas deve sempre convergir para o desenvolvimento no aluno das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação decisão e ação (REGIMENTO DA ESCOLA DE 1º GRAU SEVERIANO CARDOSO, 1982, p. 9).

Assim, a partir desse período novas disciplinas foram incorporadas na grade curricular da IESC, embora, nenhuma que visasse atender as “peculiaridades locais” ficando assim distribuídas conforme apresentam as figuras a seguir.

Figura 1 – Quadro Curricular da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso a partir do ano de 1982 (1ª à 4ª série)

ESCOLA DE 1º GRAU "SEVERIANO CARDOSO"  
QUADRO CURRICULAR DAS SÉRIES INICIAIS DO 1º GRAU

	MATÉRIAS	ATIVIDADES	1ª SÉRIE		%	3ª SÉRIE		4ª SÉRIE		%	TOTAL	OBSERVAÇÕES
			n	h		n	h	n	h			
GERAL	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Comunicação e Expressão	17	612	42,5	12	432	12	432	40,00	2.520	1. Educação Artística e Educação dentro de Comunicação e Expressão
		Educação Física	03	108	7,5	03	108	03	108	10,00		
	ESTUDOS SOCIAIS	Integração Social	06	216	15,00	05	180	05	180	16,66	792	2. Programas de Saúde
EDUCAÇÃO	CIÊNCIAS	Iniciação às Ciências	04	144	10,00	03	108	03	108	10,00	1.728	3. Ensino Religioso será ministrado de forma sistemática e facultativa para o aluno
		Matemática	10	360	25,00	07	252	07	252	23,34		
ENSINO RELIGIOSO			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			40	1.440	100,00	30	1.080	30	1.080	100,00	5.040 A	
TOTAL	AULAS		20	720		20	720	20	720		2.880H	
	HORAS											

Módulo - 1ª e 2ª - 30 n = Semanal = S  
3ª - 40 n = Anual = A  
4ª - 50 n = Anual = A

Fonte: Anexo do Regimento da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso disponível na SEED/ DIES.

Figura 2 – Quadro curricular da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso (5ª à 8ª série)

QUADRO CURRICULAR DO 1º GRAU  
*Severiano Cardoso* 5ª. à 8ª. SÉRIE

MATERIAS	ÁREA DE ESTUDO OU DISCIPLINA	5ª. Série		6ª. Série		7ª. Série		8ª. Série		TOTAL	OBSERVAÇÕES		
		S	A	S	A	S	A	S	A				
E D U C A C A O  G E R A L	COMUNIC.	Língua Portuguesa		5	150	5	150	5	150	5	150	1 - Módulo - 50min	
	E	Educação Artística		1	36	1	36	1	36	1	36		1.396
	EXATAS.	Educação Física		3	108	3	108	3	108	3	108		
E D U C A C A O  G E R A L	ESTUDOS SOCIAIS	Estudos Sociais		4	144	4	144	4	144	4	144	2 - S - Semanal A - Anual	
		Educação Moral e Cívica		2	72	2	72	-	-	-	-		864
		O.S.P.B.		-	-	-	-	2	72	2	72		
E D U C A C A O  G E R A L	CIÊNCIAS	Ciências Fís. Biológicas		3	108	3	108	3	108	3	108	1.152	
		Matemática		5	150	5	150	5	150	5	150		
		ENSINO RELIGIOSO		1	36	1	36	1	36	1	36	144	
TOTAL	HORAS/ANUA	24	864	24	864	24	864	24	864	3.556			

Fonte: Anexo do Regimento da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso disponível na SEED/DIES.

Quanto ao horário de funcionamento da Escola de 1º Grau, Maria Antônia Andrade assim rememorou:

[...] teve uma época que teve que ter três turnos para atender a todo mundo. Era das sete as onze, aí tinha um espaçozinho aí parece que onze e meia entrava a segunda turma, depois de tarde já entrava a terceira turma. Olhe era uma coisa. Aí tinha a noite. Eu sei que tinha três turnos para atender o pessoal, tinha épocas que era de três turnos. (Maria Antônia Dias Andrade, 2016).

Sobre o horário escolar o Regimento faz referência no seu anexo II, e como pode ser observado na Figura 3 a escola funcionava em três turnos.

Figura 3 – Horários de funcionamento da Escola de 1º grau Severiano Cardoso a partir do ano de 1977

II - Horários de Funcionamento

Manhã		Tarde		Noite	
Início	Término	Início	Término	Início	Término
08:00 hs.	12:00 hs.	13:00 hs.	17:00 hs.	19:00 hs.	22:00 hs.

Fonte: Anexo do Regimento da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso disponível na SEED/DIES.

Para além da alteração no currículo e no nível de ensino, a IESC passa a ofertar aulas no período noturno para atender ao crescente número de alunos da cidade de Boquim, já que muitos concluíam o ensino primário no GESC e paravam a vida escolar por não ter condições de estudar em escola privada (Colégio Santa Teresinha) ou se deslocar para outras cidades a exemplo de Aracaju, Estância e Lagarto para fazer as últimas séries do ensino de 1º grau e consequentemente ingressar no 2º grau. Com o ensino de 1º grau ofertado e com alunos concluintes, começa a surgir a necessidade de um ensino de 2º grau na cidade de Boquim, já que os alunos iriam concluir o 1º grau e iriam continuar na mesma situação de quando terminavam o ensino primário. E assim, mais uma vez a necessidade impõe-se e a IESC passa à sua 4ª fase

#### 2.6 4ª fase: Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso (1991 – 2000)

Tendo em vista que no início da década de 1990, na cidade de Boquim não tinha o 2º Grau gratuito e a juventude estudantil crescia e, em sua maioria, não tinha condições financeiras para se dirigir a outras cidades ou pagar o curso de 2º Grau no “Colégio Santa Teresinha”<sup>13</sup>, a diretora da EPGSC à época, Arlinda Almeida Meneses, mobilizou sua equipe de professores para recorrer às autoridades e implantar o ensino de 2º grau em Boquim. Sobre a equipe de professores envolvidos, Amariles assim conta: “[...] A equipe mesmo era Lúcia, Pacheco, Zé Raimundo, Toinha, tinha outra professora que morava em Aracaju, Maria José. Era um grupo que ia lá para conseguir”. Genilde Vieira Rodrigues Santos, que foi aluna no período GESC e foi professora no período da escola de 1º e 2º graus, rememorou que

<sup>13</sup> O Colégio Santa Teresinha foi uma das últimas ações do bispo D. José Thomaz Gomes da Silva no campo educacional sergipano. Através de seu apoio espiritual e financeiro o referido colégio foi criado pelo Padre José Gumercindo Santos, também idealizador do Orfanato Nossa Senhora das Graças. Essas instituições foram fundadas na cidade de Boquim, no dia 12 de março de 1947 (RODRIGUES, 2007, p. 175).

[...] a diretora Arlinda encabeçou um movimento para solicitar da secretaria de Estado da Educação o ensino de 2º Grau na cidade de Boquim. [...] E nesse período teve uma movimentação para isso, para que virasse Escola de 2º Grau “[...] a solicitação, realmente foi de Arlinda no período né? Aí Arlinda contava com Valadares que ainda era um parente dela, que ele era o governador do Estado” (Genilde Vieira Rodrigues Santos, 2016).

Sobre essa fase de transição da IESC, a professora Amariles Lima revela que em Boquim no início da década de 1990:

[...] só o Colégio Santa Teresinha que tinha só 2º grau e tinha também o curso de magistério, então a gente... eu mesmo era líder sindical e observava muita coisa que acontecia também na escola. [...] Aí a gente saiu fazendo uma pesquisa. De 100 alunos que saía do Severiano Cardoso não tinham de 100 alunos 5, 6, 10 conseguiam o 2º grau. Aí a gente viu q não dava certo, porque tinha pais que podiam e tinham pais que não podiam e depois surgiu assim a bolsa que dava para estudo né? O colégio começou assim. Os pais tinham que pagar a mensalidade dos seus filhos. Os pais não tinham dinheiro pra isso porque antes era assim pega a... bolsa de estudo. Então aqueles abandonavam porque os pais não tinham como (Amariles Gomes Lima, 2016).

A professora Maria Antônia Andrade também rememorou do movimento no início da década de 1990:

Tinha eu tinha uma turma que participava do movimento de professores, síntese. Aí nós queríamos que tivesse o 2º grau lá no Severiano, mas o colégio que era quem dominava, quem dava o 2º grau aí não queria, aí tinha os políticos, aquelas pessoas mais poderosas que se formavam no Santa Terezinha, aí tinha aquela paixão pelo Santa Terezinha né? Aí não queria tirar do Santa Terezinha o 2º grau para colocar no Severiano Cardoso porque no Severiano Cardoso seria de graças e lá era pago. Então a gente fez um movimento para conseguir levar o segundo grau pra lá porque podia fazer o 2º grau lá e cá, mas elas achavam que não dava.

[...] Até uma sexta-feira da paixão a gente saiu pedindo assinatura do povo, pedindo para o Severiano Cardoso fornecer o 2º grau que era o pedagógico os cursos que pudesse dar, a gente trabalhou muito e conseguimos (Maria Antônia Andrade, 2016).

Sobre isso Arlinda Menezes acrescentou que:

Eu providenciei tudo. Foi quando passou de primeiro para segundo. Que foi com habilitação magistério né? Aí foi quando eu lutei muito para que isso acontecesse. Tinha apoio do prefeito que era Zé Trindade na época e eu realmente lutei muito para vim o magistério aqui né? Para atender realmente alunos que não tinham condição de pagar (Arlinda Almeida Menezes, 2016).



O resultado da luta foi que no ano de 1991, por meio do decreto nº 12.348 de 1º de agosto de 1991 já no governo de João Alves Filho, a Escola de 1º Grau passa a contemplar o 2º grau. De acordo com o mesmo decreto, em seu art. 2º, “o ensino de 2º Grau será ministrado de acordo com a legislação em vigor”, neste caso também a Lei 5.692/71. Para tanto foi composto um novo Regimento que tinha como propósito conduzir os objetivos da escola, da organização e estrutura administrativa, do apoio administrativo (da escrituração e arquivo, das atividades auxiliares), da organização técnico-pedagógica, das instituições pedagógicas complementares (da biblioteca, da associação de pais e mestres), do regime escolar (da matrícula, da transferência e adaptação, da expedição de certificados e/ou diplomas), da organização didática (do calendário escolar, da estrutura curricular, da intercomplementaridade e/ou entrosagem escolar, do ensino, do funcionamento, dos programas, da avaliação do rendimento escolar, apuração da assiduidade escolar, da promoção, da recuperação), do corpo docente (da admissão, carga horária e afastamento), do corpo discente (dos direitos, deveres, das proibições), dos funcionários administrativos (da admissão, da carga horária e afastamento, dos direitos e deveres), das sanções (do corpo docente, discente, técnico e administrativo) das disposições gerais e transitórias.

O Regimento da Escola de 1º e 2º Graus apresenta diferença no que diz respeito ao Regimento da EPGSC, uma vez que apresenta como novidade a expedição de certificados e diplomas para os alunos que concluíam o 1º e o 2º grau, já que ofertava curso para a formação de professores. Dentro da organização didática o Regimento da EPSGSC, trata da intercomplementaridade e/ou entrosagem escolar, o que por sua vez não foi contemplado no regimento anterior.

No ano de 1992, já com a terminologia de Escola de 1º e 2º Graus, a Escola é autorizada a oferecer o ensino com habilitação para o magistério, conforme está disposto na Resolução nº 444 do ano de 1992: “Fica concedida a autorização para funcionamento do Ensino de 2º Grau com habilitação Formação para o Magistério do 1º Grau da 1ª à 4ª série, com efeito retroativo ao início de suas atividades, à Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso, localizada na cidade de Boquim”. Sobre isso o Regimento (1991/1992) da escola dispõe no seu art. 44 que: “A Escola de 1º e 2º Graus ‘Severiano Cardoso’, ministra o ensino de 1º Grau da 1ª à 8ª série, e o ensino de 2º Grau com habilitação Formação para o Magistério de 1º Grau da 1ª à 4ª série”, totalizando 12 anos de formação. De acordo com o art. 3º do Regimento da escola,

Foram objetivos específicos da Escola:

- I - Oferecer ensino de 1º e 2º Graus em caráter regular a alunos do sexo masculino e feminino;
- II - Garantir no âmbito da Escola os objetivos preconizados no âmbito da legislação do ensino considerando as características e necessidades da comunidade e os interesses dos alunos;
- III - Propiciar a formação do educando variando em conteúdos e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos (REGIMENTO DA ESCOLA DE 1º e 2º GRAUS SEVERIANO CARDOSO, 1992, p. 3).

No que diz respeito aos critérios de entrada na Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso, essa manteve os mesmos critérios da fase anterior, entretanto acrescentou a seguinte possibilidade, conforme dispõe o parágrafo único do art. 28: “Poderá ser matriculado aluno de idade inferior de acordo com as normas legais vigentes”. De acordo com o Anuário Estatístico de Sergipe (1994), a matrícula da Escola nos seus primeiros anos está de acordo com o apresentado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Matrícula geral da Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso (1991 – 1993)

<b>ANO</b>	<b>Matricula Inicial</b>	<b>Matricula Final</b>	<b>Evasão</b>	<b>Aprovados</b>	<b>Repetentes</b>
1991	196	126	70	89	37
1992	248	163	85	117	46
1993	248	-	-	-	77

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no Anuário Estatístico de Sergipe (1994).

No que diz respeito ao corpo diretivo da escola, o Regimento de 1992 apresenta os mesmos membros do regimento anterior, com exceção dos de serviços gerais. De acordo com documento disponível da DIES no ano de 1994, a Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso tinha o seu corpo diretivo composto por dois coordenadores, um secretário, seis membros do comitê pedagógico e 20 membros de apoio administrativo. Quanto ao corpo docente, de acordo com art. 71 do Regimento: “A admissão do corpo pessoal docente será efetivada pelo órgão competente da administração estadual”.

A proposta curricular da instituição também funcionou de acordo com o prescrito na Lei 5692/71, contudo a EPSGSC apresentou mudanças em relação ao período do 1º grau, como, por exemplo, a ausência de disciplinas que estiveram presentes tanto no período do GE quanto no da EPGSC. O Regimento de 1992, faz referência ao programa de ensino:

Art. 54 – Sempre que a experiência o indicar e com a finalidade de atender às conveniências didáticos-pedagógicas, os programas poderão sofrer reajustamentos, adaptando-se ao nível do desenvolvimento dos alunos e à evolução do meio social.

Art. 55 – Os programas adaptados serão submetidos à aprovação da Diretoria.

Parágrafo único: Para efetivação da medida e visando concorrer para a real execução dos programas propostos, deverá a Equipe Técnica incentivar a realização de atividades excursões, visitas a museus e indústrias, entrevistas, exposições e outras (REGIMENTO DA ESCOLA DE 1º e 2º GRAU SEVERIANO CARDOSO, 1992, p. 16 ).

No que diz respeito ao currículo o mesmo Regimento assegurava que:

Art. 49 – No ensino de 1º e 2º Graus, o currículo compreenderá a soma de todas as experiências vivenciadas pelos alunos, sob’ a orientação da escola, dentro ou fora desta.

Art. 50 – O currículo terá um Núcleo Comum, obrigatório em âmbito nacional e uma Parte Diversificada para atender aos planos do Estabelecimento e as diferenças individuais dos alunos, bem como deverá constar a Preparação para o Trabalho, operacionalizada nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único – Constituem ainda como conteúdos obrigatórios a Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, sendo este último optativo para o aluno.

Art. 51 – No desenvolvimento do currículo serão observados:

I – conteúdos programáticos mínimos;

II – carga horária por componente curricular;

III – métodos, técnicas e matérias de ensino – aprendizagem adequada à clientela;

IV – formas de variadas de avaliação.

Art. 52 – A Escola elaborará anualmente o seu currículo pleno, com base na legislação vigente e nas diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Educação. REGIMENTO DA ESCOLA DE 1º e 2º GRAU SEVERIANO CARDOSO, 1992, p. 15).

Quanto à estrutura curricular das séries do ensino de 1º grau até então não foi encontrado o quadro contendo as disciplinas do ensino de 1º grau depois que a escola passou a oferecer o ensino de 2º grau.

No tocante ao ensino de 2º Grau com habilitação para o magistério, o quadro curricular era composto como dispõe a Figura 4.

Figura 4 – Quadro curricular para as Escolas da Rede Estadual de Ensino a partir do ano de 1993 (Habilitação para o magistério)

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
GRADE CURRICULAR PARA ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO  
A PARTIR DE 1993  
HABILITAÇÃO: Teórica para o Ensino de 1ª a 4ª séries do 1º Grau  
CARGA HORÁRIA: 8 Semanas

	M A T E R I A S	D I S C I P L I N A S	C H S E M A N A L			TOTAL
			1ª Série	2ª Série	3ª Série	
NÚCLEO COMUM	PORTUGUES	Língua Portuguesa Literatura	02 01	02 01	02 02	216 144
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia História	02 02	- -	- -	72 72
	CIEÊNCIAS	Física Química Biologia e Programas de Saúde	02 02	- -	- -	72 72
	MATEMÁTICA	Matemática	02	-	-	72
	LÍNGUA ESTRANGEIRA	Inglês	02	02	02	216
	LEI 5.692-71 ART. 72	Educação Física Educação Artística Ensino Religioso Estudos da Constituição - CMC Brasileira (PAR. 531-90 CFE)	03 01 01 01	03 - - -	03 - - -	324 36 36 36
	<b>SUB - TOTAL</b>			<b>23</b>	<b>21</b>	<b>25</b>
PARTE DIVERSIFICADA CARGA HORÁRIA: 8 Semanas	D I S C I P L I N A S I N S T R U M E N T A I S  E  D O  N Í N I M O F I X A D O P A R A A H A B I L I T A Ç Ã O	Educação Pré-Escolar	-	-	02	72
		Métodos e Técnicas da Alfabetização	-	-	02	72
		Alfabetização de Adultos	-	-	02	72
		Estudos Regionais	-	-	02	72
		Filosofia	02	02	-	144
		Sociologia	02	02	-	144
		Psicologia	-	02	03	180
		História da Educação	-	02	02	144
		Didática	-	02	-	72
		Metodologia do Português	-	02	-	72
		Metodologia da Matemática	-	02	-	72
		Metodologia das Ciências	-	02	-	72
		Metodologia dos Estudos Sociais	-	02	-	72
		Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	-	-	02	72
		Estágio Supervisionado	01	02	04	252
<b>SUB - TOTAL</b>			<b>25</b>	<b>28</b>	<b>15</b>	<b>1.584</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>3.024</b>

Fonte: Departamento de Inspeção Escolar do Estado de Sergipe.

Para o desenvolvimento das atividades escolares, o Regulamento da escola dispõe que essas deveriam ocorrer da seguinte maneira: Art. 45 – “A escola funcionará nos turnos matutino, vespertino, e noturno, respectivamente das 7:00 às 12:00 h, das 13:00 às 17:50 h e das 19:00 às 22:50 horas”. Quanto ao ano letivo esse teria “[...] terá duração de 180 dias de trabalho escolar efetivo, sendo dividido em dois períodos de 90 dias” (art. 46). Sobre o funcionamento da escola 2º Grau a professora Genilde Vieira Rodrigues Santos rememorou

que: “Quando era Escola de 2º grau o Severiano funcionava nos turnos da manhã, da tarde e da noite. Eu não lembro bem o horário, mas acho que era até as vinte e duas e trinta”.

Tendo em vista mudanças educacionais no âmbito nacional, no ano de 1996, a Instituição passa a ser regulamentada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Tal lei trouxe novas diretrizes para a educação brasileira. Para a EPSGSC, poderia considerar aqui que a LDBEN propôs uma nova fase para a instituição, não no que diz respeito ao nível de ensino com relação à fase anterior, e sim no que diz respeito à estrutura organizacional e curricular da instituição. De acordo com a Legalização Escolar/ Ficha Cadastral disponível no DIES, nesse mesmo ano foi aprovado um novo Regulamento por meio da Resolução nº 166 de 1966. Tal regimento não foi identificado, mas de acordo com a ficha cadastral da Instituição o documento existiu.

No que diz respeito ao número de alunos da instituição só foram encontrados registros que fazem referência no ano de 1999, quantitativo de 1.531 alunos, sendo 1.093 do ensino Fundamental, 315 do Ensino Médio e, 123 alunos do Ensino Médio com habilitação para o Magistério. A Figura 5 apresenta de maneira detalhada tais informações.

Figura 5 – Demonstrativo da Quantidade de Alunos por Séries/Turmas (1999)

ESTABELECIMENTO: <i>Escola de 2º Grau Severiano Bandeira</i>		DR: <i>02</i>		ANO: <i>1999</i>																																				
DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE ALUNOS POR SÉRIES / TURMAS																																								
MODALIDADES DE ENSINO	SÉRIES																								TOTAL GERAL															
	1ª				2ª				3ª				4ª				5ª				6ª				7ª				8ª				TUR- MAS	ALU- NOS						
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D								
Ensino Fundamental	30	30	35	37	36	38	38	113	43	34	36	102	35	34	35	104	40	42	40	39	161	51	48	50	44	49	48	193	50	47	48	36	36	36	36	155	39	1.093		
Ensino Médio e Hab									43	40	40	123																									03	123		
Ensino Médio e Hab	44	49	52	49																																	07	315		
Ed. Jovens e Adultos - EF																																								
Ed. Jovens e Adultos - EM																																								
<b>TOTAIS</b>																																								
<b>39 1.531</b>																																								
TURMAS / ALUNOS																																								
EDUCAÇÃO INFANTIL				A				B				C				D				E				TURMAS		ALUNOS														
ENSINO ESPECIAL																																								
TOTAL DE TURMAS DO ESTABELECIMENTO: <i>39</i>													TOTAL DE ALUNOS: <i>1.531</i>																											
CIDADE / ESTADO / DATA: <i>Belem - Siqueira 23-02-99</i>													RESPONSÁVEL: <i>F. Fernandes</i>																											
PREENCHER COM A QUANTIDADE DE ALUNOS													Secretaria Municipal de Educação																											
LEGENDA: A, B, C, D - TURMAS T - TOTAL													EF - ENSINO FUNDAMENTAL EM - ENSINO MÉDIO																											
Partaria 2482/92																																								

De acordo com dados apresentados no demonstrativo percebe-se que a partir da nova LDBEN a EPSGSC passou a oferecer Ensino Médio, pois anteriormente só oferecia o Ensino Médio com habilitação para o Magistério. O corpo docente da EPSGSC, de acordo com documento disponível no DIES, no ano de 1999, ele estava composto de 66 professores distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 3 – Quantitativo de Docentes da Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso (1999)

<b>Corpo docente</b>	<b>Séries</b>	<b>Quantidade de docentes por nível de ensino</b>
Ensino Fundamental	1ª a 8ª	50
Ensino Médio	1ª a 3ª	06
Ensino Médio com habilitação para o Magistério	1ª a 4ª	10
Total geral		66

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados colhidos na SEED/DIES.

Quanto ao aspecto físico, ainda no ano de 1999, a EPSGSC estava organizada da seguinte forma conforme dispõe a tabela que segue:

Tabela 4 – Aspecto físico e material da Escola de 1º e 2º Graus Severiano Cardoso a partir do ano de 1999

<b>ESTRUTURA FÍSICA</b>			<b>ESTRUTURA MOBILIÁRIA</b>		
Tipo	Unidade	Quantidade	Tipo	Unidade	Quantidade
Área do imóvel	M <sup>2</sup>	1887	Carteiras	Unid.	600
Área construída	M <sup>2</sup>	1052	Mesa de professor	Unid.	21
Salas de aula	Unid.	13	Armários	Unid.	06
Sala de professores	Unid.	01	Geladeira	Unid.	01
Biblioteca	Unid.	-	Fogão	Unid.	01
Diretoria	Unid.	01	Micro computador	Unid.	01
Banheiros	Unid.	07	Frizzer	Unid.	01

Quadra de esportes	Unid.	-		Unid.	
Cantina	Unid.	01		Unid.	
Secretaria	Unid.	01		Unid.	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados colhidos na SEED/DIES.

De acordo com as mudanças postas pela LDBEN 9393/96, o Conselho Estadual de Educação de Sergipe, fazendo uso das suas atribuições legais por meio da Resolução nº 145/2000 em seu artigo 1º autorizou “[...] a mudança de denominação das Unidades de Ensinos pertencentes à Rede Pública Estadual, em adequação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Normas Complementares, as quais passarão a denominar-se: as que oferecem Ensino Fundamental – Escola Estadual, e as que oferecem Ensino Médio – Colégio Estadual”. É a partir desse período que a Escola de 1º e 2º Graus é denominada de Colégio Estadual Severiano.

Neste sentido, o “novo Regimento” só foi elaborado no ano 2003, para atender às propostas da LDBEN, o qual apresenta novos objetivos do Colégio e que por sua vez apresenta mudanças quanto ao regimento anterior. Neste sentido, o art. 6º dispõe que:

O Colégio Estadual “Severiano Cardoso”, entendido como espaço de cultura, convivência social e como espaço de produção e socialização do saber, em consonância com a Política Nacional e baseado no que dispõe a legislação em vigor, oferece o Ensino Fundamental e Médio com a finalidade de:

I – garantir, no âmbito do colégio, os objetivos preconizados pela legislação vigente considerando as características e necessidade da comunidade e os interesses dos alunos;

II – buscar sempre a permanência e o sucesso do aluno, oferecendo-lhe um ensino de qualidade;

III – transmitir conhecimento enfocando os aspectos culturais, sócio-econômicos e políticos do município de Boquim;

IV – desenvolver no aluno atitudes que propiciem a aprendizagem permanente e constante;

V – garantir a todos o direito aos conhecimentos científicos, éticos, culturais e tecnológicos que os capacitem para superação de obstáculos propiciados pelo meio garantindo-lhes a participação na vida social;

VI – garantir a utilização de instrumentos essenciais ao aprendizado da leitura, da escrita, da expressão oral, do cálculo, dos conhecimentos básicos sobre a sociedade e da solução dos seus problemas;

VII – possibilitar ao aluno uma prática que priorize atitudes e valores voltados para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades com relação a vida pessoal, coletiva e ambiental;

VIII – respeitar os direitos constitucionais relativos à legislação educacional e aqueles pertinentes à criança e ao adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IX – Conscientizar o aluno do papel que ele desempenha no colégio e na sociedade para desenvolver o sentido de respeito mútuo, justiça e solidariedade e princípios que vão contribuir para a formação do aluno com vista ao bem comum e ao convívio harmônico no colégio;

XI – estimular mecanismos que propiciem a convivência e a integração entre o colégio e a comunidade (REGIMENTO DO COLÉGIO ESTADUAL SEVERIANO CARDOSO, 2003, p.3).

De acordo com o Art. 7º do mesmo Regimento: “O CESC oferece educação básica nos níveis Fundamental de 1ª a 8ª série, e Médio com Habilitação na Modalidade Normal e Médio”. Quanto ao ensino fundamental o art. 8º assegura que esse tem como “[...] objetivo a formação básica do aluno diante: a compreensão da cidadania como participação social e política e exercício de direito e deveres; o posicionamento de maneira crítica; o fortalecimento dos vínculos de família; o conhecimento e cuidado com o próprio corpo”; dentre outros aspectos. No que se refere ao ensino Normal de Nível Médio o Art. 10 do Regimento dispõe que: “O Curso Normal de Nível Médio previsto na Lei 9394/96 no seu artigo 62 prover em atendimento ao disposto na LBBEN a formação de professores para atuar como docentes na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental com ênfase em educação especial e educação de jovens e adultos”. Conforme o Art. 11, “O curso terá duração de 4 anos e tem como objetivo preparar professores capazes de:

I – integrar ao esforço coletivo de elaboração, desenvolvimento e elaboração da proposta pedagógica do Colégio, tendo como perspectiva um projeto global de construção de um novo patamar de qualidade para a educação básica do município.

II – investigar problemas que se colocam no cotidiano do colégio e construir soluções criativas mediante reflexão socialmente contextualizada e teoricamente fundamentada sobre sua prática.

III – desenvolver práticas educativas que contemplem o modo singular de inserção dos alunos futuros professores e dos estudantes do colégio, campo de estudo do mundo social, considerando abordagens condizentes, com suas identidades e exercícios da cidadania plena, ou seja, as especificidades do processo de pensamento, da realidade sócio-econômica da diversidade cultural, étnica, de religião e de gênero nas situações de aprendizagem.

IV – avaliar a adequação dos colégios feitas no exercício da docência a luz do processo constitutivo da identidade cidadã de todos os ingredientes da comunidade colegial, das diretrizes curriculares nacionais da educação básica das regras de convivência democrática.

V – Utilizar linguagens tecnológicas em educação disponibilizando na sociedade de comunicação e informação o acesso democrático a diversos valores e conhecimentos (REGIMENTO DO COLÉGIO ESTADUAL SEVERIANO CARDOSO, 2003, p.7).

O Ensino Médio é tratado no Art. 12, esse tem duração de três anos e tem como finalidade:



I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental;

II – a criação de condições básicas do educando continuar aprendendo, de modo de ser capaz de adaptar com flexibilidade a novas de situações de vida, de ocupação profissional ou de aperfeiçoamento posterior;

III – a transmissão de conhecimentos relativos aos fundamentos filosóficos, científicos e tecnológicos para compreensão do universo, da sociedade e dos processos produtivos;

IV – o aprimoramento do educando na sua formação básica com pessoa humana, cidadão profissional;

V – a formação facultativa dos alunos para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único: O Ensino Médio terá como objetivos:

I – a terminalidade dos estudos;

II – a preparação do educando para a continuidade dos seus estudos;

III – a formação facultativa dos alunos para o exercício de profissões técnicas (REGIMENTO DO COLÉGIO ESTADUAL SEVERIANO CARDOSO, 2003, p. 7).

Ainda de acordo com o Regimento, o Ensino Médio terá uma organização flexível para atender às necessidades dos seus alunos. Para além de um novo objetivo para a instituição, tal Regimento apresenta alguns aspectos que não foram contemplados no anterior, a saber: a gestão escolar, que de acordo com o art. 14 é “[...] orientada pelos princípios de liberdade, democracia, solidariedade, prosperidade, e justiça pela participação efetiva dos diversos grupos de interesse envolvido na vida escolar, objetivando a melhoria da qualidade do ensino”. Outro aspecto que se difere dos regimentos anteriores é a organização da estrutura administrativa do CESC, de acordo com o Art. 16, essa deveria ser composta para além da diretoria e da secretaria da “coordenadoria de ensino, secretaria, comitê pedagógico, comitê comunitário e magistério”.

Outro aspecto está relacionado à matrícula, pois para ingressar no CESC critérios que não apareceram nas fases anteriores passaram a ser exigidos, a exemplo das fotos 3x4, bem como a redução da idade para ingressar no colégio, conforme dispõe o art. 53 que assegura que: “Tratando-se de matrícula do 1º ano do ensino fundamental exigir-se-á a idade 6 (seis) anos completos e no caso de existência de vagas poderão ser matriculados alunos que venham a completar até 30 de abril do ano a que se refere a matrícula”. O parágrafo único do art. 58 dispõe ainda sobre a matrícula de alunos “portadores de deficiência física ou mental, exceto aqueles de conduta agressiva que inviabilize o contato social”.

Outro aspecto implementado pelo referido Regimento está no art. 30, no que concerne ao número de alunos que deveria compor as turmas: “A constituição das turmas se orienta pelas seguintes capacidades numéricas: I – 40 alunos de 1ª a 4ª séries; II – 45 alunos de 5ª a 8ª

séries; III – 50 alunos no Ensino Médio” (REGIMENTO DO COLÉGIO ESTADUAL SEVERIANO CARDOSO, 2003, p. 7).

Como pode ser visto nas páginas anteriores em cada uma das suas fases a IESC apresentou aspectos diferentes, seja na sua estrutura física, no seu corpo docente, na divisão de turmas, nos programas de ensino, no tempo escolar, dentre outros aspectos. Contudo, é possível perceber também que algumas coisas permaneceram e outras foram adaptadas de acordo com nível de ensino que passou a ser oferecido. As mudanças ocorridas na IESC em cada uma das suas etapas nos levam a compreender que a instituição vem acompanhando todas as fases propostas pela legislação da educação brasileira e mantém a instituição em funcionamento até os dias de hoje.

### **3 ELEMENTOS CONSTITUINTES DA IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA SEVERIANO CARDOSO**

Nesta seção, afim de perceber a identidade educacional da Instituição Educativa Severiano Cardoso, busco analisar as representações que os alunos/professores entrevistados têm da instituição. Para tanto foram priorizadas as narrativas de vida de personagens que fizeram parte da instituição educativa em suas distintas fases. Neste sentido, a noção de representações de Chartier (1990) permitiu decodificar a forma como os sujeitos, por meio das narrativas, exibem e/ou apresentam a instituição educativa.

#### **3.1 O que as memórias revelam sobre a Instituição Educativa Severiano Cardoso?**

No percurso da pesquisa, foi possível localizar alunos, ex-alunos, professores e gestores da Instituição Educativa Severiano Cardoso. Estes personagens são muito caros para a compreensão da representação educacional da instituição, pois é através deles que os elementos mais singulares são expostos, desde a cultura escolar até as práticas escolares ali desenvolvidas e vivenciadas em cada uma das fases lembradas. Sendo assim, é a partir do cruzamento dos documentos institucionais com as narrativas de histórias de vida dos personagens que compuseram a IESC, que analisei a sua constituição e funcionamento, levando em consideração o prescrito e o vivido, bem como os “[...] elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos.” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 20). Nesta seção o foco está na interpretação das representações que os alunos/professores entrevistados atribuíram à IESC.

Vale ressaltar que compor a história das instituições educativas não se trata apenas de apresentar uma história de base material que evoca o passado por meio da história dos prédios ainda conservados. É também a memória que a ressignifica pela continuação de suas bases, contemplando inclusive a história narrada a partir da crítica ao monumento, aos documentos e às memórias. Sobre a importância da base material de uma instituição educativa e como essa deve ser considerada, Werle (2004) afirma que:

A base material é aqui considerada o espaço que contém e, ao mesmo tempo, como é estruturada pela proposta pedagógica e por um conteúdo de ensino, que precisam ser discutidos na escrita da história de uma instituição escolar. Mas a base material que contribui para a construção da representação de

escola imponente, importante, ou para a de uma escola empobrecida. Uma alteração na base material, contrapartida, tem repercussões também nas formas de apropriação, interação e negociação que a comunidade escolar – alunos, professores, pais – elabora em relação a instituição escolar. [...] A história da instituição escolar, no que se refere a base material, precisa levar em consideração seus usos, as preocupações com a beleza, segurança funcionalidade, ampliações, reformas, transferências de espaços e de localização dos prédios e sua inserção no panorama local (WERLE, 2004, p. 23).

Ao levar em consideração que a base material da escola contribui para a representação da “escola imponente, importante”, é necessário considerar que para muitos a escola é um lugar onde ocorrem suas primeiras interações coletivas, as suas primeiras frustrações, conquistas, e, dentre vários outros aspectos, compõem a memória do sujeito da escola. A memória é responsável por “conservar informações”, para além disso a memória move a construção de monumentos. Monumento entendido aqui como “tudo aquilo que evoca o passado” (LE GOFF, 1996). O autor acrescenta ainda que um monumento é caracterizado também pelo “poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”. O monumento é aquele que a sociedade ratifica e conserva um determinado registro de memória. Sobre o sentido da memória, Le Goff (1996) destaca que a “[...] memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Essa trata-se de um:

[...] Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (cf. filologia), acumular objetos (cf. coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade. (LE GOFF, 1996, p. 483).

Assim sendo, a memória é entendida aqui como uma construção do passado feita no presente, para servir ao presente. Seja a memória oral ou a memória documental. Le Goff (1996), em sua obra *História e memória* apresenta o significado de documentos, palavra latina “*documentum*, derivado de *docere* 'ensinar', evoluiu para o significado de 'prova' e é amplamente usada no vocabulário legislativo”. De acordo com o autor

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também, das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando lhes o seu significado aparente (LE GOFF, 1990. p. 547-548).

O documento é edificado com o sentido de fundar, instruir, criar, construir um significado e impor uma imagem acerca de formas de organização da instituição no passado (WERLE, 2004, p. 25). Entretanto, os documentos não devem ser utilizados como elementos meramente ilustrativos, como também não devem ser considerados portadores da verdade, pois eles não falam por si mesmos. Para além da memória escrita, é importante destacar a memória oral que compõe a instituição, pois é através dela que se é possível enxergar o passado a partir de vivências/experiências, ou seja, a partir das representações construídas pelos sujeitos envolvidos, pois cada período de uma instituição constitui um universo de símbolos e significados, que são responsáveis pela representação do tempo histórico. As memórias e os documentos são capazes de revelar categorias de análise importantes no delineamento das atividades investigativas em relação às instituições educativas; sobre isso Magalhães (1998) assim explica:

O espaço (local/lugar, edifício, topografia); o tempo (calendário, horário, agenda antropológica), o currículo (uma acepção estreita, que resulta de uma justaposição de categorias analíticas e objetos instituintes da realidade escolar, correspondendo ao conjunto das matérias lecionadas e respectivos métodos, tempos, etc. (esta a acepção adotada no Colóquio sobre Currículo que teve lugar em Granada em 1996), ou uma acepção transversal à cultura e à realidade escolar, visão sintética de influência anglo-saxônica e norte-americana, em que currículo corresponde a racionalidade da prática (desenvolvimento curricular), uma verdadeira política educativa; o modelo pedagógico escolar, a construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a informam e constituem – um tempo, um lugar, uma ação; os professores, formas de recrutamento, profissionalização, organização, formação, mobilização, por um lado, suas histórias de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações, representações – espaços de liberdade do professor; manuais escolares, sua construção e apropriação, por outro; públicos, culturas, formas de estimulação e resistências; dimensões, níveis da apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida. (MAGALHÃES, 1998, p. 56).

Neste sentido, levar em consideração as representações construídas sobre instituições educativas, bem como evocar categorias de análises, é relevante no sentido de entender a

forma como os sujeitos, através das narrativas, apresentam a IESC, o que por sua vez leva à compreensão do lugar em que o indivíduo está inserido, bem como a enxergar a realidade que a representa. Isso porque “[...] ao se ativar a memória, as lembranças que dela surgem são (re)elaboradas conforme os valores adquiridos ao longo do tempo e moldadas as condições do momento em que são evocadas, sendo assim traduzidas e/ou dadas a ver por meio de materiais ou de narrativas” (SANTOS, 2016, p. 108). Desta forma, a história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir das novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro (MAGALHÃES, 2005, p. 98). Na trajetória educacional de uma instituição educativa ocorre:

[...] um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas (MAGALHÃES, 2004, p. 55).

O tempo imprime marcas, cujas memórias são capazes de revelar em forma de fragmentos da vida institucional, datados tanto na história quanto na própria memória. Considerando o tempo como uma dimensão institucional que se manifesta e se expressa cujo sentido vai sendo revelado por meio de fragmentos de memória de indivíduos, Werle (2004, p. 113) revela que “[...] percebemos a dimensão de tempo quando identificamos movimento, articulação, processos”. Assim, deve-se considerar a dimensão temporal da instituição como um aspecto importante de análise, isso porque

O tempo constantemente age sobre a base material e documental da instituição, mas também sobre os espaços institucionais construídos nas subjetividades daqueles que registram, em suas memórias e guardados, histórias da instituição. Entretanto, o objetivo da consideração dos diferentes espaços em que a instituição vive - objetivo e subjetivo -, não é a recuperação exata, exaustiva e minuciosa dos fatos como se fossem coisas captadas em sua essência. Visitar variadas vezes os espaços subjetivos e objetivos da instituição possibilita diversificados e não necessariamente convergentes e completos entendimentos acerca da história institucional. Justamente pelo fato de que o tempo age, cada tempo constrói uma história, suas histórias acerca da escola (WERLE, 2004, p. 113).

Neste sentido, para analisar a constituição e funcionamento da IESC, enveredo pelo tempo institucional e pelos

[...] registros que mostrem seus processos organizacionais, os quadros imagéticos e projetivos desenhados pela instituição ao longo do seu funcionamento, suas representações para a comunidade local, as relações que se estabeleceram dentro do espaço conquistado pela escola e o que ficou para aqueles que o frequentaram (NASCIMENTO, 2016, p. 58).

Para tanto, priorizo aqui documentos escritos acerca da implantação da escola, a saber: relatórios de inspetores, legislação da época; regimento da instituição, resoluções, fotografias, dentre outros. Como já insinuado, a utilização destas fontes possibilita tensionar aspectos relevantes da instituição educativa, a exemplo da cultura escolar, das práticas escolares, da materialidade, da arquitetura escolar, dos programas de ensino, grade curricular, dentre outros. A “evolução institucional” se dá em decorrência das mudanças nas Instituições educativas, no caso específico da IESC, foi possível perceber, no que diz respeito à base material, a ampliação do prédio, o aumento do mobiliário escolar, as mudanças na estrutura curricular, as reformas no regimento escolar, a ampliação e atribuições da equipe diretiva e as respectivas tomadas de decisões no cotidiano escolar, o que, conseqüentemente, influenciou na mudança da cultura de escola e nas práticas escolares, bem como na construção das representações sobre a instituição.

Como já foi anunciado em parágrafos anteriores, o “Severiano Cardoso” desde o ano de 1926, quando recebeu a denominação de grupo escolar, já era um prédio que chamava atenção na cidade de Boquim, por se tratar de um “prédio suntuoso”, o que fez com que fossem impressas marcas na memória das pessoas, isso porque uma instituição educativa,

[...] implica na vida dos moradores da cidade, mesmo que estes não tenham estudado, trabalhado ou enviado seus filhos e netos para aquele estabelecimento de ensino. À cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, bairro (WERLE, 2007, p. 160).

A materialidade da escola, no que diz respeito à arquitetura do prédio, apresenta significado para a identidade institucional e para a sociedade, bem como para os moradores dos seus arredores. Na memória dos entrevistados as marcas impressas no que diz respeito à arquitetura escolar da IESC são destacadas, seja na forma de rememorar as “brincadeiras” na escadaria da escola, seja em esperar o horário de entrada no prédio, de tirar foto da turma na escadaria, das corridas no pátio na hora no recreio, dentre outras maneiras. Sobre isso a ex-aluna e professora Maria Lourdes de Araujo (2013), que estudou no GESC no ano de 1932,

rememora que a sua primeira escola “[...] era um colégio grande, uma escola estadual, era grupo escolar, já era pelo Estado, sei que era bem cuidado, tinha salas, assentos [...] Janelas, carteiras. Cada salão! Eram quatro salões”. Risoneuma Soares Feitosa (2012), que estudou no ano de 1945 no GESC, revela que “[...] quando eu descia aquele degrau meu Deus! Ninguém segurava essas pernas não, viu?”. Ana Maria Fonseca Medina (2016) que também foi aluna do GESC revelou que no ano de 1948 o prédio do GESC apresentava uma águia em sua fachada: “[...] eu achava tão interessante aquela águia, só depois de grande eu fui saber o que aquela águia significava”. Revela ainda sobre a sua primeira professora no GESC, de uma foto tirada e embora não a tenha encontrado, lembrou: “[...] ali naquela entrada que tem aquela escadaria, escadaria na frente mesmo a professora organizava os alunos para tirar foto ali”. Como pode ser deduzido, as marcas da arquitetura do prédio escolar são representadas pelas entrevistadas e remetem ao lúdico, ao belo, ao suntuoso e às possibilidades de diversão e encantamento com o que se apresentava em termos de espaço escolar.

Ainda sobre o prédio, Eliene Menezes Nascimento (2016), que estudou na EPGSC e na EPSGSG, expressou que no ano 1989, quando começou a estudar “[...] o prédio era grande, tinha muitas salas. Confesso que fiquei assustada, pois a escola que eu estudava lá na Meia Légua [povoado do município de Boquim] era muito pequena e o Severiano Cardoso era muito bonito”. Já no período de 2006 – 2009, quando ele já estava intitulado Colégio e quando lá estudei, o prédio do “Severiano Cardoso” continuava sendo diferente de todos os outros da cidade, inclusive da Escola de 1º Grau Deputado Lourival Baptista, onde concluí o ensino fundamental. As janelas grandes (que davam acesso à rua), as escadas que eram utilizadas para as rodas de conversas com os colegas, as salas da parte alta que eram sempre disputadas pelos alunos, hoje fazem parte das minhas memórias do CESC. Quando lá estudei ouvia sempre dos alunos: “você estuda na periferia” (a periferia correspondia às salas que ficavam na parte baixa). A rixa dos alocados nas respectivas salas de aula ocorria porque os que frequentavam a parte de cima tinham acesso à visão da rua, enquanto que os de baixo não tinham o mesmo privilégio. Quanto à decisão de quais as turmas que iriam estudar na parte superior, a divisão era feita pela coordenação e ocorria geralmente pela quantidade de alunos na turma, pois as salas eram maiores, então as turmas com maior número de alunos ficavam na parte de cima. (Luzianne dos Santos, 2016).

Hoje ao enveredar pela história da educação e dos grupos escolares entendo o porquê das quatro salas altas, pois essas foram as que fizeram parte da fase do grupo escolar, e, deste modo, os prédios eram construídos atentando para os princípios da república e da pedagogia moderna, os quais deveriam ser “[...] elevados sobre os porões, que os tornavam distantes da



realidade vivenciada pelo público que deveria atender” (SANTOS, 2013, p. 104). A Figura 6 representa a fachada da IESC desde o ano de 1926 até os dias de hoje. Vale ressaltar que a imagem foi feita no ano de 2016, pois não foi possível encontrar, nos arquivos e fontes pesquisadas, imagens do período da sua criação. Neste sentido, mesmo que dos dias atuais, a imagem apresenta aspectos ainda da primeira estrutura dos prédios construídos nesse período, quais sejam: a escadaria, o espaço amplo, arejado e ventilado; prédio e janelas elevadas e com traços retilíneos, sóbrios e simétricos das paredes (SANTOS, 2013).

Figura 6 – Fachada da Instituição Educativa Severiano Cardoso



Fonte: Foto tirada pela autora em 17 de novembro de 2016.

Ao levar em consideração o que os ex-alunos e professores revelaram sobre o prédio é possível perceber que, por mais que se trate da mesma instituição, os entrevistados em suas narrativas apresentam o que Werle (2004, p. 15) considera como “personificação do ausente, como um esforço de construção de uma imagem da escola, como memória. [...] organização do espaço e seus usos, percorrendo e articulando elementos da sua base material e base de gestão”. Diante disso, a arquitetura escolar é substantiva na construção de uma cultura escolar, bem como das práticas escolares. Para Azevedo, que estudou a implantação dos grupos escolares em Sergipe (2010, p. 125), “o planejamento arquitetônico mostrava-se atento

a um diálogo com princípios educativos voltados para o ordenamento e racionalização de práticas. Podemos dizer que a arquitetura planejada exercia uma função curricular silenciosa condicionando mentes e comportamentos e espacializando ordem, disciplina e ações”. Para tanto, a cultura escolar é entendida de acordo com Dominique Julia (2004) “[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”. Ainda sobre a cultura escolar, Silva (2006) afirma que:

Os indivíduos e suas práticas são basilares para o entendimento da cultura escolar, particularmente no que se refere à formação desses indivíduos, à sua seleção e ao desenvolvimento de sua carreira acadêmica. Dessa forma, os discursos, as formas de comunicação e as linguagens presentes no cotidiano escolar, constituem um aspecto fundamental de sua cultura (SILVA, 2006, p. 204).

Neste sentido, a cultura escolar contempla normas e sujeitos, sendo esses submetidos ao cumprimento de regras. Assim, a cultura de uma instituição educativa materializa-se a partir das práticas escolares que são compreendidas aqui como já anunciadas “[...] como produtoras de sujeitos e de seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico” (FARIA FILHO; VIDAL, 2004 p. 152). A incorporação de hábitos e comportamentos desenvolvidos no interior de uma instituição é fruto de suas práticas escolares.

Com relação às práticas escolares da IESC, a pesquisadora Crislane Barbosa de Azevedo, em seu texto intitulado *Celebração do civismo e promoção da educação: o cotidiano ritualizado dos Grupos Escolares de Sergipe no início do século XX*, embasando-se no Termo de Visita de 21 de abril 1928 do inspetor escolar Dr. José Maria de Carvalho Mello em visita ao Grupo Escolar Severiano Cardoso, revelou aspectos sobre a comemoração do Dia de Tiradentes:

[...] o Grupo Severiano Cardoso (Boquim) também se comemorava o dia dedicado a Tiradentes. A sessão cívica, em 1928, presidida pelo inspetor escolar, dr. José Maria de Carvalho Mello, foi organizada em dois ambientes. Primeiramente fora do prédio escolar, onde se registrou a presença de todo o corpo docente. Houve hasteamento da bandeira, canto de hinos e recitativo de poesias por parte das alunas, em um ambiente em que, segundo o inspetor, "os distintos alunos, com revelada disciplina, deram aos assistentes a impressão de uma solenidade na qual se traduzia o sentimento pátrio, que entre os mesmos alunos já se vai formando". Em seguida, a cerimônia seguiu seu curso dentro do edifício do Grupo que se apresentava em aspecto festivo, acompanhado de grande número de senhoras e senhoritas da elite Boquinhense e das principais autoridades do lugar, destacando-se a presença do chefe político local, intendente, exator, escrivão da Exatoria, tabelião público, negociantes e mais pessoas ilustres. O presidente da sessão

cívica, inspetor escolar José Maria Melo, encerrou seu relato sobre a solenidade elogiando a direção do estabelecimento e outras autoridades do Estado com palavras e frases emotivas, numa clara evidência de uma manifestação cultural da época (AZEVEDO, 2011, p. 106).

Lídia Fontes Oliveira, que estudou entre os anos de 1934 e 1939, acrescentou que “[...] o grupo era muito bonito o desfile de 7 de setembro. Os alunos marchavam nas ruas da cidade, era tudo lindo”. O ex-aluno do GESC Murilo Mellins (2016) também rememorou sobre essas práticas na fase do grupo escolar no ano de 1938, “[...] fazia uma formatura [fila] e os alunos cantavam ... e ali tinha o canto do hino nacional, o hino da bandeira, o hino da independência. Porque nos cadernos de antigamente, nos versos do caderno tinha ... vinha o hino do Brasil, o nacional e o da bandeira”. Sobre isso, Ana Maria Fonseca Medina (2016), que também estudou no Grupo Escolar Severiano Cardoso, revelou: “Eu me lembro muito do espírito de civismo que eles imprimiam na gente né? A disciplina, a ordem. Todo dia no pátio tinha que todo mundo está perfilado, chegar na hora certa para cantar o hino nacional, o hino da bandeira”. Ainda sobre isso Antônio Barros Vasconcelos, também aluno do GESC no ano de 1965, rememorou:

Aí quando fomos pro Severiano Cardoso [...] não começava a aula sem estarem todas as quatro filas formadas para cantar o hino nacional. Outro dia era: Brasil teu povo é forte, como é grande a tua terra Brasil; em tua grande mata verde canta pássaros em gorjeios mil; queremos com alegria com trabalho e com saber saudar, senhor nossa linda terra nos verdes mares; queremos com saber cantar; as nossas praias brancas que as ondas vem beijar, lembram os homens fortes que vivem a pescar (Antônio Barros Vasconcelos, 2012).

Sobre os atos de civismo no GESC, Risoneuma Feitosa também se expressou de forma enfática:

[...] cantava, formava antes da gente entrar pra sala, e quando era pra gente sair, onze e meia tocava o sino, a gente se reunia no pátio, todas série, cantava o Hino Nacional e ia pra casa, isso aí já era um...Uma obrigação da... Da diretora né? Porque a diretora se fazia presente. [...] Cantava, cantava Hino da Bandeira, dia do Soldado na sala de aula também (Risoneuma Soares Feitosa, 2012).

A Figura 7 apresenta o tradicional desfile Cívico do Severiano Cardoso na década de 1960.

Figura 7 – Desfile Cívico na década de 1960



Fonte: Acervo do Museu Raimundo Fonseca – Boquim/SE.

Sobre a sessão cívica da IESC a ex-aluna do período do grupo e professora da EPGSC e da EPSGSC, Amariles Gomes Lima, revelou que “[...] desfilávamos na praça com as outras escolas, tinha as escolas municipais e cada qual representava a sua escola”. Sobre as comemorações cívicas da instituição quando essa funcionou na condição de Escola de 1º grau Genilde Vieira Rodrigues, rememorou que:

[...] comemorava o sete de setembro, era impecável na rua todo mundo marchando. Tinha um mês de ensaio, um mês inteiro de ensaio, por que não podia errar a esquina, errar a rua, não podia errar. Era todo mundo ali enfileirado e desfile era impecável. Não tenha dúvida. Quem era que não ia pra rua pra vê Severiano Cardoso e Santa Teresinha desfilar? E não tinha desfile alegórico não, era de farda, todo mundo de farda. O pelotão das bandeiras era que esse que ia. Tinham dois pelotões era o pelotão das bandeiras e tinha o pelotão de quem podia comprar aquele uniforme. Era de marinheiro, marinha, exército e aeronáutica, esse que era impecável, pelotão que era o retrato da escola, que era o escudo da escola, a banda da escola que tinha banda. A banda era escolhida, era escolhida por beleza mesmo. (Genilde Vieira Rodrigues Santos, 2016).

A diretora da EPGSC nos anos de 1979 – 1993, Arlinda Menezes (2016), revelou que na época em que “[...] fui diretora era desfile, hoje mudou muito que hoje o pessoal se preocupa muito com brilho e antes era farda né? E alguns alunos representando os vultos da história da independência. Eles saíam representando Dom Pedro montado no cavalo... eram

coisas assim.” Sobre isso a ex-aluna da Escola de 1º Grau e depois da Escola de 1º e 2º Graus e atual professora do Colégio Estadual Severiano Cardoso, Eliene Menezes do Nascimento, revelou que:

[...] quando eu estudei tinha desfiles sim. Era uma festa muito bonita todos os alunos participavam. Hoje ainda tem desfile de sete de setembro, mas não como os da época que eu estudei. Os alunos desfilam, tocam na banda, é muito bonita essa tradição. Antigamente desfilávamos de farda e hoje existem vários tipos de fantasias. Hoje os alunos querem ponto para desfilarem, antigamente não era assim. Era o respeito mesmo que se tinha (Eliene Menezes do Nascimento, 2016).

Quando estudei no CESC os desfiles também ocorriam. Recordo que participei do desfile no ano de 2008, e a minha roupa do desfile foi o meu jaleco do estágio. Eu desfilei acompanhando os meus alunos, pois a supervisora de estágio disse que levar os seus alunos para desfilarem era obrigação dos estagiários, pois se assim não fosse perdíamos ponto na disciplina de docência. Mas era muito bonito o desfile, mesmo ouvindo que o Colégio não tinha recursos para custear os gastos, o desfile “do Severiano” era sempre bem organizado. Uma outra lembrança que me vem à mente é que a banda de música começava a fazer seus ensaios nas ruas geralmente no final do mês de julho, isso para justificar os comentários de que era a melhor banda da cidade. Ainda hoje, como ressalta a aluna Milena Silva Macedo (2017), “[...] é tradição de a escola participar anualmente do Desfile Cívico. O desfile contava com diversas apresentações, entre elas a apresentação da Banda do Severiano Cardoso; e a escolha de um tema para ser apresentado com cartazes e camisetas, como o tema do ano de 2015: ‘Estão tirando a riqueza da nossa terra’, que é a floresta”. Como pode ser deduzido, embora houvesse uma mudança de estímulo, o desfile continuou como um dos elementos que compõem a identidade institucional.

Na visão de Souza (1999), as comemorações cívicas são consideradas atividades escolares, uma vez que o tempo escolar está inserido no tempo social.

Ao tornar as datas comemorativas uma atividade escolar, o Estado fez da escola primária um instrumento de perpetuação da memória nacional. As festas escolares, diferentemente das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo a aprender (SOUZA, 1999, p. 134).

Bencostta, por sua vez, considera os desfiles escolares como uma:

[...] construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura cívica inerente aos seus atores, o que facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possui acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de um modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios dos seus atores, delimitada em um tempo e um espaço histórico (BENCOSTTA, 2006, p. 301).

Os desfiles cívicos fazem parte da trajetória educacional da IESC, como se pode observar nas narrativas em cada uma das fases da instituição. Este evento foi representado e apropriado pelos personagens de forma a dar a ver o espaço e o tempo histórico que, embora com algumas distinções, permaneceu na instituição dando-lhe identidade. As mudanças ocorridas na legislação educacional e as exigências no que diz respeito às comemorações contribuíram para que as representações fossem, em alguma medida, diferentes.

Para além dos atos de civismo como componente educacional, eram frequentes no cotidiano escolar outras práticas escolares que foram rememoradas pelos entrevistados, como, por exemplo, a utilização de uma “pedrinha” para o controle da saída dos alunos da sala de aula. Lídia Fontes Oliveira foi aluna do grupo nos anos de 1934 – 1939 e expressou que “[...] minha professora usava uma pedra para controlar a saída dos alunos sim e todo mundo respeitava. Se a pedra não tivesse ninguém saía porque sabia que tinha outra pessoa fora”. Murilo Mellins, aluno do GESC no final da década de 1930, rememorou que “[...] tinha uma pedra, se você queria ir ao banheiro tinha uma pedra, a pedra ficava na carteira da professora. Você tira aquela pedra e ia no banheiro”. Ana Maria Fonseca Medina, que também foi aluna do grupo, rememorou que: “[...] é, tinha a história de uma pedrinha redonda, roliça que era pra ir no banheiro”. Sobre isso, Antônio Barros Vasconcelos, aluno do GESC nos anos de 1956 e 1957, ratificou que “[...] a pedra, tinha uma pedra assim, quando você ia tinha que levar uma pedra aí ao retornar... ninguém poderia ir sem a pedra”.

Outro aspecto marcante da trajetória histórica e educacional da IESC são as poesias que os alunos declamavam em dias de comemorações civis. A ex-aluna do GESC entre 1930 e 1936, Maria Lourdes de Araujo Santos, rememorou que “[...] na escola a gente aprendia muito a declamar poesia”. No momento da entrevista recitou o trecho do poema “*Ele e ela*”: “[...] Ele tão belo como as arvores, ela assemelha à noite de luar, nele os encantos só despertam risos, nela a beleza quase a soluçar” (Maria Lourdes de Araujo Santos, 2013). A declamação de poesia também foi rememorada pela aluna Lídia Fontes de Oliveira que lá estudou entre 1934 e 1939: “[...] coisa que eu me lembro de lá do grupo Severiano Cardoso era declamar poesia, às vezes a gente ia até para a praça, tinha um coreto e a gente recitava

ali”. Murilo Mellins também se lembra das poesias no Severino Cardoso: “[...] as crianças recitavam, declamavam poesia dos principais poetas brasileiros e com mais destaque para Hermes Fontes que era de Boquim”. Sobre isso Ana Maria Fonseca Medina revelou que: “[...] elas ensinavam muito declamar poesia. Ela mandava decorar as poesias. Sete de setembro, Dia da Bandeira, Descobrimento do Brasil, declamava e era muito bonito”. A aluna e professora da IESC Eliene Menezes do Nascimento revelou que “as poesias eu lembro que declamava na época em que vim estudar [...] ainda era Escola de 1º Grau. Hoje já não existe mais como antigamente, eu particularmente trabalho com meus alunos do Severiano as poesias do livro de Literatura. Nas aulas eu peço para os alunos fazerem a leitura às vezes coletiva e depois discutimos o texto” (Eliene Menezes do Nascimento, 2016). Na condição de aluna do CESC e aluna da professora Eliene Menezes do Nascimento durante dois anos, eu lembro que ela pedia para fazer as leituras das poesias, às vezes ela passava trabalhos e quando tinha algo relacionado à poesia o meu grupo declamava, principalmente José Reis, meu colega de sala. Sobre a poesia na atualidade do CESC a aluna Milena Macedo assim revelou:

[...] Sim, trabalha. Lembro-me de uma poesia de Casemiro de Abreu que tem por título “Deus”: Eu me lembro! eu me lembro! — Era pequeno/ E brincava na praia; o mar bramia/ E, erguendo o dorso altivo, sacudia/ A branca espuma para o céu sereno./ E eu disse a minha mãe nesse momento/ “Que dura orquestra! Que furor insano!/ Que pode haver maior do que o oceano,/ Ou que seja mais forte do que o vento?!?”/ — Minha mãe a sorrir olhou pr'os céus/ E respondeu: — “Um Ser que nós não vemos/ É maior do que o mar que nós tememos,/ Mais forte que o tufão! meu filho, é Deus!” (Milena Silva Macedo, 2017).

Para além das poesias, os entrevistados rememoraram sobre as cantigas que aprenderam na escola e que hoje compõem as boas lembranças da instituição. Lídia Fontes Oliveira revelou que “[...] na escola a gente cantava, era muito bom. Tinha uma cantiga que dizia assim: recebamos com muita alegria, tão honrosa tão grata visita, ele veio nos trazer incentivo animar nossa luta bendita”. Antônio Barros Vasconcelos lembra da cantiga para a despedida do final do ano letivo

[...] Por entre risos surgiu as férias, para descansar o nosso labor. Tenho saudades dos livros meus, lembro das férias com muito amor. Com muito amor e com muita saudade, nos despedimos discípulos teus, e tu mestra querida, adeus, adeus!!!! (Antônio Barros Vasconcelos, 2012).

Genilde Vieira Rodrigues Santos lembrou-se das cantigas do “Severiano Cardoso como algo para disciplinar os alunos: “[...] ‘quem vai chegando vai ficando atrás, gente educada vai assim que faz...’ As musiquinhas eram lindas. Essas músicas eram cantadas no período do grupo quando estudei e no período da Escola de 1º grau quando eu ensinava lá” (Genilde Vieira Rodrigues Santos, 2016). Na época que fui aluna do CESC não lembro de nenhuma música, entretanto, quando eu dava aula para os meninos de 1º ano, em 2008, eles já eram acostumados a cantar e eu, embalada por seus costumes, também entoava a canção: “Bom dia, bom dia, bom dia! como é belo o dia. Eu quero te abraçar, apertar sua mão e contigo dançar...” (Luzianne dos Santos, 2017).

A parte lúdica, ocorrida sobretudo na hora do recreio, também faz parte da trajetória histórica e educacional da IESC e foi/é lembrada pelos personagens em cada uma das fases, com exceção das ERSC pelo fato de não terem sido encontrados alunos ou professores dessa fase que pudessem sobre ela narrar. Os termos de visita de Inspeção Escolar também não trazem informação sobre esse momento. Sobre o recreio no GESC, Maria Lourdes Araujo rememorou que “[...] tinha e nós brincávamos muito porque naquele tempo tinha um espaço grande e todo mundo brincava”. A também aluna do GESC Lídia Oliveira acrescentou que “[...] tinha o recreio. Brincava de bola, brincava de roda”. Sobre a mesma fase Murilo Mellins assim expressou: “[...] no recreio... Fazia... merendava, brincava, as meninas brincavam de pinto-galo, já ouviu falar de pinto-galo? [jogo com 5 pedras]. Aquelas brincadeiras de roda, aquelas cantigas de roda e... os meninos levavam os peões, as bolinhas de gude”. Na fase de Escola de 1º Grau, as brincadeiras pareciam ter se perpetuado pois no recreio, como rememorou a diretora da Escola, Arlinda Menezes:

[...] tinha a hora do recreio sim todos os dias para todos os turnos... aí no recreio os alunos brincavam merendavam... as meninas brincavam de roda lá no pátio, os meninos de bola de gude e outras coisas que eles inventavam... era aquele barulho muito menino junto na mesma hora né? Agora os alunos que era maiores já não brincavam tanto porque já era moças rapazes e aí ia mudando (Arlinda Almeida Menezes, 2016).

Eliene Menezes Nascimento, na condição de aluna da Escola de 1º e 2º graus, assim se expressou:

[...] Ah! no tempo que eu estudava tinha recreio sim e no recreio nós lanchávamos, conversávamos na verdade era a hora do descanso, mas passava muito rápido já era diferente de lá da Escola da Meia Léguas. Hoje lá no Severiano o recreio é curtinho, na verdade é só um intervalo para os



alunos tomarem uma água e fazerem um lanche rápido (Eliene Menezes Nascimento, 2016).

Entre os anos de 2006 e 2009, quando estudei o magistério no CESC, o que acontecia era um intervalo de 20 minutos, das 15h:30min às 15h:50min. No turno da tarde, nesse horário não havia nenhum tipo de brincadeiras, acredito que porque já eram todos moças e rapazes, então não se dedicavam mais às brincadeiras na escola. No entanto, pela manhã, quando eu dava aula, o recreio era o momento mais aguardado pelos alunos, pois era o momento do lanche, e também das brincadeiras, por exemplo: pega-pega, de roda, etc. Deste modo, as mudanças ocorridas na trajetória histórica e educacional da IESC aconteceram porque no decorrer do tempo “[...] relações com os espaços vão sendo reinventadas não apenas no plano da transgressão individual ou de grupo, mas pela própria instituição, pelos novos projetos institucionais em decorrência das novas exigências de espaços e de reorganização administrativa” (WERLE, BRITTO, COLAU, 2007, p. 155).

Ao rememorem sobre seus estudos na IESC os entrevistados foram indagados sobre a sua representação, e tais representações recaem no campo da cultura escolar, dando a ver a instituição pelo olhar do presente sobre o passado. Murilo Mellins, estudante do Grupo Escolar Severiano Cardoso, assim se expressou:

[...] foi uma escola que eu continuei minha alfabetização, uma escola muito organizada. Eu me lembro do porte físico da professora Fausta ela tinha um cabelo puxado com um cocó que usava na época. Agora era uma mulher muito agradável, agora também muito exigente. Era uma grande professora, foi uma professora que já mais esquecerei. E eu me lembro das brincadeiras dos alunos, da vida em Boquim que a distração era ir para a estrada de ferro para ver o trem passar. Então era os passeios... eu ganhei uma bicicleta e foi um sucesso lá em Boquim eu como menino, as amigas de minha irmã todas queriam andar na bicicleta e eu alugava a bicicleta... Todo menino, toda menina tinha que passar pelo Severiano Cardoso, porque tinham poucas escolas particulares mais o mais conceituado estabelecimento assim era o Grupo Escolar Severiano Cardoso, então toda meninada estudava lá (Murilo Mellins, 2016).

Lindomar Firmo Macedo, aluna do Grupo Escolar Severiano Cardoso, assim o representou:

Foi umas das escolas melhores que já teve foi ela. Porque foi esse povo todo aqui da cidade da minha idade e mais velhos do que eu, estudou nessa escola. Porque não tinha outra escola, só tinha ela. Depois foi que surgiu o Santa Terezinha mais já tinha outras escolas municipais. Mais estadual

mesmo só tinha o Severiano. Foi onde eu aprendi muitas coisas, tinha muitas colegas, muitas amigas (Lindomar Firmo Macedo, 2016).

Em tom similar, Maria Antônia Dias Andrade, quando indagada sobre a representação da professora da Escola de 1º Grau Severiano Cardoso, assim lembrou:

O Severiano Cardoso representa uma escola muito importante para Boquim sabe? Foi a primeira escola pública como grupo que tinha as escolinhas assim na comunidade, as escolas rural. Eu mesma ensinei na escola rural mais o Severiano cabia muita gente, atraia muita gente né? Isso é um ponto importante para Boquim, muito importante para Boquim. Tanto que até o 2º Grau tem né? Agora eu não sei os cursos que tem mais ainda tem o 2º Grau lá. Muita gente se serviu dele. Hoje é que a fama do Severiano Cardoso baixou um pouco por causa do nível dos estudantes dele. Só tinha o Severiano Cardoso e depois foi que o padre Gumersindo criou Santa Teresinha. (Maria Antônia Dias Andrade, 2016).

Genilde Vieira Rodrigues Santos, que fez parte de quatro fases da IESC, assim rememorou:

Severiano é coisa que fica entranhado no sangue, na carne. Eu não torço nunca que o Severiano não dê certo. Eu passei por... se eu não me engano entre seis e oito diretores. Todas as fases que passei no Severiano Cardoso foi de muito amor e de muito compromisso. Eu tenho alunos doutores hoje que foram alunos do Severiano Cardoso. [...] e assim o que representou pra mim o Severiano Cardoso é uma casa, uma casa, uma família prolongamento da minha casa. Pra Boquim Severiano Cardoso é a vida como escola pública. Porque durante esses 30 anos eu posso dizer que o Severiano Cardoso foi qualidade. Severiano Cardoso para essa cidade representa qualidade de ensino, representa qualidade. E quanto qualidade a gente pode observar que quando o aluno saía da escola particular os pais só matriculavam no Severiano Cardoso. Então o Severiano Cardoso para o aluno que quis ele representa qualidade. Qualidade de ensino (Genilde Vieira Rodrigues Santos, 2016).

Eliene Menezes do Nascimento, que foi aluna do “Severiano Cardoso” nas fases de EPGSC e EPSGSC, e hoje professora do CESC, foi taxativa no seu reconhecimento:

Eu vejo o Severiano como uma mãe que foi para mim que me acolheu. Enquanto mãe o Severiano não tinha a maturidade, a experiência e a formação para acolher pessoas, não quero acolher preconceitos. Mais assim que me acolheu e que ajudou a chegar até aqui e que ajuda até hoje. Eu tenho história de alunos que passam por lá, colegas meus que são professores, advogados que estão contribuindo aí para a sociedade e que foi essa mãe Severiano Cardoso que contribuiu fortemente para a formação dessas pessoas, desses indivíduos. (Eliene Menezes do Nascimento, 2016).

Arlinda Almeida Menezes, professora e diretora entre as décadas de 1970 e 1990, remetendo ao histórico da instituição assim a compôs:

[...] é um marco na história da educação do município de Boquim né? É o berço da estrutura, do conhecimento cultural dos Boquinhense, porque justamente foi a primeira escola pública e que realmente é isso. O Severiano Cardoso é de grande importância pra Boquim sempre foi e será [...] (Arlinda Almeida Menezes, 2016).

Rayane Santos Ribeiro, atual aluna 2º ano do Ensino Médio do CESC, revelou que “[...] o Severiano representa muito porque através dele eu desenvolvi meu conhecimento”. A aluna Milena Silva Macedo, que estuda 3º ano do Ensino Médio na instituição, expressou que

[...] Para mim o Severiano Cardoso teve um papel fundamental no meu desenvolvimento educacional e intelectual. Apesar de já está concluído meus estudos na instituição, não levarei apenas os conhecimentos que ali adquiri, mas também os aprendizados para a vida. O Severiano Cardoso contribui há muito tempo com a educação e a formação do cidadão ciente dos seus deveres e direitos, sendo o primeiro colégio construído na cidade de Boquim. (Milena Silva Macedo, 2017).

Assim, ao enveredar pelas narrativas de pessoas que falaram da IESC em tempo distinto do meu e o que ela representou para as suas respectivas vidas e para cidade e, por extensão, para a região, é que foi possível, de fato, entender a sua identidade histórica. Ao ouvir as memórias e representações de ex-alunos, professores, diretores, e apresentar a minha, na condição de moradora da cidade onde a instituição se localiza, aluna da instituição e, sobretudo, agora com a missão de unir as fontes para compor sua história, é que assim como Duby eu percebo que não fui atrás do “fato verdadeiro”, o que fiz foi “aprender seu reflexo no espírito daqueles que os escreveram outrora, fizemos do testemunho o principal objeto e nossa investigação, o que determina ao mesmo tempo um frutífero deslocamento dos ângulos de abordagem e a necessidade de adaptar nossos métodos de análise e crítica” (DUBY, 1993, p. 157). Foi o que aqui procurei fazer.

Por certo outras representações poderiam/podem ser postas, ouvidas, ecoadas, analisadas, interpretadas, mas elas fariam com que a história fosse outra? Elas revelariam outra identidade? Elas incidiriam outro tipo de instituição que não aqui dei a ver? Se assim for que nenhuma outra história, pois a certeza é de que o que aqui apresentei é uma das muitas histórias que podem ser “contadas”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] para compreender o que a escola realizou em seu passado (ou realiza na atualidade), não é suficiente estudar ideias, discursos, programas, papéis sociais nela desempenhados, suas práticas e métodos de trabalho; torna-se necessário também tentar compreender a maneira com que os professores e alunos reconstruíram sua experiência, como construíram relações, estratégias, significações por meio das quais construíram a si próprios como sujeitos históricos (SOUZA, 2004 p. 52).

É na condição de sujeito histórico que tive, como ponto de partida para a escrita da trajetória histórica e educacional da instituição em que um dia estudei, que valer-me das memórias e também fazer algumas indagações sobre a sua existência. Recorri então aos documentos, legislações responsáveis por regulamentar escolas daquela natureza e que podiam contribuir com composição da história da Instituição Educativa Severiano Cardoso, porém, como revelou a epígrafe, estes elementos não são suficientes para compreender o que ela representou e/ou representa em termos históricos. Assim, a minha caminhada enquanto estudante de graduação e aluna de iniciação científica me proporcionou ouvir memórias sobre a instituição e tais memórias, somadas a outras fontes, compuseram parte da história da instituição, que, acredito, não é definitiva, pois outras versões podem ser escritas e outras representações podem ser reveladas.

Embora a escolha e/ou construção do objeto tenha se dado a partir da soma da minha passagem no “Severiano Cardoso” e da minha experiência na condição de aluna de iniciação científica, vale ressaltar também que os conteúdos das disciplinas que cursei, os congressos que participei, as orientações que recebi e as sugestões durante o exame de qualificação foram muito caros para que o objeto de pesquisa fosse delimitado e o referencial teórico-metodológico fosse definido. A história que pretendi revelar, mais do que uma história de uma instituição, contempla a história da cidade e a minha própria, pois fui aluna da instituição. Hoje a vejo com outros olhos, outras lentes, pois ela passou a ter novas cores e novos significados. Ao ouvir os entrevistados e ao encontrar cada uma das fontes documentais eu a percebia cheia de encantos e de nuances nunca, por mim, pensadas.

Foi a partir destes acontecimentos que meu reportório no que diz respeito à história da educação, e mais precisamente a histórias das instituições educativas de acordo com Justino Pereira de Magalhães (2004), foi se alargando e aprimorando no campo da pesquisa historiográfica. Assim, foi por meio dos documentos e memórias de alunos e professores que

pude perceber a IESC, e a partir delas foram interpretados imagens e sentidos que os alunos e professores conferiram à instituição, pois “[...] a memória estimula a busca historiográfica, seja no plano da hermenêutica, seja no plano da compreensão e da representação da realidade” (MAGALHÃES, 2005, p. 156). Isso porque ao atentar para tais aspectos fui direcionada ao lugar em que o sujeito esteve inserido e à maneira como ele apreendeu a realidade e conseqüentemente à forma como a expõe.

A partir das fontes escritas foi permitido dizer quais foram as fases pelas quais a instituição passou, bem como a correspondência legal de cada uma delas e, sobretudo, como é que essa história foi sendo delineada factual, cronológica e representativamente. A minha ideia não foi fazer uma apologia à instituição, ou pegar os melhores depoimentos de personagens que lá passaram e fazer com que a instituição fosse considerada e/ou entendida como uma boa instituição. O que busquei foi tentar perceber a história de uma instituição educativa de 92 anos que passou por cinco fases e que, assim como outras congêneres no Brasil, tem uma história muito similar, e que de certa forma tem em seus atores, em seus agentes, em seus alunos uma fonte para a sua escrita.

A IESC, em sua trajetória histórica e educacional, apresentou aspectos distintos em cada uma das suas fases, pois para além da mudança de nomenclatura ocorreram mudanças no que diz respeito ao currículo, aos programas de ensino, bem como ao nível de formação oferecido. De forma sucinta pode-se dizer que a instituição na condição de Escolas Reunidas mantinha um sistema disciplinar rígido, comum à época, apresentando características de uma pedagogia tradicional. Funcionou sob direção da professora Consuelo Pinto em uma casa e que no decorrer da pesquisa só foi levantado que ela tinha quatro salões.

A partir do ano de 1926, conforme os objetivos no Regulamento da Instrução Pública de 1924 previsto pelo Decreto nº 867, de 11 de março de 1924, e o Decreto nº. 25, de 3 de fevereiro de 1931, que traçavam diretrizes para o ensino nos grupos escolares, que a IESC ganhou um novo prédio e foi denominada de GESC, o qual exerceu uma influência considerável na educação da cidade de Boquim, formando, durante 51 anos, jovens boquinhenses e de outros municípios, a exemplo de Pedrinhas e Riachão do Dantas. Nesse período a instituição contou com um prédio próprio e suntuoso se comparado aos prédios de outras escolas existentes na cidade à época. O prédio foi responsável não só por embelezar a cidade de Boquim, mas também trouxe uma representação para a cidade, pois nos depoimentos dos personagens entrevistados todos revelaram algo sobre a suntuosidade do prédio, sobre o nível de ensino ofertado e sobre como isso incidiu sobre os seus respectivos destinos de vida.

No ano de 1977, acompanhando as mudanças advindas da legislação educacional brasileira, o então Grupo Escolar Severiano Cardoso foi elevado à categoria de Escola de 1º Grau, na qual funcionou durante 14 anos oferecendo o ensino de 1ª a 8ª série. Nesse período a escola necessitou ampliar o seu espaço, seu número de funcionários para atender à demanda educacional no que diz respeito ao ensino público de 1º grau no município de Boquim. Em decorrência do crescido número de alunos que terminavam o 1º grau e não possuíam condições para se deslocar para outras cidades do estado para fazer o 2º grau ou cursos profissionalizantes, a diretora à época, junto com a sua equipe de professores, encabeçou um movimento para cobrar da Secretaria de Estado da Educação o 2º Grau no “Severiano Cardoso”, o que ocorreu no ano de 1991 quando foi implementado o ensino de 2º grau com habilitação para o magistério.

A instituição funcionou durante nove anos com esta denominação e oferecendo ensino de 1ª a 8ª série do primeiro grau e do 1º ao 4º ano do 2º grau na habilitação de magistério. No entanto, no ano 2000, por meio da Resolução Estadual nº 145/2000 em adequação à LDBEN nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, foi autorizada a mudança de denominação das instituições educativas pertencentes à rede pública estadual, sendo que a que oferecia ensino de 2º grau passaria a ser chamada de Colégio Estadual, por isso a escola foi denominada Colégio Estadual Severiano Cardoso, denominação que permanece até hoje oferecendo o Ensino Fundamental do 1º ao 9º e o Ensino Médio do 1º ao 3º ano.

Entendido o seu histórico, foi através das fontes escritas e orais que prospectei o perfil dos alunos ou “produto” formado por aquela instituição, que por sua vez também me revelou traços da sua identidade, pois ela não é uma instituição confessional, uma instituição militar ou uma instituição feminina cujos próprios nomes já revelam o tipo de formação ali ministrada e que por certo também tem suas singularidades se comparadas a outras congêneres. O “Severiano Cardoso”, como outras instituições que seguiram o mesmo direcionamento e acompanharam as reformas escolares e se mantiveram “vivas” até hoje, é uma instituição pública, de pequeno porte e que em muito se assemelha a qualquer outra. Em assim sendo, o que a identifica? O que a faz diferente das outras? Seria ela igual a qualquer outra do gênero, época e destino?

A IESC foi criada em 1924 e em 1925 continha 215 alunos (96 alunos na sala de 1º ano, 84 na sala do 3º ano), em 2016 era composta por 895 alunos (330 com alunos de Fundamental maior, 160 de Fundamental menor e 399 no Ensino Médio), o que é fruto das legislações e dos normativos, mas também produto do seu espaço, da cultura local, das singularidades dos professores e alunos que por ela passaram e/ou permanecem. É também

fruto de decisões diretivas e da cultura de escola que fora ali cunhada, que por sua vez congregou um somatório de experiências que faz o “Severiano Cardoso” ser diferente das instituições da mesma natureza de outros lugares e de outras culturas, pois os elementos que a identificam são: o seu prédio em arquitetura diferente das outras escolas da cidade; os seus professores com formação condizente com as exigências de cada época; os alunos ali formados, cujas histórias contemplam a formação ali recebida e a imagem societal de uma instituição tradicional em e para Boquim e para as cidades circunvizinhas.

Neste sentido, historiar a trajetória educacional da instituição que fiz parte e que permanece “viva” até os dias atuais permitiu atrelar a história dessa instituição a uma história estadual e nacional e, com isso, perceber a identidade educacional e conseqüentemente a identidade histórica dessa instituição. Assim sendo, entendê-la é também entender o sistema educacional e como ele funcionou durante esses 92 anos. Isso porque entender a história de uma instituição educacional é entender a história local e, como acentuou Nóvoa, a “cultura local” está ganhando *status* dentre os novos temas da História da Educação.

Resolvi chamar a este último parágrafo Chiara Vangelista, que no texto “Diacronias e sincronias do ofício do historiador” assim se expressa:

Numa perspectiva global, como nas distintas situações locais, o historiador tem pelo menos uma vantagem: ele sabe olhar ao longe e aprendeu a reconhecer o profundo respiro da História. Apesar das dificuldades sobre as quais, porém, seria bom pensarmos com maior clareza – os historiadores continuarão a fazer o que sempre fizeram: cultivar a arte de indagar e transmiti-la as novas gerações de estudantes e de historiadores. Porque, não o bastante, mesmo que este trabalho não tenha visibilidade e, às vezes, surja como sem importância e até supérfluo, ele tem uma tarefa fundamental: libertar a sociedade da sincronia, isto é, proporcionar-lhe os meios para construir o seu próprio futuro (VANGELISTA, 2011, p. 21-22).

Embora com muito menos experiência, assim como Vangelista tenho o interesse pela história e vejo que a história regional pode incrementar o conhecimento de um país como o Brasil com suas dimensões territoriais, e que refletir sobre os processos históricos locais contribui para o entendimento da construção do país. Tal entendimento é que faz das histórias locais e das histórias das Instituições Educativas uma tendência que contribuiu com a história nacional, dando a ver suas singularidades, mas também suas forças comuns.

Considero também que sou de uma geração muito afortunada, pois alio documentos escritos às narrativas orais e tenho arquivos que, embora não muito conservados, servem à escrita da história de gerações anteriores. Os historiadores do futuro talvez não tenham o mesmo privilégio quando forem escrever sobre a minha geração, dado que, como também

lembrou Vangelista, os suportes e as tecnologias contemporâneas rapidamente se tornam obsoletas. Penso que continuarei aproveitando as fontes escritas, mas isso em uma “outra história”.



## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. In: **Revista História Oral**. Volume 15, n. 02, Julho a dezembro de 2012.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ANCELMO, Muriel Carmo Lameira. **Escola Estadual Bento de Abreu: um estudo das representações sobre uma instituição de ensino**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/171/89>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Reforma da instrução pública na década de 1920: o caso de Sergipe no governo Graccho Cardoso (1922-26)**. História (São Paulo) v. 34, n. 1, p. 323-352, jan./jun. 2015 ISSN 1980-4369. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v34n1/0101-9074-his-34-01-00324.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o Movimento Renovador na educação escolar sergipana na década de 1920. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 53, p. 92-114, out. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/archive>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: Vol.III- século XX.**– Petrópolis, Rj: Vozes, 2005. Cap.5, p. 68-76.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903- 1971). In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 301.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – Ensaio Geral.

DUBY, Georges. **A história continua**. Tradução de Clóvis Marques. Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UFP, 2000.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Ponjati, 1925.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, Demerval (Org.) **Estudos e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 259-252.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. – Campinas/SP, Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1, Memória – História. Edição portuguesa. Porto, PT. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-41.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, J. “A história das instituições educacionais em perspectiva”. IN: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2005.

MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. **História da Educação: perspectiva para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1999. p. 67-72.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Slojd. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. (Org.). **Escolas profissionais públicas do estado de São Paulo: uma história em imagens (Álbum Fotográfico)**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/memorias/imagens/albumfoto1104pb.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas-SP. Mercado das Letras, 2006, p. 153-172.

NASCIMENTO, Micheline Roberta Simões. **Jardim de infância Joana Ramos: educação infantil na cidade de Tobias Barreto (1969 – 1985)**. Disponível em: <<http://ppg.unit.br/pped/pesquisa/dissertacoes/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU/USP, 1974.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba** / Campinas, SP: [s.n.], 2001.

RODRIGUES, Simone Paixão. Em nome da fé católica: a criação do Colégio Santa Teresinha. **Revista Scientia Plena** v. 3 n. 5, p. 171-179, 2007. Disponível em: <<https://www.scientiaplena.org.br/sp/issue/archive>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SAMUEL, Raphael. Documentação, história local e história oral. Tradução de Zena Winona Eisenberg. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n.19, p.219-243, set. 1989/fev.1990.

SANTOS, Éder Fernando dos. **O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação, Mestrado em Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2005.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues. As escolas reunidas como modalidade escolar uma perspectiva de pesquisa em história da educação. **Linguagens em movimento. Revista Diálogos**. Ano 1, n. 1, p. 118-129. 2013.

SANTOS, Magno F. de J. O quartel infantil: representações dos grupos escolares sergipanos. **Scientia Plena**, v. 7, n. 7.201. Disponível em: <[www.scientiaplena.org.br](http://www.scientiaplena.org.br)>. Acesso em: 18 out. 2015.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos (1911-1926)**. – São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

SANTOS, Valdeci Josefa de Jesus. Uma investigação acerca dos saberes matemáticos na formação de normalistas em Sergipe. São Cristóvão, 2015. 126 f. Dissertações (mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 3-27.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A escola e a memória**. Editora Universitária São Francisco. Bragança Paulista, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. – São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

VANGELISTA, Chiara. Diacronias e sincronias no ofício do historiador. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; PATRIOTA, Rosângela (Org.) **Escritas e narrativas históricas na contemporaneidade**. Belo Horizonte, 2011. Fino Traço Editora, pp. 15-22.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas/SP. Mercado das Letras, 2006. p. 153-172.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/749/725>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

WERLE, Flavia Obino Correia. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de História da Educação** - n. 3 - jan./dez. 2004.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais. In: **Cadernos de História da Educação**, n. 2 – Universidade Federal de Uberlândia – jan./dez. 2003. p. 99-106.

## **FONTES ORAIS**

ANDRADE, Maria Antônia Dias. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 07 de Julho de 2016, Boquim/SE.

ARAÚJO, Maria Lourdes de. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 28 de Junho de 2013, Boquim/SE.

FEITOSA, Risoneuma Soares. **Entrevista** concedida a Joaquim Francisco Soares Guimarães e Rony Rei do Nascimento Silva, em 27 de outubro de 2012, Umbaúba/SE.

LIMA, Amariles Gomes. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 29 de junho de 2013, Boquim/SE.

MACEDO, Lindomar Firmo da Silva. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 07 de julho de 2016, Boquim/SE.

MACEDO, Milena Silva. **Relato oral sobre sua história de vida**. Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 03 de janeiro de 2017, Boquim/SE.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 11 de maio de 2016, Aracaju/SE.

MELLINS, Murilo. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 05 de agosto de 2016, Aracaju/SE.

MENEZES, Arlinda Almeida. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 27 de Julho de 2016, Boquim/SE.

NASCIMENTO, Eliene Menezes. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 08 de julho de 2016, Boquim/SE.

OLIVEIRA, Lídia Fontes de. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 13 de maio de 2016, Aracaju/SE.

RIBEIRO, Rayane Santos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 03 de janeiro de 2017, Boquim/SE.

SANTOS, Genilde Vieira Rodrigues. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Luzianne dos Santos, em 08 de julho de 2016, Boquim/SE.

VASCONCELOS, Antônio Barros. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Laísa Dias Santos e Rony Rei do Nascimento Silva, em 7 de março de 2012, Boquim/SE.

## LEIS E DECRETOS

SERGIPE. Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos. Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1923-1924. **Lei n ° 852 de 30 de outubro de 1923.** Aracaju: Imprensa Oficial.

SERGIPE. Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1923-1924. **Decreto n ° 867 de 11 de março de 1924.** Aracaju: Imprensa Oficial.

SERGIPE. Decreto n. 968 de 20 de outubro de 1926 – Transforma em Grupo Escoar as Escolas Reunidas Severiano Cardoso. In: **Decretos-Leis do Estado de Sergipe de 1926.** Aracaju: Imprensa Oficial.

SERGIPE. Decreto-lei n. 25, de 03 de fevereiro de 1931. Dá novo regulamento à Instrução primária do estado. Disponível em: Arquivo Público do Estado.

SERGIPE. Parecer nº. 113/77 de 19 de dez. 1977 – Autorização para o funcionamento do Ensino – 1ª Fase do 1º Grau do Grupo Escolar Severiano Cardoso. Boquim/SE.

## DOCUMENTOS ESCOLARES

**COLÉGIO ESTADUAL SEVERIANO CARDOSO. Regimento do Colégio Estadual Severiano Cardoso, 2003. Boquim/SE**

**ESCOLA DE 1º GRAU SEVERIANO CARDOSO. Regimento da Escola de 1º grau Severiano Cardoso, 1982. Boquim/SE.**

**EESCOLA DE 1º GRAU SEVERIANO CARDOSO. Regimento da Escola de 1º e 2º grau Severiano Cardoso, 1992. Boquim/SE.**

**SERGIPE. Termo de visita e Inspeção Escolar as Escolas Reunidas do Grupo Escolar Severiano Cardoso, 1925. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe.**

**SERGIPE. Termo de visita e Inspeção Escolar do Grupo Escolar Severiano Cardoso, 1939. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe.**

**SERGIPE. Termo de visita e Inspeção Escolar do Grupo Escolar Severiano Cardoso, 1953. Disponível no Arquivo Público do Estado de Sergipe.**

# **ANEXOS**

**ANEXO 1 – Declaração do Apes****GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE****DECLARAÇÃO**

Declaramos, para fins acadêmicos, que as Pacotilhas correspondentes ao Fundo Educação, nas séries **E<sup>1</sup><sub>177 - 382 - 178 - 493</sub>** e **E<sup>2</sup><sub>82</sub>**, encontram-se indisponíveis para o pesquisador, em virtude de seu estado de deterioração não permitir o manuseio.

Aracaju, 31 de agosto de 2016.

Milton Barboza da Silva  
Diretor do APES/SECULT

---



## ANEXO 2 – Roteiro de entrevista A

### Roteiro de Entrevista

- 1) **CABEÇALHO**- local data de realização, nome do entrevistado e de entrevistadores
- 2) **Dados biográficos**: NOME, IDADE, Filiação e profissão de ambos, irmãos, onde nasceu.
- 3) **Infância**- o que fazia quando criança; com quantos anos entrou na escola; quem a colocou na escola; onde se localizava essa escola; nome da primeira escola; como era a escola; era uma escola mista; primeira professora (como ela era);
- 4) **Vida escolar- tratar dos modos de educar, destacando métodos, técnicas, práticas escolares etc.**

Como sua primeira(o) professora(a) fez para ensinar-lhe a ler? E a escrever?  
Fale um pouco do ABC.

Cartilhas (como se soletrava? Pronúncia das letras.

Metodos usados para a aprendizagem do aluno no primeiro ano de escola ex: cobrir letra, pegar na mão do aluno para ensinar a escrever, fazia ditado, cópia, exercício, revisões?

Como tomava a lição( era de um por um?)

Tinha quadro de giz, caderno, livro?

Tinha sabatina? O professor chamava no quadro?

As matérias ( enfocar a maneira como cada uma era lecionada- tinha livros, usava figuras, desenhos)

Matemática( fale das tabuadas, das contas)

Geografia (mapas)

Ciências? (corpo humano)

Educação física tinha?

Religião (rezavam, contato com a igreja, primeira comunhão, catecismo)

Português

Tinha provas? Quando aconteciam, como aconteciam, era por matéria ou todas juntas, e as notas como eram representadas?

Tinha recreio? O que se fazia nele?

Castigos, colas, namoro, poesia, teatro, travessuras, higiene, saída ao banheiro, brigas( se os alunos brigassem na rua a professora tomava alguma providência?), passeio, inspetor.

Tinha Carteiras, tinha uniforme? Como eram?

Atos de civilidade( hino nacional, comportamento)

Festas, 7 de setembro, são João, dia santo, feriado

Os alunos participavam ativamente das aulas? Tinham esse direito?

**ANEXO 3 – Roteiro de entrevista B**

## Roteiro de Entrevista

- 1- Nome
- 2- Nome dos pais? Teve Irmãos?
- 3- Data de Nascimento
- 4- Onde Nasceu?
- 5- O que fazia quando criança?
- 6- Com quantos anos começou a estudar?
- 7- Local da escola? Primeira professora? Como era a escola?
- 8- Como sua professora fez pra lhe ensinar a ler? E a escrever?
- 9- Quais séries estudou no Grupo escolar Severiano Cardoso?
- 10- Como era escola Severiano Cardoso? Quantidade de salas?
- 11- Quais os matérias utilizados pela professora do grupo Escolar Severiano Cardoso?

## ANEXO 4 – Comunicado – Maio de 1925

Ill.<sup>mo</sup> Sr. Director Geral da Instrucção Publica

Tenho a honra de vos empiaar a lista numerica dos alumnos matriculados no 1.<sup>o</sup> anno das Escolas Reunidas "Severiano Cardoso."

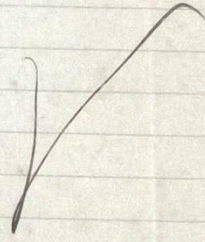
Como podeis verificar pelo crescido numero de matriculados, torna-se necessario mais uma professora para o corpo docente desta casa de ensino, não só por ter excedido a matricula no 1.<sup>o</sup> grau, como tambem por existir apenas 48 lugares na sala do 1.<sup>o</sup> anno e 42 na do 2.<sup>o</sup>, ficando difficil o funcionamento das recções. O 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> graus reunidos na sala do 3.<sup>o</sup> anno e sob minha regencia, constam de 35 matriculados, apresentando apenas um lugar desocupado por existir ao todo 18 cartellas.

A frequencia diaria tem sido muito satisfactoria, como provam os boletins mensaes. Dado o descuido em que se encontrava a instrucção primaria nesta Villa, é provavel que augmente consideravelmente a matricula do 1.<sup>o</sup> grau e então, em Junho podera ser feita a promoção dos alumnos que apresentarem maior adiantamento, para o 2.<sup>o</sup> grau que, desmembrado do 3.<sup>o</sup> sera leccionado por outra professora no 4.<sup>o</sup> salão. Tenho feito o possivel a fim de que a observancia do horario e programmas seja bem diffundida em todas as classes desta casa de instrucção, apesar de inconveniente que encontro de existir apenas um relógio e a má vontade das docentes em auxiliarem-me nesta difficil tarefa. Fazendo-vos sciante de que podeis contar com

Tudo o meu esforço a bem da instrução dos  
pequenos seres a mim confiados apresen-  
to-vos, também, protestos de respeitosa estima  
e consideração.

Boquim, 25 de Maio de 1925.

Conselho Pinto.



## ANEXO 5 – Termo de visita de Inspeção Escolar as ERSC – Março de 1925

Termo de visita de inspeção escolar às Escolas Reunidas do grupo Severiano Cardoso da Villa de Boquim.

Após 25 dias do mês de Março de 1925, procedi à visita de inspeção às Escolas Reunidas sob o nome de Severiano Cardoso, encontrando a funcionar todas as aulas; sob a direcção da professora D. Esther Regis, o 1.º anno do sexo masculino com 39 alumnos, o 1.º anno da secção feminina sob a direcção da professora D. Maria de Carvalho, 39 alumnos, o 2.º e 3.º annos de ambos os sexos com 16 alumnos o primeiro e 9 o segundo, sob a direcção da professora D. Consuelo Pinto, que exerce tambem as funcções de Directora das Escolas Reunidas. Resente-se ainda o grupo de algumas faltas, como sejam relógios para cada aula, só existindo um, sino para chamada e 3 quadros negros, e mais uma carta de Parker, por existir apenas duas. O acio e ordem que encontrei no edificio e nas aulas denotam o zelo com que a Directora e professoras exercem suas funcções. É possível que até ao fim do mês corrente augmente o numero de alumnos ainda frequentes, tal a densidade da população escolar do municipio.

Remette-se copia desta visita a

Directoria da Instrucção Publica.

Dr. Jesso de Andrade Fontes,  
Delegado Regional da 5.<sup>a</sup> circumcri-  
pção escolar.

Consuelo Pinto.  
Directora.

## ANEXO 6 – Termo de visita de Inspeção Escolar as ERSC – Setembro de 1925

Cópia do termo de visita de inspeção escolar às Escolas Reunidas "Severiano Cardoso" da vila do Boguim

Aos 16 dias do mez de Setembro de 1925, proceedi á minha segunda inspeção escolar às Escolas Reunidas "Severiano Cardoso", sob a direcção da directora professora S. Regina, digo S. Maria Regina Lós Reis.

Fui ao edificio das Escolas Reunidas ás 10 horas do dia, encontrando a funcionar todas as aulas em perfeita ordem. Comecei a minha visita pela aula do 2º e 3º anno, regida pela Directora. Accusava a matricula do 2º anno 30 alumnos, sendo 16 do sexo masculino e 14 do feminino, havendo um acrescimo de 14 alumnos após a minha primeira visita em Março.

A frequencia do 2º anno foi de 22 alumnos, apenas, o que attribui á chuva torrencial que cahiu no dia da minha visita. O 3º anno accusava uma matricula de 8 alumnos, sendo 6 do sexo feminino e 2 do masculino. Proceedi á arguição de alguns alumnos, isto é, dos tres alumnos que compareceram, revelando regular aproveitamento em leitura, composição, chorographia do Brazil e rudimentos de Arithmetica e de historia do Brazil. Igual aproveitamento notei nos alumnos do 2º anno por min

arquivados. A calligraphia deixa ainda muito a desejar quanto aos alumnos do 2º anno. Proceedi á vaccinação dos alumnos do 2º e 3º annos. Em seguida passei á aula do 1º anno, secção feminina, sob a direcção da distincta professora S. Maria de Carvalho, cuja matricula ascende a 54 alumnos. Argui a diversos alumnos desse anno que manifestaram sensivel aproveitamento nas materias do programma; boa calligraphia e bons exercicios na carta de Parker. O aproveitamento observado nos alumnos do 1º anno demonstra cabalmente o espirito desenvolvido pela professora, o que está em flagrante contradicção com os conceitos, de todo injustos, expressos pela ex-directora S. Consuelo Pinto, no seu termo de retirada lançado no livro de Termos de congregações contra a dita e mencionada professora. Sendo não vaccinados a maioria dos alumnos presentes em numero de 36, vacinei 30.

Visitei por ultimo a aula do 1º anno, secção masculina, sob a competente direcção da intelligente professora S. Esther Régis, com a extraordinaria matricula de 63 alumnos, e frequencia no dia da visita de 37.

Com meu puelido procedeu a professora á assignação de varios alumnos nas materias do programma, portuguez, historia, e geographia de Brazil, lições de cousas, composições e exercicios de carta de Parker, deixando-me plenamente satisfeito, o que



por sua vez, não demonstrar que não ca-  
 bem à mencionada professora os conceitos  
 de saídas, que exprimiu, no seu termo de  
 retirada a ex-directora, relativamente ao  
 seu modo ou método de ensino, e ao  
 seu proceder como professora, de modo  
 simplesmente a dissimulações pessoais, como  
 ambas as professoras do 1º anno, facto bas-  
 tante lamentavel, mas que não podia de  
 modo nenhum attingir aos créditos pro-  
 fissionais das duas professoras, sempre  
 pontuaes, cumpridoras dos seus deveres.  
 Vaccini 42 alumnos da secção mas-  
 culina.

O grupo sente-se ainda de algu-  
 mas faltas, como sejam cabides para os  
 alumnos deitarem os chapéus, relógio  
 para marcar horario em todas as aulas  
 e um sino para chamadas. A sua  
 conservação está resentindo-se de falta  
 de envidalços, havendo diversos gotteiros  
 no forro do edificio e ~~o~~ caminhos de cu-  
 pium pelas paredes, estando estes terri-  
 veis insectos a damnificar o madeira-  
 mento do telhado, tornando-se mister  
 uma vistoria no telhado para impedir  
 em tempo a destruição do seu madeira-  
 mento.

Mande-se copia deste termo à Directo-  
 ria da Instrucção Publica.

Dr. Jossé de Andrade Fontes, Delegado  
 Regional da 5ª Circunscripção.

A professora directora, Maria Regina Ló Pei

## ANEXO 7 – Termo de visita de Inspeção Escolar as GESC – Junho de 1927

A Inspectoria  
 em 25/6/27  
 [assinatura]

Termo de visita de inspeção escolar

Hoje, 20 de junho de 1927, ás 10 horas visitei o Grupo Escolar "Liberiano Brandão" tendo a honra de ser acompanhado durante a minha visita pelos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Drs. Floro Freire e Deputado Mercenas Bicoto, aquelle dignissimo e prestigioso dirigente politico, de cuja influencia tudo esperamos em prol do rancamento moral e administrativo deste municipio.

Fomos recebidos ao penetrarmos no edificio (após o anuncio de nossa visita) pela sua dignissima Directora D. Maria de Corraõs e pelas suas não menos dignas collegas as Professoras D. Eulalia de Brandes Maciã e D. Maria de S. Pedro, não se achando presente por motivo justificado, a tambem muito digna professora D. Esther Regis. Em companhia da Directora que muito solícita se mostrou em nos prestar o seu auxilio, começamos a percorrer as dependencias do referido estabelecimento de ensino, encontrando tudo em boa ordem e de accordo com as preoccupações hygienicas.

Reconhecidos alguns minutos após esta fiscalização as dependencias acima citadas, passamos aos recintos onde são ministrados aos alumnos os ensinamentos exigidos por lei, sendo recebidos em cada um delles com as pragmatias do estylo. Entrando na perquisa de que constituiria o objecto de nossa visita, tenho o dever de declarar que de tudo ficamos muito bem impressionados. Ao começar pela frequencia dos alumnos "bastante arullada, entramos na observação de seu grau de aproveitamento scientific, o que verificamos pelo inspeção da nossa visita, surpreendendo-os com a arguição a que foram submettidos alguns digo melhor, discursos, ora pelas professoras, ora pelo Dr. Floro Freire e pelo Deputado Mercenas Bicoto, revelando cada um d'aquelles neste momento, o grau de adeantamento compativel com os seus conhecimentos e sua applicação ficando fatis

tentado o quanto se mostra esboçado o Corpo Docente do re-  
 fido estabelecimento de ensino. Cumpro-me salientar o facto tra-  
 to que realicou da parte do professorado, tudo nos facilitando  
 a bem de nossa fiscalização, bem como o convetimento com que  
 se portaram os alumnos, prova ainda de que, alem do que  
 recebem de suas faculdades relativamente aos dados scientificos,  
 muitos proficis são tirando de sua educação moral e  
 phisica, observada esta ultima pela pratica do exercicio de  
 gymnastica suavia, executada em nossas frequencias, estando to-  
 dos os alumnos que nella tomaram parte e que se acharam  
 presentes durante as aulas, com optima apparencia phisica.  
 Verificando portanto, o quanto de necessarios existe, já relativamen-  
 te a frequencia dos alumnos, já de referencia a installação  
 predial escolar, resta-me fazer referencia sobre aquillo de que  
 se faz reserter o mesmo estabelecimento quanto á parte ma-  
 terial, ficando tudo anotado. É portanto merecedor de encaminhar  
 o referido Corpo Docente do Grupo Escolar "Luziano Landuro",  
 pelo grande e comprido espaço já em tudo e por tudo  
 vedado. Quando por terminado este termo de visita, aqui  
 esboçado com toda justica, espero que seja elle remittido por  
 copia ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Director Geral da Instrucção Publica  
 Sr. José Maria de Carvalho Meille, Encarregado Escolar  
 do Municipio de Boquim.

Dr. Flávio Edmundo Farias

Mecanico de Trade Pente Terceto, Director do Grupo Esco-  
 lar "General Lequias"

## ANEXO 8 – Termo de visita de Inspeção Escolar as GESC – Junho de 1939

### CÓPIA DO TERMO DE INSPEÇÃO

Aos nove dias do mês de Junho de mil novecentos e trinta e nove, nesta cidade de Boquim, a serviço de inspeção, visitei o Grupo Escolar " Severiano Cardoso", do qual é diretora interina, D. Maria Carvalho Oliveira.

### RELATORIO

a) Matrícula: 179 alunos, sendo 88 do sexo masculino e 91 do feminino. A Classificação pedológica é a seguinte: 1ª seção da 1ª classe do sexo masculino - 41; 1ª seção da 1ª classe do sexo feminino - 48; 2ª seção da 1ª classe do sexo masculino - 9; 2ª seção da 1ª classe do sexo feminino - 2; 1ª seção da 2ª classe do sexo masculino - 22; 1ª seção da 2ª classe do sexo feminino - 18; 2ª seção da 2ª classe do sexo masculino - 3; 2ª seção da 2ª classe do sexo feminino - 2; 1ª seção da 3ª classe do sexo masculino - 7; 1ª seção da 3ª classe do sexo feminino - 9; 2ª seção da 3ª classe do sexo masculino - 2; 2ª seção da 3ª classe do sexo feminino - 4; 1ª seção da 4ª classe do sexo masculino - 4; 1ª seção da 4ª classe do sexo feminino - 5; 2ª seção da 4ª classe do sexo masculino - 0; 2ª seção da 4ª classe do sexo feminino - 3.

b) Frequência: Compareceram, hoje, 126 alunos, sendo 52 do sexo masculino e 74 do feminino: 1ª e 2ª seções da 1ª classe - masculinas - 32; 1ª e 2ª seções da 1ª classe femininas - 41; 1ª e 2ª seções da 2ª classe masculinas - 15; 1ª e 2ª seções da 2ª classe femininas - 13; 1ª e 2ª seções da 3ª classe masculinas - 5; 1ª e 2ª seções da 3ª classe femininas - 10; 1ª e 2ª seções da 4ª classe masculinas - 0; 1ª e 2ª seções da 4ª classe femininas - 10.

c) Rendimento escolar: Examinei, detidamente, uma a uma, a todas as seções das respectivas classes e delas tive a melhor impressão possível, notando o crescente desenvolvimento espiritual dos discentes vivazes do " Severiano Cardoso", aos quais interroguei dentro das prescrições do programa regulamentar.

d) Conduta funcional do Corpo Docente: a) D. Maria Carvalho Oliveira, diretora interina, é dirigente do 1º ano masculino; b) D. Maria Lima Santos, do 1º ano feminino; c) Maria da Conceição Campos, do 2º ano, misto; d) D. Fausta de Mendonça Viana, do 3º ano misto; e) D. Fausta de Mendonça Viana, igualmente do 4º ano misto; f) Canto orfeônico e exercício físico: orienta-as a professora senhorinha Leonor Côrtes Santana. Todas demonstram a melhor boa vontade na direção de suas cadeiras, talentosas, assíduas e trabalhadoras. Tenho absoluta certeza do êxito espiritual deste grupo, de vez que conheço perfeitamente bem a vocação pedagógica de todas essas preceptoras e se, unidas, continuarem na ingente tarefa de luzirem o espírito de seus discípulos, emparadas malquerenças e intriguinhas de somenos importância, muito lucrará a pública instrução sergipense, mormente a cidade de Boquim que verá, feliz, transformado o popular " Grupo do barulho" num estabelecimento de modelar importância educacional. Eu, por mim, no árduo dever de pregar todas as minhas resistências em prol de seu alevantamento, sem encarar as objeções de outra qualquer natureza, que a defeza da Verdade e da Justiça, venho me batendo pelo soerguimento desta casa de Ensino e em os termos de visitas de 7 de outubro de 1936 e 24 de agosto do ano imediato, fui franco, disse o que devia dizer, combati do dever bem cumprido, sopitando mágoas, olvidando injúrias, só encarando o direito postergado de Sergipe. Em 1938, o ano proximo findo, visi

tou-o meu colega, o ilustre moço dr. Leovindo Cruz, que se não abalançou nem para lavrar o termo de sua inspeção! Porém, tenho plena certeza, tudo aqui irá entrar em norma diferente, para melhor, e isso eu já senti agora. Depende do patriotismo das ilustres mestras, de seu amor a Sergipe, unidas e fortes no trabalho comum de seus labores cotidianos.. Boquim merece-o, é um dos mais importantes municípios do Estado e o patrono do Grupo é um nome que se encima no altar da instrução de Sergipe.

e) Processos de Ensino: os que se relacionam com a metodologia moderna.

f) Escrituração : Correta. A ilustre docente d. Fausta de Mendonça Viana acumula as funções de secretária e isso sem nenhum ônus para o Estado levada, tão só, pela sua dedicação ao Ensino, pelo seu amor á Instrução.

g) Mobiliário e material pedagógico: O relacionado em livro competente.

h) Higiene do predio e dos alunos: Satisfaz.

i) Observação: O ultimo termo de inspeção lavrado neste estabelecimento foi por mim a 24 de agosto de 1937. Não é por vaidade que isso acentuo, mas por direito de defesa, quando me fôr preciso faze-la. Deixando, no entanto, esse incidente, afirmarei que cheguei a esta cidade a 6 do mês defluente, à noite e logo soube que, no dia seguinte, o Grupo festejaria o Centenario do imortal Tobias Barrêto. Como de meu dever, compareci, disposto a coadjuvar nos festejos ao genial brasileiro. Estava no estabelecimento a palestrar com o professorado, quando chegou o sr. diretor efetivo, que sem cumprimentar a ninguem, baixou portaria, dizendo-se licenciado por dez dias e passando a direção a d. Maria Carvalho Oliveira. Presidi a sessão magna e dela foi lavrada ata, da qual se extrairá cópia para o Departamento de Educação. Hoje, ao concluir minha inspeção, após palavras de conforto e coragem ao corpo docente, após breve elogio ao corpo administrativo, composto da diretora interina e dos fieis servidores porteiro Eretiano Matos e servente d. Francisca Matos, em seguida ao parabém que dei ao corpo discente, li os versos abaixo, que registro aqui, neste já longo termo de visita:

No templo do Barulho.

Não para! Lutador, não deserto da liça  
em prol do pensamento esclarecido, puro.  
Covardia é recuar á vontade insubmissa,  
é entregar-se, servil, ao comodismo escuro!

Quem avança, sereno, iluminado e forte,  
na defesa da Lei, lutando pelo Ideal,  
sorrindo encara á Vida e menospreza à Morte  
é servo fiel da Ciência e, do Direito, leal

Defensor da Justiça, arauto da Verdade,  
a meus olhos só paira a estrada do Dever,  
espáduas dou ao Mal, desconheço a Maldade.

Amo o Mestre bondoso, o inocente menino,  
cumpro, á rásca, a missão de fiscal do Saber,  
ainda que seja eu um méro inspetor do Ensino.

XXXX

Se pelo telescópio, enxergo a imensidade  
de avalanchas de sois no pálio azul dos ceus,  
mostra-me a Geologia os bilhões de anuidade  
da Terra em formação, da crosta em escarceus.

No átomo, deparou-se a Física, esplendente  
um mundo em convulsão que deslumbra, que encanta;  
na célula, encara, a Biologia, ardente  
microcosmo de luz, que, a olhos nús, nos encanta.

Conta a Fisiologia infinitos mistérios  
em cada órgão vital; fa-lo a Psicologia  
em cada sonho nosso, os bons ou deleterios,  
froidiana libidés da san Filosofia.

O antropólogo diz da heril reconstrução  
dos oitenta milhões da existência hominal;  
o arqueólogo dá vida e o faz de coração,  
cidades erudindo entre a ruina segral.

As Belas-Artes em suma, a Literatura,  
que, na Escola Primária, alicerçada vem,  
é o rico patrimônio, a exclusiva feitura,  
que auréola ao pensador e o glorifica além.

Além, sim, no Futuro, entre a Posteridade,  
que ao lutador consagra as palmas da Vitoria,  
a relembrar seu nome em preitos de saudade,  
consagrade-o Imortal, nas paginas da História.

XXXX

Eu só amo o Saber, o lustre eu só desejo  
de tudo que esclareça e eleve a Sergipe,  
toda nossa instrução supremaciada almejo,  
indiferente ao mais ninguém disso dissipe.

Venero a nossa Historia, adora a nossa Tera,  
Sergipe é meu orgulho, é toda minha vida:  
todo meu bom ideal por seu território erra,  
partícula de minha alma ufanosa, sentida.

Toda a Infancia patricia eu quero junto a mim  
abraçando-a, feliz, presa a meu coração,  
tal qual a que ora tenho, a infancia de Boquim.

Didatas, Mocidade, é áureo o porvir, umbroso,  
só poderéis vencer si fizerdes união  
pelo progresso do " Severiano Cardoso"!...

Bem de... que se condena o verso em termo de inspeção, mas o fiz e designo a professora D. Leonor Cortes de Santana para que extraia duas cópias deste, uma para o Departamento de Educação e outra para mim, que deve ser enviada para a rua de San-Cristovam, 431, Aracajú. Usando das faculdades da lei, concedo três dias de dispensa ao porteiro sr. Eretiano Matos, ficando substituindo-o a servente do Grupo, a qual se iniciará a 12 deste mês e isso porque necessita minha autoridade dos serviços daquele funcionário.

Em aditamento: Deparando-se-me, no arquivo do Grupo, em um cubículo nos fundos do mesmo, o retrato do eminente chefe da Nação, dr. Getúlio Vargas, que ali jaz desde março, ha tres longos meses para ser postado em uma das paredes do estabelecimento, determinei que isso se fizesse no domingo próximo, 11 de junho, ordenando á senhora diretora convidasse as autoridades e ao povo, em geral, citadimos, para a magna solenidade, devendo-se lavrar uma ata atinente ao assunto, extraindo-se cópias para serem enviadas ao homenageado, ao interventor federal e ao Departamento de Educação.

"Não era possível que houvesse tal descontinuidade de tempo para que a infância boquinense do Grupo Escolar " Severiano Cardoso" deixasse de contemplar, amurado, o retrato do brasileiro que tanto vem acentuando, em relevos excepcionais, o nome do Brasil, internamente, externamente!... Sebrão, sobrinho - inspetor do Ensino. Maria Carvalho Oliveira, Diretora interina.

## ANEXO 9 - Termo de visita de Inspeção Escolar as GESC - 1942

Termo de Inspeção

Nos vinte dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade de Boquim, inspecionei, a serviço de meu cargo, as Grupos Escolar "Javieriano Cardoso", que constituía sóbe a direção interina da professora D. Maria de Carvalho Oliveira.

Relatório

a) Matrícula: 201, sendo 110 do sexo masculino e 91 do feminino. Luce diferença da que se me deparou a 7 de outubro de 1936, computada, apenas, em 82 alunos e isso graças ao mesmofreco do Estado ao entregar a direção de um estabelecimento de Educação a um indivíduo maluco, como esse baiano de irrisória recordação, a esse medicastro alambiqueiro, contrabandista, dr. Antônio Elzêda Moreno!..

A classificação pedológica:

1.º ano - feminino - 50, com o correspondimento de 48 alunos. Dirige-o a talentosa docente diretora e nele se me depararam mesimas rivazes, como, aliás, são os boquimenses, quando lhes não tem a matar à seiva do espírito algum matacapato azêdo.

1.º ano - masculino - 50, com a freqüência de 45, dirigido pela zelosa professora Francisca Brito Silveira, os quais, arquiados, se saíram muito bem.

2.º ano - misto - 42, com a freqüência de 35, dirigido, caprichosamente, pela inteligente didata Maria da Conceição Campos, cujos alunos,



como os demais, se mostraram aproveitadores das lições lidas pela digna serventaria da cadeira.

3.º e 4.º anos - mistos - o primeiro, com a matrícula de 43 alunos e a frequência de todos; o segundo, com 16 e a frequência de 13. Dirige-os, com o brilhantismo, que lhe é consuetudinário, a talentosa e culta mestra Fausta de Mendonça Viana. Arquidos todos eles, ainda como os demais, se saíram muito bem, demonstrando-se senhores do programa. D. Fausta dirige O Cálamo, o jornal infantil da casa.

b) Frequência: Compareceram, hoje, assim, 184 alunos! Espetáculo grandioso, eloquente! Louvas duzentas crianças bendizendo minha energia, minha energética resistência contra um fanatismo orgulhoso, blasfemo, que tentava matar-lhes os Santos Juvenis, bem como as entusiasmadas de suas dignas e distintas mestras!

c) Rendimentos escolares: Digno de menção. De 1936, outubro, até agora, quando tudo mudou, quando, como Jesus, fiz vir as "Severiano Cardoso" todas as crianças boquiabertas sem distinção de classe. Além das disciplinas, cantam bem e praticam exercícios físicos sob a competente direção da professora Leonor Côrtes Santana.

d) Conduta funcional dos corpos docente e administrativo: Merecedora de louvores. Salvai-lhes o ânimo, que se estiolava ante a prepotência de um diretor faltoso, que eu desfiz, amerquinhei em 1936, 1937 e em 1939.

e) Processos de ensino: Os atinentes à Escola

Ativa

f) Escriturações: A elaborada pela diretora interina, correta. Já o mesmo não afirmo da feita pelo diretor Elzêda, cheia de vícios, de solecismos fraseológicos! Há até coisas assim, como no famoso ofício n.º 1, de 20, depois emendado para 16, de fevereiro de 1940, dirigido ao diretor do Departamento de Educação: «... fâco, do conhecimento de:», «de vir», «iniciados», «trabalhos», «letivo», «Outrosim fâco, do conhecimento...»; etc., etc.

g) Mobiliário e material pedagógico. Está tudo bem conservado. Faltam duas cartas de Parker.

h) Higiene do prédio e dos alunos: Satisfaz. Observações: O diretor efetivo que foi deste grupo, dr. Antônio Elzêda Mourão, durante o período das férias natalinas de 1939, subtraiu do mesmo estabelecimento, o alojio e, no ano seguinte, atribuiu o dolo aos dois dignos empregados do mesmo estabelecimento e isso no referido ofício atrás aludido.

Felizmente que já o Grupo Escolar Severiano Cardoso está livre desse indivíduo inescrupuloso, pois que até dinheiro do expediente, gasto pela diretora interina, que a ele fazia jus, embolsara cínicamente sem nenhuma satisfação à digna senhora!

Deus existe e a Providência é uma verdade. Hoje, em plena inspeção aos 3.º e 4.º anos do Grupo, chegou a minhas mãos o "Diário Oficial" de 19 do mês defluente, no qual li, com aprazível desafogo para todos, o áureo Decreto estad. de 18, no qual era demitido,

por abandono de cargo, esse baiano poli-clínico  
 A data de 18 de maio deve ser considerado,  
 para o Grupo Escolar "Severiano Cardoso," como  
 fato de libertação moral.

Concedo três dias de dispensa ao porteiro sr.  
 Heretiano Carvalho Moatim, que começará a gozar  
 a 25 do corrente, substituindo-o, nos serviços, a serven-  
 te d. Francisca Sales de Moatim.

Testemunharam minha inspeção as autoridades  
 locais abaixo.

Meus louvores a todos e meus parabéns a Ser-  
 gipe.

Extraia-se duas cópias deste: uma, para o departa-  
 mento de Educação e, outra, para a Inspeção  
 do Ensino da 4.<sup>a</sup> Circunscrição do Estado, com  
 sede em Aracaju, à rua Lagarto n.º 552.

Seleração, sobrischo -

- inspetor do Ensino -

Francisco de Medeiros Chaves, Secretário.

Tesoureiros da Prefeitura por si e pelo Prefeito Mu-  
 nicipal.

Jose Garpar Fontes - Exator.

Jose Alvares da Rocha - Escrivão, da  
 Exatoria do Estado.

Maria Carvalho de Oliveira - direto-  
 ra interina

ANEXO 10 – Boletim de Inspeção Escolar as GESC – 1953

ESTADO DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

## BOLETIM DE INSPEÇÃO ESCOLAR

Escola grupo escolas "Severiano Cardoso" Localidade Boquim  
 Professor Faustina Mendonça Vieira (Diretor) Município Boquim  
 Data da visita 17 de junho 1953

	MASC.	FEM.	TOTAL
Alunos matriculados desde o começo do ano.....	173	257	430
Alunos matriculados existentes.....	155	296	381
Frequência média do mês anterior.....	87	120	207
Porcentagem de frequência do dia.....	55%	80%	70%
Frequência do dia da visita.....	86	122	268
Frequência no dia anterior à visita.....	95	138	233

**I – PREDIO**

Localização em prédio próprio à rua Joaquim Macedo n.º 2 frente para o Court.

Dependências 4 salas de aula, 1 diretoria, 4 W.C., 1 quarto-convívio e pátio para recreio.

Tem área para Educação Física e Recreio? sim Superfície da sala de aula 2 km 7,10 x 4,55

É asseada? sim Iluminação Bom

aeração sim Distribuição de água copo individual Instalações sanitárias 4 (W.C.) Ornamentação da sala de aula? Material escolar

**II – APARELHAMENTO ESCOLAR**

Número de carteiras 82 Disposição conveniente Conservação em bom estado

Outros móveis 12 cadeiras, 1 sofá, 7 cavaletes, 4 bancas, 1 tábua-de-ferro, 1 sino, 1 Relógio, 2 quadros de des. (alunos Vargas e Severiano Cardoso) Conservação regulares

Material didático Emunhas à parte

Conservação Bom

Material escolar Todos os livros exigidos por lei

Conservação Bom

**III – FUNCIONAMENTO DA ESCOLA**

Turnos 2 Horários Iº (8 às 11) IIº 13 às 16

Observância do programa sim Há deficiência? —

Em que matérias —

Educação Física e Canto sim (conta oficinas.)

Ensino religioso sim

Trabalhos Manuais —

Escrituração em ordem.

**CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS**

	MASC.	FEM.	TOTAL
1.º ano	82	111	193
2.º ano	37	62	99
3.º ano	31	39	70
4.º ano	5	14	19

(Quando não houver alunos do 4.º ano, fazer referência, nas "Observações", sobre as causas e as medidas sugeridas ou adotadas para formação da classe de quartanistas).

Assistentes? 11 Disciplina dos alunos Bom

Higiene dos alunos Assuando

Instituições auxiliares da obra educativa? Um caixa escolar "D. Darcy Vargas" com um saldo de 64,40 (centos e quarenta e quatro reais)

Comemorações cívicas Foram feitas este ano as festas de 14 e 21 de Abril

IV - APRECIACÃO INDIVIDUAL DO PROFESSOR

Ocupação do professor no momento da visita? Todas as questões em aula com os alunos.

Atitude do professor de relação às autoridades escolares, ao cumprimento das disposições regulamentares, ordem e instruções recebidas? Respeito e acatamento.

Tem assiduidade e pontualidade? Sim

Impressão geral do funcionamento da Escola e seu rendimento letivo Ha evidencia das proezas na observancia do programa e nota-se desenvolvimento dos alunos.

Medidas indicadas, pelo Inspetor, para melhor rendimento escolar \_\_\_\_\_

Informação da sociedade local quanto à ação educativa do professor \_\_\_\_\_

Informações do Comissário do ensino quanto ao professor e ao funcionamento da Escola \_\_\_\_\_

Observações

Votou muita ordem e dedicacao à causa do ensino nas discussões do qual estabelecimento escolar.

P. Antonio Honorio Cerqueira  
Inspetor Escolar